

UTOPIA REAL



"UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL"

Este não é um livro para quem quer mudar o mundo.
É um livro para quem pode mudar o mundo.

Celso Afonso Brum Sagastume

(Mesmo autor do livro: A Busca da Felicidade Através das Relações Humanas)

UTOPIA REAL

“UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL”

1ª Edição

2002

Celso Afonso Brum Sagastume



Santa Maria - RS

S129u Sagastume, Celso Afonso Brum
Utopia Real: “um outro mundo é possível” / Celso Afonso
Brum Sagastume. – Santa Maria: Reflexão, 2002.
114 p.

1. Política 2. Ciências Políticas 3. Sociologia 4. Filosofia
5. Psicossociologia Qualidade de Vida 6. Relações Humanas
7. Comportamento Humano 8. Paz Mundial I. Título

CDU: 316.47
316.6
159.929.019.4

Ficha catalográfica elaborada por Rosa Maria Frischtch Feijó CRB-10/662
Biblioteca Central - Universidade Federal de Santa Maria

Capa:

- Foto NASA/Internet
- Trabalho de montagem e layout - Cristian Giuliani.

Impresso na gráfica da Universidade Federal de Santa Maria.

Direitos autorais reservados à:

EDITORA REFLEXÃO E-Mail: editora-reflexao@bol.com.br



SUMÁRIO

<u>PREFÁCIO</u>	03
<u>ABERTURA (Imagine - John Lennon)</u>	05
<u>INTRODUÇÃO (Origem das idéias)</u>	06
<u>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</u>	07
Este capítulo dá uma visão geral dos problemas sociais, como eles devem ser analisados e porque podem ser resolvidos.	
Subtítulos: Conclusões e Síntese Deste Capítulo (10)	
Textos para reflexão: Céu e Inferno (7); Não é Comigo (10)	
<u>AUTO-SUFICIÊNCIA</u>	14
Este capítulo demonstra que as pessoas e a sociedade precisam encontrar formas de se auto-sustentarem, sob pena de ficarem sempre mergulhadas em problemas. Também dá sugestões de como alcançar a auto-suficiência.	
Subtítulos: O Problema da Falta de Auto-suficiência (14); Programa de Inclusão Social (18); Auto-suficiência Municipal (22); Auto-suficiência Regional, Estadual e Nacional (25); Conclusões e Síntese Deste Capítulo (25)	
Textos para reflexão: Menor Abandonado (14); Quem é Que Vai Pagar Por Isso? (16); Irresponsabilidade Social (18); Incentivo à Miséria (23)	
<u>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</u>	26
Este capítulo trata da relação entre a sociedade e o poder público.	
Subtítulos: Representantes e Administradores (26); Dívidas Públicas (32); Serviços Públicos (33); Impostos, Encargos e Taxas (36); Conclusões e Síntese Deste Capítulo (39)	
Textos para reflexão: Lavagem Cerebral (26); Democracia? (28); Orgulho de Pobre (33); Saúde Pública - Um Problema Nosso (34); Rasgando Dinheiro (36)	
<u>EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO</u>	41
Este capítulo trata do aperfeiçoamento dos principais sistemas responsáveis pela evolução social.	
Subtítulos: Sistema de Avaliação (41); Curso Básico (42); Curso Profissionalizante (43); Vestibular (44); Curso Superior (44); Função Social dos Meios de Comunicação (45); Conclusões e Síntese Deste Capítulo (47)	
Textos para reflexão: Amor x Profissionalização (42); Censura x Liberdade de Expressão (45); Compromisso Com a Verdade (46)	
<u>VIOLÊNCIA</u>	48
Este capítulo trata das origens da violência e de como combater suas causas.	
Subtítulos: Conclusões e Síntese Deste Capítulo (52)	
Textos para reflexão: Desarmamento (49); Segurança (50); Polícia (51)	

Este capítulo faz uma análise crítica do sistema judiciário e dá sugestões para tornar este sistema mais justo e viável na prática.

Subtítulos: Princípios Básicos (53); Penalidades (54); Declaração Universal dos Direitos Humanos - Uma Análise Crítica (57); Aborto e Eutanásia (64); Sobre a Liberação e Proibição das Drogas (67); Direitos Autorais e Industriais (71); Conclusões e Síntese Deste Capítulo (76)

Textos para reflexão: Assassinos de Mãos Limpas (55); Aborto: Quem Decide? (64); Vida e Morte (66); É Proibido Fumar - Uma Reflexão Sobre Regras e Liberdade (67); A Guerra das Drogas (70); Direitos Autorais x “Pirataria”: Justiça, ou Abuso da Legislação? (75) Reflexões Sobre Justiça (76)

RELAÇÕES FINANCEIRAS

Trata das relações trabalhistas e limita os poderes das pessoas e das empresas.

Subtítulos: Relações Trabalhistas (78); Lei Contra a Prepotência (79); Controle de Preços e Defesa do Consumidor (80); Distribuição de Renda (80); Conclusões e Síntese Deste Capítulo (81)

ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Este capítulo trata da importância da ecologia para a qualidade de vida e dá sugestões de como manter um meio ambiente equilibrado.

Subtítulos: Preservação do Meio Ambiente (84); Uma Sugestão Para Resolver o Problema do Lixo (87); Caça e Pesca (91); Direitos dos Animais (92); Conclusões e Síntese Deste Capítulo (93)

Textos para reflexão: Carta do Cacique Seattle (82); Parques Eco-industriais (85); Mais Uma Vez a Prepotência dos Insanos Prevalece (86); A Transformação da Natureza em Lixo (86); Desperdício (90); Crise de Energia - Até Quando? (90); O Predador (91); Preservação Ambiental: Uma Questão de Justiça (93); Reflexões Sobre Ecologia (94); Terra-Mãe (94)

PAZ MUNDIAL

Este capítulo trata de uma nova mentalidade, onde a cooperação é mais importante que a competição e a inteligência é mais importante que a força.

Subtítulos: Sugestões Para Que o Mundo Possa Alcançar a Paz (99); Guerra Civil e Guerrilhas (101); Terrorismo (101); Sugestões Para Solucionar Problemas Entre Grupos (102); Conclusões e Síntese Deste Capítulo (103)

Textos para reflexão: A Guerra é Irrracional (96); Por Quê? (96); A Prepotência dos Insanos (98); Opiniões de Freud, Einstein e Erich Fromm (99); Máquina Mortífera (101); O Grande Ditador (do filme de Charles Chaplin) (104)

APÊNDICES:

QUALIDADE DE VIDA (e fórmula para cálculo da distribuição de renda) 106

TEXTOS PARA REFLEXÃO (A Lógica dos Imbecis; Absurdos; Why?) 108

BIBLIOGRAFIA 110

PREFÁCIO

Escrever um livro não é uma tarefa fácil. Principalmente quando se trata de uma pesquisa que envolve um assunto polêmico, onde há pouco espaço para o consenso e as incertezas podem gerar interpretações erradas. Não bastasse todas estas dificuldades – que exigem um trabalho árduo e paciência – o assunto em pauta está fora da minha formação acadêmica (engenharia) – mas não da minha informação autodidata.

O primeiro livro que escrevi (A Busca da Felicidade Através das Relações Humanas) ocupou quase cinco anos de trabalho (junto com outros compromissos e parte do curso de engenharia) mas este ficou pronto (para edição) em apenas cinco meses (de dedicação quase que exclusiva). A minha pressa em concluir este trabalho agora, é para poder estar com ele pronto na 2ª edição do Fórum Social Mundial – que estará ocorrendo em janeiro de 2002 – pois esta é a maior oportunidade de começar a divulgar as propostas deste livro, que se encaixam perfeitamente nas propostas do Fórum. Devido a falta de tempo para poder aperfeiçoar o trabalho, o livro pode conter alguns erros, mas o mais importante é poder dar início a um processo de integração de idéias, que poderão ser discutidas e aperfeiçoadas posteriormente.

A idéia de escrever sobre este assunto não era nova, mas um dia eu acordei com a sensação de que tinha que ser agora e larguei alguns projetos que estava desenvolvendo para me dedicar exclusivamente a este trabalho. No início eu pensei que bastaria organizar algumas idéias – já publicadas – e acrescentar mais alguns assuntos para fechar o livro, mas a medida que fui me aprofundando em determinados problemas – aparentemente insolúveis – e fui encontrando exemplos de que suas soluções seriam possíveis, o trabalho ficou cada vez mais fascinante e surpreendente.

O que me deu coragem para enfrentar este desafio é o fato de que eu já tenho um livro escrito e sei que – mesmo sem poder dar a atenção merecida a este primeiro livro – pude começar a dar alguma contribuição para melhorar a qualidade de vida da sociedade e do ser humano (inclusive a minha), além disso – para este novo trabalho – eu já tinha um material pronto, fruto das minhas inquietações perante uma realidade que nos fere, que nos obriga a pensar, e, porque não, a agir. Como nunca tive acesso a nenhum poder maior, que me permitisse agir de forma concreta, o que me restou são as palavras e as idéias que tento colocar no papel.

Algumas tentativas frustradas (em parte) de melhorar o mundo – que tentei anteriormente – não me tornaram cético da capacidade de evolução do homem e da sociedade. Até porque – na época – cheguei a receber apoio de algumas personalidades como o prefeito João Luiz dos Santos Vargas (hoje deputado estadual), o vereador (da Câmara de Porto Alegre) Paulo Santana (hoje comentarista de um programa de TV) e o deputado federal Jorge Alberto Mendes Ribeiro (já falecido) entre muitos outros. Mesmo assim as dificuldades em conseguir que as pessoas que detêm algum poder – de personalidade – me ouvissem e me auxiliassem no momento em que uma palavra de apoio poderia ser a diferença entre tocar em frente ou desistir de tudo, foram marcantes. Artistas, políticos, jornalistas, para os quais solicitei opinião e apoio (através da internet), nem se quer me responderam. **As pessoas parecem não ter tempo para coisas importantes porque estão sempre muito ocupadas com outras coisas.** O que poderia ser mais importante que os assuntos abordados neste livro? E como saber se o seu conteúdo é digno de dar atenção, ou se é pura bobagem, sem tomar conhecimento do mesmo? Chego a pensar que estas pessoas não chegaram a ler o material que as enviei (até porque os meios – internet – não são muito confiáveis).

Mesmo sem receber apoio de “grandes personalidades”, recebi muitas opiniões, sugestões e apoio de tanta gente (pessoalmente e através da internet – de todo Brasil e do exterior) que seria difícil citar o nome de todos; a eles fica o meu agradecimento, e, em especial, à Câmara de Vereadores de São Sepé pelo apoio recebido.

O maior mérito deste livro não são as novidades que ele traz, mas a interligação de problemas e soluções; a força das idéias, que juntas podem ser muito mais eficientes e estão mais próximas de se tornarem realidade.

Não fiz este livro para ganhar dinheiro. Meu maior prêmio será ver suas idéias sendo debatidas e colocadas em prática.

O mais importante em escrever um livro é poder levar às pessoas um conhecimento que poderá melhorar suas vidas.

Dedico este trabalho a todos aqueles que usaram a inteligência e tomaram atitudes para tornar este mundo um lugar melhor de se viver.

Celso Afonso Brum Sagastume
São Sepé, verão de 2001

ABERTURA

IMAGINE

Imagine um mundo com muitos países, mas uma só cidadania.
Com muitas culturas e religiões, mas uma só irmandade.
Imagine todas as pessoas vivendo em paz.

Imagine um mundo sem fome nem ganância.
Onde todos os homens tenham dignidade.
Imagine todas as pessoas compartilhando este mundo.

Você pode dizer que eu sou um sonhador, mas não sou o único.
Espero que um dia você se junte a nós.
E, então, construiremos um mundo melhor.

(John Lennon - Adaptação: Celso Afonso Brum Sagastume)

A realidade de hoje, foi o sonho de ontem; o sonho de hoje, será a realidade de amanhã; e em todas as épocas zombou-se dos sonhadores.
(Zákind Piatigórsky)

INTRODUÇÃO

A palavra UTOPIA, de origem grega, foi utilizada pelo inglês Thomas Morus para descrever, no seu livro “A Utopia” (1518), uma ilha imaginária onde havia uma sociedade tão bem organizada – para os padrões da época – que era considerada uma sociedade perfeita. Como as idealizações de sociedade sempre estiveram mais no campo filosófico do que político (prático), a palavra UTOPIA se tornou sinônimo de fantasia, um sonho impossível de ser realizado.

Acredito que a perfeição não é algo que se alcance, mais algo que se busque alcançar. Este livro vai tentar mostrar a UTOPIA que pode ser realizada, o sonho que pode se concretizar, enfim, a UTOPIA REAL.

O slogan “UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL” foi retirado do 1º Fórum Social Mundial ocorrido em Porto Alegre - RS em janeiro de 2001, no qual participei de diversos eventos, assim como participei do 1º Encontro Ecológico Mundial no Rio de Janeiro, a ECO-92, representando uma associação ecológica. Sempre estive atento a este tipo de evento, pois sempre me interessei pelos problemas que afligem o nosso mundo, principalmente no sentido de buscar soluções para estes problemas.

Em 1985 publiquei meu primeiro texto sobre problemas sociais. Desde então já publiquei mais de 50 textos – alguns estão incorporados a este livro – e o livro: A Busca da Felicidade Através das Relações Humanas.

UTOPIA REAL é meu primeiro livro sobre projetos sociais. As propostas e sugestões, contidas neste livro, são o resultado de anotações de todas as informações que pude obter sobre projetos sociais e experiências nesta área, assim como uma troca de idéias com pessoas que estão ligadas aos problemas sociais e outras, que também querem construir um mundo melhor.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quase todos os problemas sociais estão interligados. É muito mais difícil tentar resolver cada problema isoladamente do que fazer uma ação global. Por exemplo: é quase impossível resolver o problema da violência e da criminalidade sem resolver o problema do desemprego e da desigualdade social. O que se propõe neste livro são projetos e ações integradas que busquem sempre atingir as origens de cada problema, tentando encontrar soluções definitivas para resolvê-los e não tratando-os como uma doença incurável, da qual se tratam os sintomas e não se cura o doente. *Não devemos mexer em feridas se não for para curá-las.*

Esperamos que através deste livro seja possível dar início a uma nova mentalidade. Este será o nosso maior desafio.

Sabemos que existem muitos exemplos de projetos bem sucedidos na área social. Esperamos também que, a partir deste canal aberto para discussões e intercâmbio, possamos avançar mais rapidamente na construção de um mundo muito melhor, como vamos tentar provar neste livro que: sim, UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL.

Texto para reflexão:

CÉU E INFERNO

Vamos imaginar uma ilha, desabitada, isolada do mundo. Com matas, morros, fontes, fauna e flora silvestre. Tudo na mais perfeita harmonia natural.

Um dia chegam na ilha muitas pessoas, para habitarem o local.

Agora vamos supor duas hipóteses:

I - Hipótese: Eles construíram casas e fundaram uma pequena cidade, com pequenas fábricas e comércio. Uma parte de população foi para o campo onde desenvolveram a agropecuária.

Passaram-se anos e a população aumentou. A área urbana se expandiu. As lavouras tomaram conta dos campos e depois das matas. As formações rochosas foram exploradas desordenadamente para extração de minérios. As fontes e riachos foram transformados em barragens para produção de energia elétrica. Florestas foram desmatadas pela exploração de madeiras, causando assim a extinção de várias espécies de animais que ainda conseguiam escapar da caça predatória. Grandes indústrias poluem a água e o ar. O lixo se acumula perto das cidades trazendo insetos e doenças. Os campos foram empobrecidos por defensivos agrícolas e a ecologia ficou desequilibrada, causando a multiplicação de insetos e pragas. A sociedade, antes unida e amistosa, agora extremamente competitiva, onde as pessoas disputam lugares nos ônibus, nas filas e no mercado de trabalho, devido ao grande número de pessoas e as limitações da própria sociedade.

A exploração indiscriminada dos recursos naturais e humanos, lavaram à destruição da natureza e a marginalização dos homens. Tudo isso devido à falta de estrutura de uma sociedade desorganizada que acabou transformando um paraíso natural num verdadeiro inferno.

II- Hipótese: Sabendo que os recursos naturais, riquezas e a área desta ilha são limitados, e respeitando estes limites, os pioneiros fizeram um planejamento de como poderiam ocupar e explorar melhor os recursos oferecidos pela ilha. Assim, construíram uma cidade planejada, com coleta de lixo seletiva, tratamento de esgoto, etc. Uma parte da população foi para o campo onde, em comunidades rurais organizadas, faziam o uso da terra com técnicas naturais de plantio, produzindo alimentos de melhor qualidade e sem agredir o meio ambiente. As explorações de minerais, madeiras e outros recursos naturais eram também controladas. Parte da matéria prima usada nas indústrias era retirado do lixo reciclado. As fontes de energia adotadas eram as menos agressivas e estavam limitadas para não causar um impacto destrutivo sobre a natureza.

Com o passar do tempo, a população chegou ao seu limite populacional mantendo-se estável através de um consciente planejamento familiar. A partir da estabilidade populacional, não era mais necessário a construção de novas casas, ou da expansão das redes de água, luz e esgoto, ficando os serviços nesta área apenas para manutenção e aperfeiçoamento.

A administração pública era composta por pessoas capacitadas (experientes), escolhidas e fiscalizadas constantemente pelo povo, tendo que prestar contas de todos os seus atos financeiros e administrativos. Nenhum homem teria poder demais e o salário-mínimo seria suficiente para as pessoas viverem bem. As empresas seriam dos próprios funcionários, a diferença de salários e a ocupação de cargos estaria relacionada ao grau de conhecimento técnico e ao tempo de serviço. Os serviços públicos seriam de boa qualidade e estariam ao alcance de todos.

Nesta segunda hipótese os habitantes da ilha conseguiram se desenvolver e manter o paraíso natural preservado.

Parece que na história do homem ele sempre transformou paraísos em infernos sem ter consciência disso.

Esperamos despertar esta consciência e mostrar que também é possível transformar infernos em paraísos.

A concretização do sonho de um mundo muito melhor não depende dos poderosos, dos políticos, dos governantes, dos países ricos, do FMI, da ONU, dos artistas, dos filósofos, dos intelectuais, dos ecologistas, das ONGs, dos religiosos, dos revolucionários, dos meios de comunicação, do povo, nem de você e nem de mim. **Depende de quem tem inteligência e coragem para tomar atitudes que possam mudar o que deve ser mudado.** Nós temos o poder de fazer o que está ao nosso alcance, mas precisamos de inteligência e coragem para tomar esta decisão. Todas as pessoas inteligentes e corajosas, independente de classe social ou econômica, participarão destes projetos, mesmo que seja através de críticas e sugestões, pois eles deverão ser tão bom para os mais pobres quanto para os mais ricos e poderosos do mundo. Somente os ignorantes, estúpidos e acomodados se omitirão; e os corruptos e aproveitadores irão se opor a estas mudanças. **Mas somos nós, e não eles, que temos que decidir o destino da nossa sociedade e de todo o nosso planeta.**

Os verdadeiros artistas e filósofos sempre contribuíram com a evolução da humanidade. Os meios de comunicação responsáveis são os maiores agentes das mudanças na nossa atual sociedade. Esperamos poder contar com o apoio destes artistas, filósofos e grupos responsáveis, para podermos acelerar o processo, inevitável, da evolução social.

O processo evolutivo é inevitável. Ele pode até retroceder por algum tempo, em determinadas circunstâncias, ou ser retardado algumas vezes por ignorância ou interesses reacionários. Mas também pode ser acelerado. **O que determina a evolução do homem e da sociedade é o nível de consciência, a inteligência e a coragem das pessoas em tomar atitudes.**

Quase tudo que foi descrito neste livro está se realizando ou vai se realizar, mais cedo ou mais tarde, independente de alguém ler ou pôr em prática seus projetos. A diferença entre colocar em prática agora ou esperar que as coisas aconteçam, pode ser a diferença entre aproveitar a vida ou lutar para sobreviver.

***Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.** (Geraldo Vandré)*

Este novo sistema não quer exterminar os ricos, eles podem continuar sendo muito ricos desde que os mais pobres se tornem menos pobres. Na verdade o que se busca é nivelar a sociedade de forma que os mais pobres tenham condições de suprir todas as suas necessidades básicas, inclusive de conforto e lazer. O que este novo sistema vai tentar exterminar é com a exploração do ser humano e com todas as formas de injustiça.

O sucesso financeiro poderá ser alcançado, única e exclusivamente, através do trabalho e do talento de cada um.

Gandhi provou ao mundo que basta ter a razão ao seu lado para dobrar um império econômico. Este livro pretende agregar idéias e pessoas que juntas, com certeza, farão acontecer, e saberão exigir dos omissores uma atitude.

Esperamos poder contar com a sua participação na construção deste novo mundo. Estaremos, também, sempre abertos à novas idéias, críticas e sugestões, pois algumas idéias contidas neste livro são bastante polêmicas e muitos textos não são conclusivos, mas reflexivos.

Nosso E-Mail é: projetoutopia@bol.com.br

Texto para reflexão:

NÃO É COMIGO

Esta é uma história sobre três pessoas: *Todomundo*, *Alguém* e *Qualquerum*.

Havia um grande trabalho a ser feito e *Todomundo* tinha certeza que *Alguém* o faria. *Qualquerum* poderia ter feito, mas ninguém o fez. *Alguém* zangou-se porque era um trabalho de *Todomundo*. *Todomundo* pensou que *Qualquerum* poderia fazê-lo.

Ao final *Todomundo* culpou *Alguém* porque ninguém fez o que *Qualquerum* poderia ter feito.

Que bom seria se todos fizessem a sua parte ao invés de esperar pelos outros, pois esta é a única forma de construir uma grande Nação.

Texto retirado do livro "A Busca da Felicidade Através das Relações Humanas"

CONCLUSÕES E SÍNTESE DESTE CAPÍTULO

A história comprova que a evolução da sociedade não só é possível como é inevitável. Então as soluções para os problemas virão, mais cedo ou mais tarde. Os problemas que estão se agravando, não estão sendo atacados em sua origem. Quando os problemas se tornam críticos (depois de grandes prejuízos), a sociedade sempre encontra uma forma de resolvê-los.

A maioria dos problemas sociais estão interligados e as ações, para solucionar estes problemas, devem estar integradas, buscando atingir a origem de cada problema.

A maioria dos problemas sociais prejudicam a todos – pobres e ricos – uns mais, outros menos, e todos se beneficiarão com as resoluções destes problemas. Com exceção, talvez, dos exploradores que se aproveitam dos problemas sociais para se beneficiar.

Será preciso eliminar as ideologias alienantes para **unir** a sociedade em prol de resolver os problemas que afligem a todos.

REFLEXÕES SOBRE ATITUDES

Nas circunstâncias atuais, ninguém pode se dar ao luxo de acreditar que seus problemas vão ser solucionados pelos outros. Cada indivíduo tem a responsabilidade de ajudar a levar nossa família global para o rumo certo. Ter boa vontade não é suficiente, é preciso nos envolvermos de forma ativa. (Dalai-Lama)

Os maiores culpados de que o mundo seja um caos, são os que podem fazer alguma coisa, sabem que podem e o que fazer, mas não fazem nada. (Celso Afonso Brum Sagastume)

Por ação ou omissão; por consciência ou ignorância; por capacidade ou incompetência; somos responsáveis por tudo que acontece no nosso mundo. (Paulo Coelho - Adaptação: Celso Afonso Brum Sagastume)

SENHOR ME DÊ:

- **Forças** para que eu possa aceitar tudo aquilo que não pode ser mudado.
- **Coragem** para mudar tudo aquilo que pode e deve ser mudado.
- **Inteligência** para distinguir uma coisa da outra. (H. Hart)

Os ignorante não podem mudar nada porque não sabem o que fazer.
Os estúpidos não podem mudar nada porque não sabem distinguir entre fazer a coisa certa e perder tempo fazendo coisas inúteis. E acabam não fazendo nada. (Celso Afonso Brum Sagastume)

Ninguém comete erro maior do que não fazer nada, porque só pode fazer um pouco. (Edmund Burke)

O que assinala e caracteriza os servos do mal, neste nosso inquieto mundo, não é especificamente a maldade: é a indiferença. (Mário Quintana)

Seja a mudança que você deseja ver no mundo. (Mahatma Gandhi)

Para o triunfo do mal basta que os bons fiquem de braços cruzados. (Edmund Burke)

Não é suficiente fazermos o melhor que pudermos; às vezes temos de fazer o necessário. (Winston Churchill)

O mundo se transforma e nós somos partes desta transformação. (Paulo Coelho)

A sociedade moderna transforma pessoas em máquinas programadas para consumir e competir. Tudo em nome de um crescimento econômico insaciável que só leva ao egoísmo, à inveja e à infelicidade.

(Dalai-Lama - Adaptação: Celso Afonso Brum Sagastume)

Havia um homem que não conhecia o impossível, foi lá e fez!

Impossível é aquilo que ninguém faz até que alguém faça. (Lair Ribeiro)

Se quisermos progredir, não devemos repetir a história. Mas fazer uma nova história. (Mahatma Gandhi)

O destino é para os distraídos e a história para os guerreiros.
(Alexandre Olszewski Dahmer)

Não deixe que o que você não pode fazer interfira no que você pode fazer.
(John Wooden)

O importante não é fazer o possível. O importante é fazer o impossível se tornar possível. (Herbert de Souza - Betinho)

Tudo pode dar certo, menos reclamar. (Millôr Fernandes)

A melhor forma de prever o futuro é construí-lo.

Somos o que construímos. Seja por ação ou omissão, somos nós que construímos nosso nome e nossa sociedade.

É fácil escapar da crítica: não faça nada, não diga nada, não seja nada.
(Elbert Hubbard)

O Ser Humano é o produto do meio e o meio depende de cada um de nós.

Se você quer melhorar a sociedade, você precisa mudar a cabeça das pessoas; principalmente a sua. (Celso Afonso Brum Sagastume)

Quem vê o que está errado e não faz nada, está sendo conivente com o erro.
(Celso Afonso Brum Sagastume)

Crise é a chance que a história oferece para que o ser humano mude e o mundo se humanize. (Hans Küng)

Nada tem mais força na sociedade do que um grupo organizado.
(Celso Afonso Brum Sagastume)

Cada povo tem o novo que merece. (Nei Lisboa)

*Não existem esforços inúteis quando empregados em prol da coletividade.
(Getúlio Vargas)*

A grandeza de um país não depende da extensão de seu território, mas do caráter de seu povo. (Colbert)

Não poderá ajudar aos homens de maneira permanente, se fizer por eles aquilo que eles podem, e devem, fazer por si mesmo. (Abraham Lincoln)

Não somos responsáveis apenas pelo que fazemos, mas também pelo que deixamos de fazer. (Molière)

*Um povo que tenta recuperar a sua independência é sempre digno de respeito.
(Watzinski)*

Só existe espaço para caridade onde não existe justiça social.
(Celso Afonso Brum Sagastume)

Caridade nunca resolveu problema social. (Celso Afonso Brum Sagastume)

A maior caridade que existe é dar condições para as pessoas se auto-sustentarem.
(Celso Afonso Brum Sagastume)

Nenhuma alma caridosa resiste a ter que dar esmolas todos os dias.
(Celso Afonso Brum Sagastume)

Ajude a quem precisa. Principalmente a mudar a situação de quem precisa.
(Celso Afonso Brum Sagastume)

*Dai pão a quem tiver fome... Melhor seria se não houvesse fome.
(Santo Agostinho)*

*As pessoas não percebem o que é mais importante porque estão sempre muito ocupadas para pensar.
(Raul Seixas - Adaptação: Celso Afonso Brum Sagastume)*

AUTO-SUFICIÊNCIA

O PROBLEMA DA FALTA DE AUTO-SUFICIÊNCIA

Para um indivíduo ser auto-suficiente ele deve ter meios de poder suprir suas necessidades básicas de alimentação, vestuário, moradia, etc.

Quem não tem condições de suprir suas necessidades básicas, precisa de apoio externo – ajuda dos pais, de parentes, entidades filantrópicas, do Estado, ... – para sobreviver. Caso não tenha este apoio o indivíduo terá que encontrar meios – como: a contravenção, o roubo, a malandragem, etc. – para não morrer de fome e conseguir o que a sociedade lhe negou.

Em nossa atual sociedade, onde a tecnologia oferece a possibilidade de conforto e facilidades, poderíamos dizer que um indivíduo é totalmente auto-suficiente quando consegue gerar recursos para ter acesso a esta tecnologia.

Quanto mais opções de conforto a tecnologia oferece e maior o número de pessoas sem perspectiva de obter este conforto, maior ficam as distâncias sociais, que podem chegar ao conflito de classes e acabar com a paz. Para haver paz tem que haver justiça, e não há justiça onde pessoas sofrem privações. O maior exemplo disso são os conflitos urbanos das grandes cidades contemporâneas – assaltos, seqüestros, tráfico de drogas...

Uma criança não é auto-suficiente e depende dos pais para suprir suas necessidades básicas de desenvolvimento. Logo, uma família para ser auto-suficiente deve ter condições de suprir as necessidades básicas de seus componentes e manter uma estrutura digna de moradia.

Se uma família não tem condições de suprir suas necessidades básicas, ela precisará de apoio externo – ajuda de parentes, entidades filantrópicas, do Estado... **Enquanto as famílias pobres continuarem tendo filhos que não podem sustentar, por mais que a sociedade ajude, estas famílias jamais serão auto-suficientes.**

Texto para reflexão:

MENOR ABANDONADO

Um dos maiores motivos da existência e aumento do número de menores abandonados é o desconhecimento da população de como fazer um planejamento familiar. Isso faz com que esta população – principalmente a de baixa renda, que cerca a periferia das cidades – tenha dificuldades de proporcionar aos filhos as condições básicas para o seu desenvolvimento. Fazendo com que estas crianças busquem nas ruas formas de sobreviver, que acabam gerando grandes problemas para as crianças e para a sociedade.

Este problema se agrava com as condições de sobrevivência de um menor nas ruas das grandes cidades, que são verdadeiras escolas do crime, da prostituição, do tráfico de drogas, etc. “É a lei do mais fraco” como foi mostrado no filme “Pixote”.

Outro fato que tem contribuído para o abandono de crianças recém-nascidas é a falta de orientação dos jovens, que ingenuamente se deixam levar por uma relação irresponsável e acabam gerando uma criança inocente. E, às vezes, quando isso acontece, a jovem mãe sem condições de assumir esta responsabilidade, acaba por abortar ou abandonar a criança.

Sabendo-se que o maior problema é a desinformação, bastaria uma orientação especial, voltada para as pessoas mais atingidas, para que se possa tentar resolver definitivamente este grave problema que acaba atingindo toda sociedade.

Além de um curso de planejamento familiar e orientação sexual aos jovens, a sociedade deverá melhorar a eficiência dos órgãos de assistência e recuperação de menores infratores, facilitar a adoção de crianças abandonadas – mesmo que para o exterior – e incentivar outras ações que visem integrar crianças com problemas a uma sociedade mais justa e menos violenta.

A pobreza é a pior forma de violência. (Mahatma Gandhi)

Somente a união da sociedade e dos órgãos públicos poderá dar um futuro melhor aos que não tiveram a sorte de ter uma família para lhes dar o que todo ser humano merece, que é a sua dignidade.

Texto publicado nos jornais O Expresso de Santa Maria e O Centenário de São Sepé - RS, em 1986

Para um município ser auto-suficiente ele deve ter meios de produzir bens de consumo que possam suprir as necessidades de sua população e/ou que possam ser comercializados com outras regiões; e ter um sistema de administração pública eficiente que seja capaz de desenvolver o potencial do município e resolver os problemas da comunidade.

Uma sociedade que não oferece condições para os indivíduos se auto-sustentarem (desemprego), estará sustentando pessoas que não produzem. Numa sociedade onde todos produzem (pleno emprego), todos se beneficiam.

Para um estado ser auto-suficiente é necessário que seus municípios sejam auto-suficientes e que este estado tenha um sistema de administração pública eficiente que seja capaz de desenvolver o potencial de cada região e resolver os problemas dos municípios.

Considerando estes conceitos, poderemos concluir que existem poucos lugares no mundo que se pode considerar como auto-suficientes; e que grande parte da população passa por privações de suas necessidades básicas. Principalmente nos países pobres onde as taxas de desemprego são muito altas e a renda familiar per capita é muito baixa.

Cada pessoa que não trabalha não produz, mas consome, e ainda pode se tornar um fora-da-lei. Quem vai ter que pagar para garantir sua sobrevivência são os que trabalham; que terão de trabalhar mais e receber menos, pagando impostos.

Texto para reflexão:

QUEM É QUE VAI PAGAR POR ISSO?

Talvez ainda não esteja bem claro para as pessoas que quando uma criança nasce sem uma família estruturada que possa lhe sustentar e dar educação, ela vai acabar gerando um enorme custo social. Pois vai precisar de alimentos, roupas, casa, saneamento básico, serviços de saúde, educação, etc. Se esta criança não tiver uma educação adequada nem boas perspectivas de vida, ela poderá se tornar um futuro criminoso, capaz de roubar, assaltar e até matar.

Perigoso é aquele que não tem nada a perder. (Goethe)

Então, **somos nós que vamos pagar muito caro por isso**. E não é apenas uma criança, são dezenas, centenas que proliferam em vilas e favelas, sem as mínimas condições de desenvolvimento. Que exigem cada vez mais maternidades, creches, postos de saúde, COHABs, escolas públicas, etc. Que, se faltarem, vão exigir também novos presídios. Tudo isso pago **com o nosso dinheiro** (impostos) e, às vezes, **com nossas vidas** – assaltos, seqüestros, assassinatos...

Não basta dar alimento, roupas, esmolas... aos necessitados, sem dar também condições de que os mesmos possam se auto-sustentar e planejar suas famílias. Casó contrário, se a população carente continuar a aumentar desproporcionalmente ao crescimento econômico, as doações terão de ser cada vez maiores para suprir esta deficiência.

O exemplo desta constatação está nos jornais e na televisão, que noticia todo dia superlotação em hospitais, presídios, FEBEMs..., falta de emprego, terra, habitação, saneamento, policiamento, recursos...

Se não forem tomadas providências, estaremos fadados a viver num mundo dominado por guerra de classes – como: nas favelas dos morros cariocas; invasões de terra, etc. – e cada vez mais refugiados dentro de nossas próprias casas, enquanto a miséria e a violência se proliferam no mundo lá fora. Mesmo sabendo que muros, grades, carros blindados... não nos livrem da violência gerada pela miséria.

Além de tudo isso, o crescimento populacional é extremamente nocivo a natureza. Não tenho dados precisos, mas sei que cada pessoa que nasce transforma a natureza em toneladas de lixo e esgoto durante sua vida. Ocupa, também, uma grande área do ambiente natural. Basta ver a evolução do desmatamento em função do aumento da população para se ter uma idéia das proporções da destruição que o homem impõe sobre a natureza. Se não houver limitação no crescimento populacional, em pouco tempo o homem acabará com o que resta da natureza selvagem no planeta.

Não podemos esperar que a situação se torne mais crítica do que já está. Precisamos unir toda a sociedade na busca de soluções que proporcionem às pessoas carentes condições de planejarem suas famílias e alcançarem a auto-suficiência. Acredito que só assim estaremos atingindo a **origem** dos principais problemas sociais e diminuindo o alto custo que uma sociedade desorganizada nos impõe.

Dar condições de vida às crianças é responsabilidade dos pais. Proporcionar trabalho e instrução aos pais (em potencial) é dever da sociedade. Esta é a minha opinião.

Texto publicado no jornal A Razão de Santa Maria - RS, em 30/08/2001

Um indivíduo adulto gasta em média cerca de R\$ 200,00 por mês para viver com certa dignidade e uma criança cerca de R\$ 120,00. Uma família com um casal e uma criança, que não tenha nenhuma ajuda externa, precisa de aproximadamente R\$ 520,00 por mês para suprir suas necessidades básicas. Na verdade precisariam de muito mais, pois estamos considerando que as pessoas não tenham problema de saúde e que o colégio seja gratuito; o que não existe, pois os professores não trabalham de graça.

CURIOSIDADES

- Se uma pessoa, gastar em média R\$ 150,00 por mês, nos seus dezoito primeiros anos de vida, teríamos um valor, capitalizado a um juro de 0,7 % ao mês (rendimento aproximado da poupança), total acumulado superior a 75 mil reais em 216 meses. O que se pode considerar um bom capital.

- Se uma pessoa, que tenha vivido até 80 anos, gastar em média R\$ 200,00 por mês para suprir suas necessidades básicas, ela terá gasto, durante sua vida, um valor capitalizado a um juro de 0,6 % ao mês, total de R\$ 10.426.824,00 (mais de 10 milhões de reais). Uma verdadeira fortuna.

- Segundo levantamentos divulgados em julho de 2001 cerca de 50 milhões de brasileiros passam fome (quase 30% de população). Se cada brasileiro que trabalha (cerca de 60 milhões) fosse ajudar no sustento dos que passam fome, teria de pagar cerca de R\$ 50,00 por mês pelo resto de sua vida – supondo que cada pessoa gaste no mínimo R\$ 2,00 por dia em alimentação e que o número de miseráveis não aumente.

Acreditamos que estes números possam dar uma dimensão aproximada da importância da auto-suficiência. As pessoas, as famílias, os municípios e os estados precisam ser auto-suficientes sob pena de que a sociedade pague muito caro por isso. Inclusive com a perda de segurança, aumento da violência e do tráfico de drogas gerados pela miséria e desigualdade social.

Texto para reflexão:

IRRESPONSABILIDADE SOCIAL

Se uma criança nasce sem ter as condições básicas para seu desenvolvimento na sociedade, ela estará gerando um problema para seus genitores e para a sociedade, que terá que sustentá-la nem que seja por esmolas ou pela contravenção.

A partir da adolescência provavelmente se envolverá com drogas, crimes e prostituição, pois num sistema onde a mão-de-obra é cada vez menos necessária, o aumento indiscriminado da população, só pode levar diretamente ao desemprego o que agrava cada vez mais o problema social.

No entanto a sociedade, ou melhor, seus representantes do governo, pouco ou nada fazem para incentivar todos os genitores em potencial (adolescentes e adultos) a buscarem o conhecimento necessário para evitar o nascimento de uma criança que eles não poderão sustentar.

Cabe à sociedade, e principalmente seus representantes, proporcionar este conhecimento e amparo, para depois poder cobrar dos pais uma responsabilidade maior sobre seus filhos.

O direito da criança começa pelo dever dos pais.

Somente após formar pessoas conscientes e responsáveis é que a sociedade poderá cobrar deveres. Cabe a cada um assumir sua responsabilidade perante a sociedade para que a mesma possa deixar de ser uma sociedade irresponsável.

Texto publicado nos jornais: Correio do Povo (P. Alegre); Camobi (S. Maria) e A Palavra (S. Sepé)

Sabemos que uma sociedade é auto-suficiente quando todos tiverem condições de suprir suas necessidades individuais através do trabalho remunerado – não necessariamente dinheiro – e tiverem conhecimento para planejar suas famílias de acordo com suas possibilidades.

PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL

Este é um programa que não depende diretamente da administração pública e pode ser implementado pela sociedade organizada. **Basta união e boa vontade.**

1º Passo – Motivar a população.

Ninguém faz nada sem motivação. Então, cabe aos órgãos públicos – entidades e principalmente a imprensa local – promover campanhas para motivar as pessoas a participar de um projeto social que visa melhorar a qualidade de vida de toda a população, e não só da população carente.

É importante destacar que quem doar alguma coisa – seu tempo, sua disposição, roupas, alimentos, etc. – também deve receber algo em troca, pois as pessoas beneficiadas terão que doar – no mínimo – sua força de trabalho ao programa. Afinal, *ninguém é tão pobre que não possa dar, nem tão rico que não queira receber*. Deve ficar claro que este programa não deverá explorar as pessoas beneficiadas como mão-de-obra barata, mas apenas exigir uma troca justa e benéfica a todos.

2º Passo – Coletar dados.

- Número de famílias que têm o orçamento doméstico insuficiente. (Quantidade de filhos, pessoas em idade economicamente ativa, desempregados, analfabetos, infra-estrutura doméstica – casa, utensílios...). Estes dados poderão ser colhidos num questionário específico distribuído em colégios, entidades assistenciais, postos de saúde, órgãos públicos, etc., e/ou feito por voluntários.

- Empresas e pessoas que possam fazer doações – alimentos, roupas, material... – e fornecer estágios, remunerados ou não. (Fazer campanha pela imprensa.)

- Pessoas que queiram ser voluntárias – para dar aulas, prestar assistência médica... (Fazer convite pela imprensa local.)

- Projetos sociais e governamentais que estejam dando bons resultados.

As pessoas e grupos que já estão atuando na área social – entidades assistenciais, filantrópicas e órgãos públicos – terão muito a contribuir na execução deste projeto.

Obs. Cadastrar todos os beneficiados. As empresas e pessoas que irão colaborar com o projeto deverão também estar cadastradas e receberão benefícios – força de trabalho, facilidades...

3º Passo – Preparar programa de assistência mínima.

A partir das pessoas interessadas em colaborar, organizar uma lista de tarefas para pôr em prática o projeto.

Em cada zona de pobreza (vila, favela...) encontrar um espaço (colégio, igreja, galpão, posto, pátio...) onde será organizado um centro de assistência. Neste centro será servido diariamente (se possível) uma refeição gratuita – apenas para os cadastrados. Os alimentos serão obtidos em sobras de padarias, mercados, feiras, restaurantes, bares, lancherias, hortas comunitárias, etc. Uma equipe de pessoas carentes, que fazem parte do programa, farão o recolhimento e preparo dos alimentos, limpeza do local e todos os trabalhos necessários para manter funcionando este programa.

Dentro deste programa também serão prestados serviços médicos, distribuição de agasalhos e outras doações.

Os professores, médicos, dentistas e outros profissionais que farão parte do projeto, serão todos voluntários de acordo com sua disponibilidade.

Obs. Todas as pessoas beneficiadas terão que oferecer sua força de trabalho e participar de estágios profissionalizantes (pedreiro, eletricitista, gari, ...), além de participarem de cursos (alfabetização, **planejamento familiar**, prevenção da AIDS e outras doenças, qualificação profissional, etc.).

4º Passo – Organizar sistemas de produção em grupo ou em mutirão, para construir casas populares, hortas (todo terreno baldio pode se transformar em horta ou micro-lavoura – ficando uma pequena parte da produção para o proprietário), usina de reciclagem, oficinas de reparos, etc. Esta iniciativa deve gerar empresas ou cooperativas que pertençam aos próprios trabalhadores. **Mais importante que dar emprego, é dar condições para que as pessoas possam trabalhar para elas e criar meios de gerar recursos para se auto-sustentarem.**

5º Passo – Organizar atividades de lazer (esportes, música, dança, teatro, etc.). Sabemos que a qualidade de vida está ligada, também, às opções de lazer. E muitas vezes por falta destas opções é que as pessoas se entregam aos vícios (drogas, álcool, cigarro...).

A **grande novidade** deste programa é que ele não só oferece benefícios aos necessitados mas **exige** dos mesmos um retorno em força de trabalho, participação de cursos que vão qualificá-los para o mercado – de modo que se tornem auto-suficientes – e, principalmente, para que tenham condições de formar famílias auto-suficientes através do curso de **planejamento familiar**.

Não vou entrar em detalhes sobre o curso de **planejamento familiar**, mas antecipo em colocar que ele deverá esclarecer os pais (em potencial) das responsabilidades que devem ter sobre seus filhos, e incentivar as pessoas carentes a terem poucos filhos – ou nenhum – até que a sua situação esteja melhor.

Outra novidade é que para implantar este projeto numa comunidade não será necessário praticamente **nenhum recurso financeiro**, apenas a participação da sociedade. Sendo que as pessoas que colaborarem com o projeto receberão, direta ou indiretamente, muitos benefícios em troca, como força de trabalho e outras vantagens que poderão estimular a participação de todos. A própria dinâmica do projeto deverá atrair pessoas para se tornarem voluntárias. Caso isto não seja suficiente, colocaremos posteriormente algumas idéias que poderão ser implementadas no sentido de tornar os municípios auto-suficientes com a participação do poder público.

REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO

A maior recompensa para o trabalho do homem não é o que se ganha, mas o que ele nos torna. (John Ruskin)

Tem muito mais valor aquilo que é conquistado por mérito e por determinação, do que aquilo que é recebido de graça, sem nenhum esforço.

O homem ocioso é como água estagnada: corrompe-se. (Latena)

Quem não vive para servir, não serve para viver. (Adágio Popular)

O trabalho afasta de nós três grandes males: o tédio, o vício e a necessidade. (Voltaire)

O trabalho dignifica o homem.

O maior valor que uma pessoa pode ter é a sua dignidade.

O trabalho mais valorizado é aquele que beneficia mais as pessoas.

Numa sociedade justa, os trabalhadores devem ganhar mais, ou menos, conforme seu trabalho é mais, ou menos, valorizado pela sociedade.

AUTO-SUFICIÊNCIA MUNICIPAL

Considerando o município como unidade territorial básica, este deve ter meios de produzir bens de consumo que possam suprir as necessidades de sua população e/ou que possam ser comercializados com outras regiões. Cabe a administração municipal verificar o potencial de matéria-prima do município e trazer, ou incentivar a criação de indústrias que utilizem esta matéria-prima, tendo em vista o consumo interno e externo; desenvolver tecnologias eco-sustentáveis para explorar o ambiente sem prejuízos ao mesmo nem à sociedade. O potencial turístico – belezas naturais, história, cultura local, etc. – também faz parte das riquezas do município e poderá ser explorado economicamente.

Para determinar o potencial de riquezas a ser explorado e a ocupação do meio ambiente – uso da terra, exploração mineral, vegetal, etc. – deverá ser feito um estudo por técnicos (biólogos, geógrafos, agrônomos, engenheiros, ...) que vão delimitar áreas que poderão ser exploradas sem prejuízo ao meio ambiente e áreas de preservação permanente, assim como a criação de parques municipais. Cabe exclusivamente ao município a responsabilidade de manter em sua área territorial um ambiente sadio, equilibrado e preservado.

A tão falada Reforma Agrária também deve ser feita em âmbito municipal junto com o desenvolvimento do potencial territorial do município.

Todos os impostos deverão ser arrecadados em âmbito municipal para suprir as necessidades do município e serem repassados ao estado e a nação.

Um município para ser auto-suficiente não pode ter um número de habitantes maior do que o potencial de trabalho oferecido por sua sociedade. Se existe desemprego é porque há excesso de mão-de-obra ou o seu potencial de riquezas não está sendo bem explorado. Sendo que este potencial deve estar limitado pela preservação do meio ambiente. No caso de excesso de mão-de-obra, poderá haver incentivo à migração para outros municípios, regiões ou países – onde há potencial a ser explorado e falta de trabalhadores – e/ou incentivo à redução da taxa de natalidade.

Assim como em países onde a natalidade é baixa (Espanha, Itália, Suécia, etc.) existe incentivo à procriação, também deve existir incentivo a não-procriação em regiões onde a natalidade é alta, principalmente se a região não tem riquezas para uma exploração eco-sustentável, como parece ser o caso do nordeste brasileiro, da Amazônia, de algumas regiões da África e Ásia .

O poder público deverá incentivar o desenvolvimento do potencial municipal, de forma auto-sustentável e incentivar também programas que visem alcançar a auto-suficiência dos indivíduos e das famílias através do **planejamento familiar**.

Texto para reflexão:

INCENTIVO À MISÉRIA

Quase todos os programas sociais priorizam **apenas** as crianças. Oferecem “Merenda Escolar”, “Salário Família”, “Bolsa Escola”, etc., sem darem quase nenhuma atenção aos que geram estas crianças, no sentido de que os mesmos possam planejar e sustentar seus filhos. Isso só incentiva os pobres a terem filhos para receber benefícios. Um pobre sem filhos quase morre de fome, enquanto que um pobre com muitos filhos não precisa fazer mais nada além de filhos, para sempre ter uma criancinha de colo e garantir o sustento do resto da família.

Se o pobre não tem perspectiva de se desenvolver dignamente ele procura ser o “coitadinho” cheio de filhos para criar, aí todo mundo ajuda, pois todos tem pena das “pobres criancinhas”. E assim a miséria se prolifera com os inocentes nascendo com a função de pedir esmolas e receber os benefícios da “sociedade caridosa”.

O ideal seria que cada casal tivesse apenas a quantidade de filhos que pudesse sustentar. **Alimento e educação são deveres dos pais, não da sociedade. O dever da sociedade é proporcionar trabalho e instrução aos pais (em potencial) para que possam formar famílias auto-suficientes.**

Parece que o poder público não consegue perceber isso e continua incentivando a miséria, com vantagens cada vez maiores para quem tem muitos filhos e nenhum incentivo ao planejamento familiar.

Não sou contra ajudar as crianças pobres, mas acho um absurdo ignorar quem gera estas crianças. Acredito que um projeto social eficiente deve dar estrutura e incentivo aos futuros pais para que eles tenham somente a quantidade de filhos que possam sustentar. Caso contrário a miséria continuará aumentando e absorvendo os recursos públicos, gerando uma legião de miseráveis inocentes que dificilmente terão a possibilidade de uma vida melhor.

Texto publicado no jornal A Palavra de São Sepé - RS, em 18/08/2001

A administração municipal deverá incentivar a criação de uma Agência de Empregos (privada) que fará o cadastro de todos os desempregados, de qualquer qualificação, descobrindo suas vocações e potenciais; desenvolvendo estes potenciais através de cursos e estágios; encaminhando posteriormente estas pessoas ao mercado de trabalho; ou dando-lhes condições de que possam criar o seu próprio negócio – individualmente ou em grupo – na forma de cooperativas ou associações. Cada pessoa que conseguir emprego, ou desenvolver um negócio lucrativo, através desta Agência, fará um pagamento de 5% de seu ganho à mesma pelo período de um ano, conforme contrato feito na ocasião do cadastro. Isto deve tornar a Agência auto-suficiente.

A administração municipal deverá incentivar também a criação de uma Cooperativa de Empresas (privada); que terá a função de distribuir melhor os serviços e comércio, para ocupar, de maneira mais racional, todos os nichos deixados pela sociedade de consumo; assim como dar apoio, preparar e assessorar as empresas – existentes e novas – para que tenham um melhor desempenho e estejam sempre atualizadas com o mercado e novas tecnologias. Esta cooperativa seria mantida pelas empresas associadas.

A cooperação entre empresas não deve significar a criação de cartéis ou a acomodação por parte das mesmas. Os órgãos de defesa do consumidor devem ter mecanismos de exigir sempre das empresas mais qualidade e melhores preços. As empresas que não se adequarem a estas exigências deverão ser multadas e correrão o risco de serem banidas (substituídas) do mercado.

Até que o município possa atingir um equilíbrio, com trabalho para todos, a administração municipal deverá ajudar as famílias mais pobres com cestas básicas e outros benefícios em troca da participação destas famílias no “**Programa de Inclusão Social**”, assim como em frentes de trabalhos emergenciais que garantirão uma remuneração para pessoas carentes.

O salário-desemprego, que permite que pessoas “espertas” ganhem para ficar em casa dormindo ou que trabalhem na informalidade e continuem ganhando este benefício, não será mais necessário. Todo desempregado passará a ter um compromisso com o **Programa de Inclusão Social**, fazendo cursos, estágios e trabalhando para a comunidade. Em resumo, todo município buscará atingir a situação de pleno emprego, onde todo desempregado será um empregado da sociedade.

Caberá ao município, não ao estado ou a nação, garantir trabalho, saúde, educação, saneamento e segurança pública para todos, até que as famílias e os serviços públicos possam se tornar totalmente auto-suficientes.

O nível de desenvolvimento de uma sociedade se mede pelas condições de vida do seu membro menos favorecido.

Também é dever da administração municipal cumprir sua folha de pagamento, que será reduzida drasticamente conforme será possível perceber mais adiante, e financiar os projetos básicos de infra-estrutura que garantam o desenvolvimento do município.

Cada município deve ter uma reserva financeira para eventualidades.

É preciso que exista uma integração entre todas as prefeituras do país – e até mesmo do mundo – para trocar idéias e experiências que possam resolver os problemas comuns.

AUTO-SUFICIÊNCIA REGIONAL, ESTADUAL E NACIONAL

Uma nação soberana deve ter meios de produzir bens de consumo que possam suprir as necessidades de sua população e ter um comércio externo capaz de compensar as deficiências internas. Cabe as administrações municipais e estaduais desenvolver o potencial de matéria-prima, através da industrialização, para suprir estas necessidades de consumo.

A administração pública estadual e federal estará encarregada de fazer a integração entre as regiões e os estados, de forma que possa haver um desenvolvimento equilibrado. Esta será mantida pelo repasse de parte da arrecadação dos municípios auto-suficientes e estados.

CONCLUSÕES E SÍNTESE DESTE CAPÍTULO

Quase toda riqueza de uma sociedade vem, direta ou indiretamente, das pessoas que produzem (trabalham). Quanto mais aproveitadores, dependentes e excluídos tiver uma sociedade, maiores serão os encargos sobre os que trabalham.

Para acabar com os excluídos é necessário lhes dar trabalho (pago com benefícios e doações da sociedade e/ou do poder público), instrução (ministrada por voluntários e/ou contratados) e responsabilidades (exigida em troca dos benefícios).

A administração pública deverá buscar a auto-suficiência dos indivíduos, das famílias e da sociedade.

Para se desenvolver uma região é necessário ter pessoas competentes e capacitadas, que possam analisar o potencial da região, o mercado interno e externo, e fazer um plano de desenvolvimento viável e eco-sustentável.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

REPRESENTANTES E ADMINISTRADORES

Acreditamos que a melhor forma de escolher os representantes do povo passa por uma mudança no sistema convencional de eleição – na qual o “marketing” se sobrepõe as pessoas e suas reais intenções – para um sistema mais representativo, onde os escolhidos estariam subordinados direta e constantemente à facção da sociedade que os elegeu.

Texto para reflexão:

LAVAGEM CEREBRAL

É quase impossível fugir do “bombardeio” a que estamos submetidos em época de eleições. Existe um mecanismo, alimentado por muito dinheiro, que nos obriga a ver e ouvir diariamente todo tipo de propaganda política; que acaba sujando as ruas, tirando a atenção de quem tem mais o que fazer e confundindo a cabeça do eleitor.

Algumas pessoas encaram as eleições como um torneio de futebol e agem como torcedores apaixonados. É a luta do bem contra o mal. Deste lado: o candidato maravilhoso, que vai resolver todos os problemas; do outro lado: o terror da sociedade.

Acredito que mais importante que os candidatos apresentarem propostas e projetos é darem garantias de que poderão cumprir suas “promessas”. Se cada candidato fosse obrigado a apresentar um plano de atuação detalhado – com cronograma, captação e uso dos recursos públicos, etc. – e tivesse um compromisso jurídico de cumprir o que foi prometido, sob pena de perder o mandato e ainda ser processado; seria muito mais fácil escolher o melhor candidato, além de contar com uma certeza maior de que suas metas seriam cumpridas.

Ao invés de ter leis que obrigam a propaganda política no rádio e na televisão (aquela que ninguém escuta), deveria haver uma lei que restringisse a propaganda ao mínimo necessário para orientar os eleitores.

No entanto os partidos políticos apostam na propaganda coerciva caríssima, alimentada por dinheiro não-se-sabe-de-onde, para convencer seus eleitores. **Pode faltar dinheiro para projetos sociais, para a educação, para a saúde, etc., mas para propaganda política parece que sempre sobra.**

Está mais do que provado que só as eleições não vão resolver nossos problemas. Se assim fosse já os teríamos resolvido, pois há décadas que escolhemos nossos administradores; muda situação, oposição e os problemas continuam existindo, às vezes até se agravando. O que precisamos é de um mecanismo que nos permita acompanhar, fiscalizar, sugerir e exigir soluções para nossos problemas.

Acho que os sistemas, político e eletivo, devem evoluir muito até que possam realmente se tornar instrumentos eficientes para resolver os principais problemas da sociedade, e não só iludir o povo com campanhas estrondosas, festas, showmícios, foguetes, bandeiras, passeatas, etc., para depois das eleições ficar tudo praticamente como sempre foi. E fica a esperança que talvez daqui a quatro anos ... quem sabe ... Afinal nunca é tarde para melhorar.

Texto publicado no jornal A Palavra de São Sepé - RS, em 27/09/2000 (Véspera de eleições)

Nossa sugestão é de que a população escolha, por **voto direto e facultativo**, um representante do grupo a qual pertence – a seguir seguem exemplos. As escolhas em nível estadual e federal seriam feitas por voto destes representantes (indiretas), conforme a escolha do seu grupo. Ninguém votaria em quem não conhecesse ou empurrado por propaganda coerciva. Cada representante do povo estaria subordinado diretamente ao grupo que o escolheu. Este grupo poderia **substituir** o representante, ou administrador, se ele não correspondesse as expectativas do mesmo.

Todas as decisões polêmicas, a serem tomadas pelos representantes do povo, deverão ser discutidas também com a sociedade. Os textos (resumos) deverão ser divulgados pela internet e jornais. Posteriormente deverão ser debatidos em programas de rádio e/ou TV.

Os representantes do legislativo – em todos os níveis – teriam mandatos de cinco anos, sendo permitida a reeleição; enquanto os representantes do executivo ficariam no cargo por tempo indeterminado – até que queiram sair ou sejam depostos pelos seus eleitores.

O salário pago aos representantes e administradores deverá estar vinculado ao salário mínimo local – esta medida visa estimular o desenvolvimento da região para que possa elevar os salários do setor público. O valor pago aos representantes e administradores não deve ser tão baixo, que desestimule pessoas competentes a se dedicarem aos cargos; nem tão alto, que leve pessoas a uma disputa política apenas por interesses financeiros.

Todos os ocupantes de cargos públicos representativos (inclusive vereadores) teriam suas finanças particulares e seu patrimônio controlados, de forma que qualquer aumento significativo de numerário, bens ou patrimônio, seja detectado e verificado sua origem. No caso de ser comprovado o uso de seu cargo para obter benefícios que estejam lesando o patrimônio público, o infrator seria punido com rigor.

Este sistema deve ser suficiente para reduzir ou acabar com os problemas de má administração e corrupção.

Texto para reflexão:

DEMOCRACIA?

“Governo do povo, pelo povo e para o povo?”

Conceito este a ser questionado, pois em nosso atual estado democrático a única participação do povo é no instante de dar o seu voto. E o pior é ter que escolher entre candidatos incapazes, sem ética e sem uma proposta clara e definida, que nos são empurrados pelos meios de comunicação e por todo tipo de propaganda que é imposta aos eleitores.

Ninguém precisa de muito conhecimento político para saber que os candidatos são eleitos pela maioria indecisa, desinformada e facilmente manipulada. Tanto é que os candidatos apostam na propaganda coerciva para obterem seus votos.

Uma vez eleito, o candidato só tem o “compromisso moral” com o povo que o elegeu. Que, como se sabe, não é levado muito a sério pois o seu mandato é curto, os parentes e amigos são muitos e seu futuro precisa estar garantido.

Acho que não podemos mais admitir modelos antigos, e sim exigir uma evolução necessária para que realmente possamos ter um governo do povo, pelo povo e para o povo.

Texto publicado no jornal A Razão de Santa Maria - RS, em 16/10/1990

LEGISLATIVO MUNICIPAL (Câmara de Vereadores)

Cada facção organizada da sociedade que tenha um número significativo de pessoas (sindicatos, associações de bairros, vilas, distritos, empresários, profissionais liberais, etc.), escolheria, por **voto direto e facultativo**, o seu representante; que estaria subordinado a esta facção, devendo lhe prestar contas mensais ou bimestrais.

A cada cinco anos deverão ser feitas eleições para o legislativo municipal, sendo que os vereadores poderão ser reeleitos. Também poderão ser substituídos a qualquer tempo, se esta for a vontade do grupo que o elegeu.

Estes representantes receberiam apenas uma ajuda de custo, vinculada ao salário mínimo do município – o cargo não deve impedir que o mesmo trabalhe.

Sua função seria de criar e alterar leis – visando a auto-suficiência e o desenvolvimento do município – apresentar projetos, fiscalizar o Executivo e o setor privado (defesa do consumidor), além de fazer um elo entre o poder público e a população – principalmente a que o escolheu.

EXECUTIVO MUNICIPAL (Prefeitura)

O Prefeito seria escolhido entre pessoas que tenham capacitação e experiência administrativa, conforme indicação e convite dos vereadores. Estes, solicitariam ao seu grupo uma lista de pessoas com estas características. As pessoas mais solicitadas seriam convidadas; e, caso aceitem, comporiam a lista final de candidatos. Esta lista deverá ter no mínimo três candidatos, que fariam sua apresentação através de seu currículo, suas propostas e a participação em um debate público – onde defenderão estas propostas. A escolha final se dará através de voto aberto dos vereadores, sendo que cada vereador votará conforme indicação do seu grupo.

O Prefeito teria a função de representar o município e prestar contas (mensais) aos vereadores da atuação das secretarias.

O mesmo permaneceria no cargo até que queira sair ou seja substituído por vontade do grupo que o elegeu – no caso a Câmara de Vereadores.

As secretarias seriam compostas por várias equipes (terceirizadas) que apresentariam, ao prefeito e vereadores, projetos de execução com base nas necessidades – apontadas pela população e discutidas em cada grupo – do município. Tal como numa licitação.

Os projetos aceitos receberiam verbas para sua execução. Estes projetos seriam fiscalizado pelos vereadores e população, conforme seu cronograma. Se uma equipe não conseguisse cumprir o cronograma sofreria sanções (multas) por quebra de contrato. Equipe de bons administradores permaneceria no cargo (emprego) e maus administradores seriam depostos.

Além dos salários, os bons administradores deveriam receber prêmios e os maus, sofreriam sanções podendo ser excluídos dos cargos que ocupam de acordo com a gravidade de sua incompetência.

A administração municipal deverá ter um mínimo de funcionários, tendo em vista que as secretarias seriam terceirizadas e, algumas, auto-suficientes.

LEGISLATIVO ESTADUAL (Câmara de Deputados)

Cada região (grupo de municípios) através de seus vereadores e prefeitos, escolheria um representante que melhor pudesse desempenhar esta função, desde que o mesmo tenha experiência de pelo menos cinco anos como representante do povo (vereadores ou prefeitos).

O mandato deverá ser de cinco anos, sendo permitida a reeleição. Também poderão ser substituídos a qualquer tempo, se esta for a vontade do grupo que o elegeu – no caso: vereadores e prefeitos.

EXECUTIVO ESTADUAL

Os candidatos (mínimo três) seriam indicados pelo legislativo estadual entre os prefeitos com melhor desempenho em suas cidades – experiência mínima de cinco anos – e seriam escolhidos por voto aberto dos deputados e prefeitos do estado.

O governador permaneceria no cargo até que queira sair ou seja substituído por vontade do grupo que o elegeu – no caso: deputados e prefeitos.

LEGISLATIVO FEDERAL

O congresso nacional será composto apenas pelo senado, com dois representantes por estado. Estes representantes serão escolhidos em voto aberto pelos prefeitos dentre os deputados estaduais com experiência mínima de cinco anos.

O mandato do senador deverá ser de cinco anos, podendo ser reeleito. Também poderá ser substituído a qualquer tempo, se esta for a vontade do grupo que o elegeu – no caso os prefeitos do estado.

EXECUTIVO FEDERAL

O Presidente e Vice (2º mais votado) seriam escolhidos dentre os governadores que se destacassem pelo desenvolvimento de seu estado, através de voto aberto de todos os deputados estaduais, governadores e senadores.

O Executivo Federal teria a função de representar a nação e prestar contas aos senadores da atuação dos ministérios.

Os ministérios seriam compostos por várias equipes que apresentariam, ao presidente e senadores, projetos de execução com base nas necessidades – apontadas pelos municípios e estados – de cada região – tal como numa licitação. Os projetos aceitos receberiam verbas para sua execução. Estes projetos seriam fiscalizado pelos senadores, governadores e deputados, conforme seu cronograma. Se a equipe não conseguisse cumprir o cronograma sofreria sanções por quebra de contrato. Equipe de bons administradores permaneceria no cargo (emprego) e maus administradores seriam depostos. Além dos salários, os bons administradores deverão receber prêmios e os maus, sofrerão sanções podendo ser excluídos dos cargos que ocupam de acordo com a gravidade de sua incompetência.

A principal proposta – neste novo sistema de administração pública – é dar à população **participação direta e constante**; seja através de seus representantes diretos, seja através de pesquisas de opinião, ou sugestões encaminhadas aos administradores; que estarão sempre subordinados a esta população.

REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA POLÍTICO CONVENCIONAL

O principal defeito da democracia é que apenas o partido político que está na oposição é que sabe como governar. (Laurence Peter)

A política é uma forma de impor idéias.
Ao invés de ser a união da sociedade em prol do bem comum, é uma guerra interminável de uns contra os outros, onde a população é que sofre as conseqüências. (Celso Afonso Brum Sagastume)

Errar é humano. Culpar os outros é política.

Para um político, tudo que é bom foi feito por ele ou pelo seu partido, e tudo que não é bom, é culpa dos outros. Por isso que eu tenho aversão à política.
(Celso Afonso Brum Sagastume)

Só se pode confiar na palavra de um político quando ele está elogiando um adversário ou assumindo uma irresponsabilidade; o que é muito raro de acontecer, principalmente com os que se acham donos da verdade.
(Celso Afonso Brum Sagastume)

As pessoas nunca mentem tanto quanto depois de uma caçada, durante uma guerra ou antes de uma eleição. (Otto von Bismark)

Não quero participar da política... A política não é o meu ofício, sempre me limitei a fazer pequenos esforços para tornar os homens menos tolos e mais honestos. (Voltaire)

*Os cientistas se esforçam para tornar possível o impossível.
Os políticos, por fazer o possível, impossível. (Bertrand Russel)*

*Apostamos na política e na loteria, mas a chance de acertar na segunda é maior.
(José Carnieletto)*

DÍVIDAS PÚBLICAS

As dívidas internas (aproximadamente R\$ 600 bilhões) e externas (aproximadamente US\$ 250 bilhões) são frutos de um sistema dependente (não auto-suficiente), da má administração e da corrupção. Os milhões de pobres miseráveis pedem ajuda aos milhares de municípios, que pedem ajuda aos estados, que pedem ajuda à união, que pede ajuda ao FMI. Quando o dinheiro vem, é desviado pela corrupção e o que sobra é mal aplicado, não resolvendo os problemas e acumulando as dívidas, que se tornam cada vez mais impagáveis.

Curiosidade: Se fossemos dividir a dívida pública total pelo número de habitantes do país (incluindo idosos e crianças) cada um teria uma dívida maior que R\$ 7.000,00.

O que estamos propondo neste livro, se aplicado na prática, deve tornar o sistema auto-suficiente, onde ninguém mais vai precisar pedir nada a ninguém. A corrupção será facilmente identificada e os responsáveis punidos.

Mesmo assim ainda existe a dívida herdada do sistema anterior. Para resolver definitivamente este problema sugerimos o seguinte:

- Analisar as origens das dívidas tentando descobrir onde foram aplicados tais recursos e se houveram desvios que levaram ao enriquecimento ilícito de pessoas envolvidas. Caso se confirmem estas suposições, deverão ser feitas apreensões de bens e patrimônio destas pessoas.

- Criar uma associação internacional de países devedores para negociar juros mínimos com os credores, retroagindo às origens das dívidas. Esta ação deverá servir para recalcular as dívidas considerando o que já foi pago e reduzindo o volume total das mesmas. Quem sabe as dívidas já não tenham sido pagas?

Esta associação deverá buscar apoio da ONU e dos países ricos que deverão ajudar os países endividados a sanarem suas dívidas.

- Criar uma lei que faça com que as administrações públicas determinem um cronograma de pagamentos das dívidas. Devendo pagar, além dos juros, no mínimo 5% do montante por ano. Isto significa que ao assumir uma administração pública, os administradores se comprometem a diminuir a dívida herdada, devendo saná-la ao longo da sua administração.

As privatizações de empresas estatais – que deverão passar gradativamente ao domínio de seus funcionários, conforme veremos mais adiante – também servirão para sanar as dívidas.

Para que a especulação financeira seja banida da sociedade será necessário que a sociedade se torne auto-suficiente e que os órgãos financeiros ofereçam juros mínimos, controlados pelos órgãos de defesa do consumidor.

AUTO-SUFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Nada é de graça: saúde, educação... (médicos, professores... não trabalham de graça) tudo é pago pela sociedade. Mesmo os voluntários, propostos no Programa de Inclusão Social, deverão receber benefícios. Tudo que é dado, sem que haja algo em troca, perde o seu valor e acaba se tornando uma obrigação. Como se as pessoas não precisassem fazer nada para melhorar suas vidas pois “o governo” tem a obrigação de lhes dar tudo de graça. **Não existe nada mais justo do que um indivíduo retribuir à sociedade pelos benefícios obtidos da mesma.**

O ideal que se busca é de tornar a sociedade capaz de proporcionar auto-suficiência aos indivíduos e famílias, para que eles possam ter garantia e segurança de que sempre terão condições de suprir suas necessidades básicas, sem precisar de pedir auxílio à mesma.

Texto para reflexão:

ORGULHO DE POBRE

Existe um pensamento entre os pobres ignorantes de que: quanto mais filho e mais mulher um homem tem, mais macho ele é.

Algumas vezes pude presenciar, em programas da TV, ser mostrado, como um motivo de orgulho, um velhinho pobre com duas, três mulheres e 20, 30 filhos. Quem vai sustentar estes filhos? Nós, é claro, pois ele mal pode se sustentar com o que produz.

As pessoas que trabalham, e pagam impostos, vêem seu dinheiro sendo jogado fora em corrupção, má administração, e o pouco que sobra tem que ser aplicado em habitação, creches, postos de saúde, etc., para que os pobres possam se proliferar sem nenhuma responsabilidade. Afinal o pobre serve para mão-de-obra barata e para dar voto nas eleições, que é o interesse dos empresários exploradores e dos políticos corruptos. Mas eles também acabam pagando, junto com a classe média e trabalhadora o ônus gerado pela pobreza.

Enquanto a sociedade continuar incentivando a procriação, o único orgulho que o pobre vai ter é o de fazer filhos. Quando a sociedade começar a cobrar responsabilidade dos pais sobre os filhos gerados, então as pessoas passarão a ter orgulho da qualidade de vida que poderão dar aos seus filhos e não mais da quantidade de filhos que podem fazer.

Quando todos os serviços públicos forem auto-suficientes, praticamente não haverá a necessidade de impostos o que representará para a sociedade **uma economia descomunal** que será calculada posteriormente.

Todos os serviços públicos deverão ser pagos por quem puder e quanto puder. O valor cobrado deverá ser suficiente para pagar os trabalhos desenvolvidos pelos profissionais e para cobrir despesas de infra-estrutura necessária para a prestação dos mesmos; mais um valor extra, que será destinado a cobrir os custos daqueles que não possam pagar o valor total (este valor deverá estar de acordo com o valor de mercado). Os serviços particulares, de mesma natureza, contribuirão também para cobrir os custos dos que ainda não se tornaram auto-suficientes, inclusive disponibilizando seus serviços para as pessoas carentes, sendo ressarcidos, posteriormente, pelo fundo correspondente. Esta medida faz com que os serviços públicos tenham qualidade e não necessitem de verbas retiradas da arrecadação de impostos.

Quando toda população se tornar auto-suficiente, o valor extra pago pelos serviços públicos poderá ser muito menor e servirá apenas para manter um fundo de reserva, que será uma espécie de seguro para casos extraordinários.

A administração dos órgãos públicos ficará à cargo dos funcionários dos mesmos, que passarão a ser como sócios de uma cooperativa que prestará serviços à comunidade.

Todos os serviços – públicos ou privados – serão fiscalizados pela sociedade através de órgãos de defesa do consumidor, para que mantenham qualidade e preços justos.

SAÚDE

Inicialmente, todos os serviços de saúde (exames, internações, consultas, remédios, etc.) serão pagos pelo solicitante, desde que o valor não ultrapasse 5% da sua renda familiar, o restante será pago por um Fundo Municipal de Saúde. No caso de tratamentos prolongados o paciente pagará no máximo 3% da renda familiar. O Fundo de Saúde receberá recursos do excedente pago por quem pode pagar mais. Os serviços particulares contribuirão também para este Fundo.

Futuramente, quando a sociedade for totalmente auto-suficiente, os serviços de saúde serão pagos por uma mensalidade de 1% da renda familiar, na forma de seguro saúde e os profissionais receberão um salário mensal fixo – ao invés de receber por consulta. O ideal é que estes profissionais tenham pouco serviço e trabalhem mais na área da saúde preventiva.

Texto para reflexão:

SAÚDE PÚBLICA - UM PROBLEMA NOSSO

Sem dúvida nenhuma a saúde é a coisa mais importante – e urgente – para qualquer pessoa. Sem comida até se sobrevive por algum tempo (embora a saúde esteja diretamente ligada a alimentação) e ninguém morre por falta de dinheiro.

Infelizmente, em nossa sociedade, os serviços de saúde deixam muito a desejar e muitas pessoas acabam sofrendo com a falta de assistência, de medicamentos e estrutura que possa suprir suas necessidades de atendimento.

Só lembramos deste problema quando sofremos em nossa família a necessidade de um serviço de saúde. E, mesmo que tenhamos boas condições financeiras, os custos podem ser tão elevados que chegam a acabar com o nosso patrimônio familiar.

Embora os serviços de saúde possam ser um problema maior para as pessoas de menor renda, também representam um problema para quem tem melhores condições de vida. Então a saúde é um problema de toda a sociedade, que precisa se unir para buscar soluções.

Acredito ser inadmissível que pessoas não tenham acesso a um serviço de saúde de qualidade por falta de recursos próprios ou públicos. Cabe à administração pública dar prioridade a este tipo de serviço para que todos possam ter garantia de boa qualidade de vida.

Não podemos admitir que um problema de saúde possa acabar com os recursos que acumulamos com sacrifício durante a vida, e nem aceitar incompetência na saúde pública. Devemos, sim, é exigir do poder público uma atitude que resolva definitivamente este tipo de problema.

Texto publicado nos jornais A Razão de Santa Maria - RS e A Palavra de São Sepé - RS, em 1998

EDUCAÇÃO

Todos os cursos deverão ser pagos pelos pais dos alunos, desde que o valor não ultrapasse 2% da renda familiar por aluno. O que ultrapassar este valor será custeado por quem pode pagar mais.

Os alunos carentes – conforme seu nível de carência – além de não pagarem nada ainda poderão receber bolsa de estudo, merenda e material escolar grátis na forma de assistência estudantil.

Mais uma vez se comprova que quanto mais auto-suficientes forem as famílias dos alunos, menor serão os custos que a sociedade terá de pagar para sustentar seus estudos.

Observação: as porcentagens colocadas anteriormente são apenas aproximações que deverão ser calculadas e ajustadas posteriormente.

ENERGIA ELÉTRICA, TELEFONE, ÁGUA E SANEAMENTO

O pagamento destes serviços básicos terão valores variáveis conforme faixas de consumo, que deverão ser ajustados de forma que os maiores consumidores (residenciais) pagarão um valor excedente que subsidiará os custos do pequeno consumidor.

INFRA-ESTRUTURA URBANA, ESTRADAS, SEGURANÇA, ETC.

Para cobrir gastos com a manutenção e infra-estrutura de serviços de uso indireto, serão cobradas pelo município: IPTU, IPVA, impostos sobre combustíveis e outras taxas – de acordo com a necessidade – porém com valor muito menor e com destino, desta arrecadação, melhor definido.

IMPOSTOS, ENCARGOS E TAXAS

A sugestão que damos é de que os impostos sejam proporcionais as necessidades da sociedade e devam ser suficientes para cobrir estas necessidades, compondo também um fundo de reserva para emergências. Quanto mais auto-suficiente forem as pessoas, famílias e serviços públicos, menor serão os impostos.

As taxas cobradas sobre os serviços públicos deverão bastar para torná-los auto-suficientes. Caso isso não aconteça, os impostos deverão cobrir as deficiências.

Texto para reflexão:

RASGANDO DINHEIRO

Nós pagamos impostos em quase tudo que fazemos: compras (ICM...), para trabalhar (ISSQN...), quando nos deslocamos (IPVA...), para viver (IPTU...); até para gastar dinheiro pagamos impostos (CPMF...).

Parte deste dinheiro, que não é pouco e deveria melhorar nossa qualidade de vida, é utilizado para suprir as deficiências de pessoas pobres, principalmente crianças, que precisam de alimentos, roupas, casa, saneamento básico, serviços de saúde, educação, etc., mas nunca é suficiente para atender a todos. Não vou citar aqui a parte que é desperdiçada na má administração e na corrupção, pois todos estão cansados de saber que ela existe.

Pretendo abordar algo menos perceptível e, talvez, mais fácil de ser combatido. Estou falando da quantidade de filhos gerados por pessoas que não têm fonte de renda e que acabam obrigando a sociedade a pagar os custos de sua incapacidade (ou indiferença) em planejar uma família. Talvez a própria sociedade incentive os pobres a terem muitos filhos, pois, para eles, fica mais fácil de conseguir esmolas, ajúdios e outras facilidades que até as leis concedem.

Acredito que, se nós (a sociedade) não proporcionarmos condições para que cada pessoa possa ter **conhecimento e incentivo** para planejar seus filhos, estaremos fadados a continuar vendo nosso dinheiro ser “rasgado”.

É claro que não basta apenas fazer um programa de planejamento familiar, mas, sem ele, qualquer projeto de distribuição de renda e geração de emprego fica praticamente inviável. Pois, se a população crescer mais que o PIB, a renda per capita sempre vai diminuir e estes objetivos ficarão cada vez mais distantes.

Facilitar a adoção de menores abandonados ou o apadrinhamento de menores carentes, é uma medida que pode ser muito eficiente desde agora, e certamente poderia contribuir para diminuir os índices de delinqüência juvenil, que levam os jovens a violência e a criminalidade. Este, certamente, pode ser considerado um grande investimento social.

Então, cabe a nós fazermos o que está ao nosso alcance e, também, exigirmos das autoridades governamentais que elaborem um **programa de planejamento familiar eficiente** que capacite todos, principalmente os jovens e os mais pobres, a construírem suas famílias de maneira consciente e de acordo com suas possibilidades.

Texto publicado no jornal A Palavra de São Sepé - RS, em 23/10/1999

Atualmente a sociedade paga pesados impostos sobre tudo – até para trabalhar se paga imposto – e quase todos os impostos são pagos pelo consumidor (repassados).

Para fazer com que apenas quem pode mais pague impostos – enquanto a sociedade não for totalmente auto-suficiente – sugerimos que os principais impostos cobrados sejam sobre a renda de pessoas físicas e sobre o patrimônio pessoal – inclusive sobre aplicações financeiras. Isto faz com que as pessoas que ganham muito dinheiro e/ou que tenham um patrimônio muito grande, paguem mais impostos, e as pessoas que ganham pouco não paguem nada. Um imposto sobre supérfluos também poderia ser cobrado, mas acreditamos que não seja necessário.

Com estas medidas a maioria das empresas deixarão de pagar impostos, além disso serão beneficiadas com a redução de seus custos administrativos e burocráticos. Estima-se que as necessidades relacionadas a administração dos tributos representam de 20% a 30% dos custos administrativos das empresas. Esses recursos poderiam ser aplicados pelas empresas em novos investimentos, gerando produção, emprego e renda.

Com a eliminação dos atuais impostos embutidos nos preços das mercadorias eles seriam significativamente reduzidos. Os alimentos, os remédios, as roupas e os calçados, para citar apenas alguns exemplos, teriam seus preços diminuídos em mais de 30%. Com isso, os assalariados, que já se beneficiariam de ganhos em seus rendimentos, por conta do fim dos encargos trabalhistas, teriam mais poder de consumo. As empresas venderiam mais e a economia ganharia um forte impacto para crescer. A burocracia, a corrupção fiscal e a sonegação, seriam praticamente eliminados, e o famigerado "custo-Brasil" seria significativamente reduzido, aumentando a competitividade dos produtos brasileiros no exterior.

As empresas não estariam mais sujeitas às complexas escritas fiscais. A contabilidade continuaria sendo exigida apenas para demonstração do patrimônio e de lucros e perdas, no caso de sociedades. As notas fiscais poderiam ser abolidas, extinguindo-se qualquer tipo de fiscalização nas empresas. Assim, seriam eliminadas a sonegação e a corrupção praticada por fiscais desonestos.

(Algumas idéias e dados descritos anteriormente foram tiradas do site: www.marcoscintra.org do professor Marcos Cintra que trata do Imposto Único.)

Quase todos os impostos e taxas deverão ser cobrados em nível municipal. Os municípios repassarão ao poder público estadual um valor proporcional ao desenvolvimento dos mesmos. Os estados também repassarão ao poder público federal um valor proporcional ao seu desenvolvimento, e cada nação repassará a ONU – posteriormente designaremos melhor suas funções – um valor também proporcional ao seu desenvolvimento.

Os estados, ou nações, poderão criar impostos sobre grandes fortunas, assim como sobre grandes empresas.

Ao contrário do que acontece atualmente, quando se tem uma arrecadação – insuficiente ou não – para depois se decidir o que será feito com ela, primeiro se terá um orçamento – que será discutido com os representantes da sociedade – para depois se estipular as porcentagens de impostos a serem cobradas. Isto significa que o valor dos impostos será maior ou menor conforme for a falta de auto-suficiência das pessoas, famílias e serviços públicos, e que nunca mais faltará verba para a administração pública – considerando que o município seja auto-suficiente – caso não seja, será necessário uma intervenção estadual no município que poderá anexá-lo a outro.

Serão abatidos nos impostos, sobre renda e patrimônio, as colaborações espontâneas com projetos do tipo Programa de Inclusão Social.

Todas estas medidas visam acabar com a corrupção e a falta de controle sobre o dinheiro arrecadado em impostos.

Um exemplo prático:

Supondo uma pequena empresa que tenha receita média mensal de R\$ 1.500,00 e 5 funcionários que ganhariam R\$ 250,00 bruto por mês. Tirando deste total R\$ 20,00 do FGTS, R\$19,12 do INSS, R\$ 2,00 do Alvará (proporcional), R\$ 5,40 do COFINS (proporcional), R\$ 3,60 da Contribuição Previdenciária (proporcional), restam R\$ 200,00 líquido para cada um.

Separando R\$ 5,00 para o IPTU, restaram R\$ 195,00 para os gastos do mês. Nestes gastos então embutidos os seguintes impostos: ICMS (15% em média), ISSQN (3% em média), ICMS/ISS (2% em média), IPI (0,5%), CPMF (0,2% em média), PIS/PASEP (0,3% em média), CSLL (0,5% em média), o que totaliza aproximadamente 21,5%, que multiplicado por R\$ 195,00 (que sobrou do salário inicial para gastar) dará um total pago em impostos de aproximadamente R\$ 42,00. Isto significa que do valor inicial de R\$ 250,00, apenas R\$ 153,00 foram usados para benefício do empregado e cerca de R\$ 97,00 (~40%) foram pagos em impostos e encargos.

CURIOSIDADES

- Se ao invés de pagar impostos este trabalhador colocasse este dinheiro (R\$ 97,00) na poupança, em 35 anos de trabalho ele teria acumulado aproximadamente R\$ 185.000,00, o que lhe daria um juro mensal de R\$ 1.100,00 pelo resto da sua vida.

- A diferença entre o valor real da situação atual (com impostos) em que o trabalhador pode gastar apenas R\$ 153,00 do seu salário e a situação idealizada (sem impostos) em que ele poderia gastar os R\$ 250,00, é de um aumento real de aproximadamente 63% no seu salário.

- O estado do Rio Grande do Sul arrecadou aproximadamente 4,2 bilhões de reais em 1998 só em ICMS. Isto significa que cada gaúcho que produz (população economicamente ativa – aproximadamente 40% de toda população) contribuiu em média com R\$ 90,00 por mês, cerca de R\$ 1.000,00 por ano.

CONCLUSÕES E SÍNTESE DESTES CAPÍTULOS

O sistema proposto neste capítulo, para escolher e fiscalizar os administradores e representantes da sociedade, deve ser suficiente para melhorar a qualidade da administração pública.

Para acabar com os aproveitadores é necessário mudar o sistema político e as leis que beneficiam a certos grupos privilegiados. A pressão da opinião pública se encarregará de fazer estas mudanças.

Os serviços públicos devem estar ao alcance de todos, independente das condições financeiras. Porém, estes serviços têm custos que deverão ser pagos pelas pessoas que puderem, conforme suas condições, ficando gratuito apenas para as pessoas carentes. A sociedade que se busca é aquela na qual todos possam pagar pelos serviços que precisarem.

Os impostos deverão ser pagos apenas pelas pessoas que têm mais condições financeiras e as taxas deverão ser proporcionais ao poder aquisitivo e/ou ao consumo de cada um. Mesmo os impostos sendo pagos apenas pelos ricos, eles deverão pagar menos impostos do que já estão pagando, pois não terão que sustentar a corrupção, a má administração nem o assistencialismo.

Não existe mágica para acabar com os impostos, o que existe é uma reestruturação do sistema, que faça com que os impostos tenham a principal função de beneficiar a sociedade e também sirvam para distribuir a renda com mais justiça.

EDUCAÇÃO

O processo de educação é tão importante para o indivíduo na sociedade, que deveria começar antes mesmo dele nascer. Isto é, os pais já devem estar preparados para educar seus filhos desde que eles nascem até que se tornem adultos.

A educação é tão importante porque deve, principalmente, preparar as pessoas para a vida. Para tal sugerimos algumas idéias que poderão somar ao conhecimento e a prática que os professores já têm, no sentido de tornar o processo de educação capaz de formar cidadãos mais conscientes e bons profissionais, sem ter que escravizá-los a um sistema que exige demais certos conhecimentos inúteis e que deixa de ensinar coisas mais importantes.

Como sabemos, é quase impossível fazer com que os alunos aprendam 100% do conteúdo ministrado. Tanto é que as médias exigidas para aprovação estão entre 50% e 70% de assimilação. O que os professores devem fazer é **ênfatizar** o que o aluno deve saber, mostrando sua aplicação através de exemplos práticos.

O grande desafio do professor é motivar o aluno a aprender.

Como já disse Leonardo da Vinci: *Estudar sem interesse é o mesmo que comer sem ter fome.*

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Se a média mínima para aprovação for 7, as avaliações deveriam conter 70% de questões sobre o mínimo necessário que o aluno precisa saber. Os 30% restantes poderiam ser compostos de questões gerais de menor importância.

Antes das avaliações (pelo menos uma semana) o professor poderia dar um resumo contendo o conteúdo essencial do qual comporia 70% da prova.

Após a avaliação, o professor devolveria as provas corrigidas e explicaria alguma questão que a turma tenha tido dificuldade, e, individualmente, alguma questão que algum aluno não tenha entendido perfeitamente.

Quando a avaliação for sobre um trabalho, este não deverá exigir nenhum grande sacrifício do aluno – como resumir dezenas de livros – nem altos custos com materiais – como entregar dezenas de folhas impressas – ou outro tipo de exigência que nada contribui para o aprendizado do aluno.

O ideal é que o aluno aprenda tudo que precisa no horário de aula e não fique condicionado a ter que sacrificar seus horários de folga com estudos e temas de casa.

Aqueles alunos que não conseguiram alcançar a nota mínima para aprovação (70% de acertos), deveriam ter uma atenção maior do professor para tirar suas dúvidas em tempo hábil, onde o professor daria a chance de recuperar a nota através de um trabalho voltado a esclarecer as dúvidas do aluno, para que este tenha a condição de, não só recuperar a nota como principalmente aprender aquilo que não ficou bem claro.

Quase nenhum aluno é reprovado porque quer. Se estão havendo reprovações, algo esta errado com o aluno, com o sistema de ensino ou com o sistema de avaliação. E se algo está errado, algo tem que ser feito para corrigir este erro.

É importante que o professor tenha em mente que os critérios de avaliação deverão ser voltados para que os alunos tenham todas as chances de aprender tudo aquilo que for realmente necessário, de acordo com o objetivo do curso.

Para motivar os professores, sugerimos que eles ganhem um prêmio em dinheiro pelas melhores notas conseguidas pelos seus alunos num provão que deverá ser realizado pela escola (ou pelo Estado).

Os professores também deverão passar por uma avaliação de desempenho feita pelos alunos, de maneira que esta avaliação sirva como crítica construtiva aos professores para que eles possam melhorar cada vez mais. Os melhores professores, escolhidos pelos alunos, também deverão receber um prêmio em dinheiro.

CURSO BÁSICO (Ensino Fundamental - 1º Grau)

Não vamos entrar em detalhes sobre currículo de disciplinas, até porque este não é o objetivo deste livro, apenas antecipamos que o conhecimento adquirido deverá dar condições do adolescente resolver seus problemas cotidianos e ter noções básicas sobre o universo que o cerca. A participação dos pais poderia ser interessante na discussão e elaboração do currículo.

Acreditamos, também, que seja imprescindível o ensino sobre **ecologia** e **relações humanas** de forma que proporcione ao adolescente capacidade de entender as características do ser humano, as relações sociais, noções de justiça e principalmente o problema das drogas e do relacionamento sexual.

Texto para reflexão:

AMOR x PROFISSIONALIZAÇÃO

É muito comum os jovens se envolverem em relacionamentos amorosos (na verdade sexuais) abandonando suas perspectivas de estudo e de buscar uma formação profissional que possa garantir seu futuro e da família que eles pretendem formar. Alguns só querem saber de namorar, transar, se juntar, enfim exercer sua sexualidade de maneira incoseqüente.

Como a sociedade parece incentivar estes relacionamentos, também deveria criar meios de conscientizar os jovens de que um relacionamento imaturo, baseado apenas em atração física – embora eles jurem que é amor – pode acabar mal ou comprometer um futuro promissor.

Todo adolescente deveria ter conhecimento das mudanças que acontecem com seu corpo e sua cabeça em relação ao sexo, para que não venha a se envolver facilmente em relacionamentos ilusórios, imaturos e, algumas vezes, irresponsáveis.

Acredito que educação sexual e planejamento familiar devam fazer parte dos currículos das escolas, para que os jovens não venham a jogar suas vidas fora simplesmente por desconhecerem o comportamento sexual humano.

As escolas deverão proporcionar acompanhamento médico/odontológico profilático, detectando problemas de saúde e encaminhando a um tratamento – se for o caso.

Durante o curso, os professores deverão criar atividades que possam descobrir e desenvolver talentos (letras, artes, esportes, etc.). Sempre lembrando que as pessoas têm interesses diversos.

No final do curso básico o aluno deverá passar por testes vocacionais, de aptidão artística e esportiva, que deverão descobrir o potencial de cada indivíduo, dando-lhes maior capacidade de decidir quais carreiras profissionais eles poderão seguir com sucesso.

CURSO PROFISSIONALIZANTE (Ensino Médio - 2º Grau)

Esta etapa de estudo deverá direcionar o estudante para uma profissão, conforme sua capacitação comprovada na etapa anterior e também de acordo com a necessidade do mercado de trabalho, tendo em vista que ao final do curso ele já deverá estar com trabalho garantido ou capacitado para montar um negócio próprio. Este jovem poderá formar-se em um curso técnico (com estágio) ou preparar-se para um curso superior.

Nos dois primeiros anos, o aluno terá aula com as disciplinas que lhe servirão para sua futura profissão, agora com conteúdo mais abrangente, e também, aulas de: filosofia (onde deverão ser estudadas e debatidas as principais religiões do mundo); planejamento familiar; informática; legislação (criminal, ambiental, trânsito...); condução de automóveis (auto-escola); organização de empresas; economia; saúde (prevenção de doenças, acidentes, prevenção de incêndios e combate ao fogo, primeiros socorros, etc.) e nutrição.

No segundo ano deverão ser feitas visitas em empresas que estejam ligadas ao seu futuro trabalho, para que o aluno possa confirmar na prática seu interesse, ou fazer uma opção por outra área profissional.

No último ano, o aluno terá um curso profissionalizante com estágio ou fará um curso preparatório para prestar o vestibular (apenas com as disciplinas de interesse).

VESTIBULAR

Para que uma pessoa esteja apta a fazer um curso superior ela deverá ser avaliada pelo seu histórico escolar, sua **orientação vocacional**, suas aptidões para a futura profissão (psico-testes) e por um vestibular com questões práticas, que contenha **apenas** as principais disciplinas estudadas no curso escolhido.

O número de vagas oferecido deve estar de acordo com o mercado de trabalho, pois a partir da metade do curso o estudante já estará estagiando e ao final terá trabalho garantido.

CURSO SUPERIOR

O curso superior deverá ter uma parte básica – onde o aluno terá conhecimentos gerais sobre a profissão – e uma parte especializada junto com estágio, onde o aluno fará sua última etapa antes de trabalhar como profissional.

Mesmo na parte básica os conhecimentos práticos devem se sobrepor às teorias. Caso este profissional deseje, futuramente, se especializar em outras áreas, ele poderá retornar ao curso, sem prestar vestibular, e fazer esta especialização. Com os avanços das telecomunicações parte desta etapa poderá ser feita pela internet ou vídeo-curso.

Exemplo completo: Um aluno que no 1º Grau tenha se destacado em matemática e física; sua orientação vocacional tenha indicado criatividade; o 2º Grau foi direcionado para as disciplinas exatas; escolheu o último ano para se preparar para o vestibular de engenharia. Foi aprovado, pois haveriam vagas para estágio na região. Depois de dois anos ele começa um estágio numa secretaria de obras de uma prefeitura, onde conclui o curso e trabalha por cinco anos. Após este período ele resolve montar uma empresa de construção civil e solicita à universidade material para estudo; faz provas, passa por um novo estágio e se especializa nesta outra área.

Com este exemplo simples dá para perceber que o aluno pôde aproveitar melhor o seu potencial, a sociedade ganhou um cidadão consciente e um profissional capacitado. Atingindo, assim, o maior objetivo do sistema de ensino.

FUNÇÃO SOCIAL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

O mundo nunca esteve tão bem servido de instrumentos de informação pública como nas últimas décadas, em que a internet e as telecomunicações interligaram a “aldeia global”.

A imprensa é cada vez mais influente: na formação de opinião; na busca da verdade; na denúncia de violações aos direitos humanos; etc. O poder dos meios de comunicação é tão grande que já ajudou a colocar poderosos na cadeia e até a derrubar presidentes. Basta que a imprensa aponte um problema para que, imediatamente, as autoridades tomem providências o resolvam. Basta que um canal de TV faça uma campanha de auxílio aos necessitados, para que consiga arrecadar milhões.

Tudo isso dá aos meios de comunicação um papel muito importante na evolução da sociedade e do ser humano. Mas estes meios também podem ser usados contra os interesses sociais e em benefício exclusivo de pessoas e grupos específicos.

Todo este poder – que possuem os grandes grupos jornalísticos – precisa estar regulamentado de forma que a sociedade e seus indivíduos jamais possam ser vítimas do mau uso que se pode fazer de tais instrumentos.

Texto para reflexão:

CENSURA x LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Sabemos que a censura foi, e ainda é, usada como instrumento de controlar a opinião pública, no sentido de suprimir informações que possam gerar opiniões contrárias a ordem estabelecida, ou que possam ameaçar os privilégios de classes dominantes – que detém o poder político e econômico. Sabemos também que informações falsas, deturpadas, distorcidas, mutiladas e exageradas, podem gerar opiniões dissociadas da realidade.

Assim como sabemos que o que é levado a público, às vezes, chega de forma que as pessoas não tenham liberdade de escolher se querem ver ou ouvir. Então, a falta total de censura pode fazer com que as pessoas sejam **obrigadas**, por exemplo, a ouvir uma música que contém palavrões, ou ler um texto com insinuações racistas, ou ainda, assistir um filme que incite a violência, o crime, as drogas, etc. Aproveito para falar dos maus hábitos, como as propagandas de cigarro que são **empurradas** para o inconsciente das pessoas quando associam o vício ao prazer (sexo, rebeldia...) através de filmes ou programas de TV. (Lembra do exemplo do Leonardo di Caprio fumando, no filme “Titanic”?).

Em alguns casos as mensagens agridem os receptores e em outros propiciam uma opinião contrária a realidade e/ou nociva a ordem social. Então a censura, quando bem utilizada, poderia proteger as pessoas de insultos e falsidades.

A censura só pode ser bem utilizada quando for democrática e usar critérios que visem proteger os indivíduos e a sociedade – não para distorcer a realidade e beneficiar certas classes poderes ou privilégios.

Todos nós precisamos de um senso de autocensura ou autocrítica para que não venhamos a agredir, mesmo sem querer, outras pessoas ou grupos, com o que supomos ser inofensivo, pois as pessoas que se sentirem ofendidas certamente não vão gostar de nossa atitude e podem nos censurar por isso.

Texto publicado no jornal A Palavra de São Sepé - RS, em 12/05/1999

Vamos colocar a seguir algumas idéias que poderão tornar os meios de comunicação mais responsáveis e ativos na sociedade:

- Todos os meios de comunicação deveriam ter um espaço – em horário nobre – para divulgar informações culturais, educacionais e campanhas de interesse público. Assim como: divulgar opiniões, idéias, críticas, reclamações e sugestões dos cidadãos e, principalmente, dos representantes da comunidade.

- Todos os meios de comunicação deveriam ter um espaço para dar oportunidades a novos artistas e, também, a trabalhos alternativos.

- Todos os meios de comunicação deveriam ter obrigação, por lei, de divulgar eventos e manifestações públicas de maneira imparcial. O boicote de divulgação e a análise tendenciosa dos fatos deveriam ser punidas com multas e “direito de resposta” aos que foram prejudicados.

O poder público municipal deverá incentivar a criação de, no mínimo, uma rádio e um jornal local.

A sociedade deve criar mecanismos para exigir dos meios de comunicação um compromisso com a verdade, com a educação, com a cultura e com os movimentos sociais.

Texto para reflexão:

COMPROMISSO COM A VERDADE

A maioria dos fatos jornalísticos podem ser interpretados de diversas formas antagônicas entre si. No entanto, um jornalismo confiável não deve tomar nenhum dos extremos e sim a visão mais aceita de ângulos opostos, deixando sempre a possibilidade de interpretação ao leitor.

Às vezes, alguns grupos jornalísticos demonstram sua tendenciosidade ao retratarem um fato apenas por um ângulo – somente pelo lado bom, ou pelo lado ruim – conforme seu interesse ou ideologia, e com isso demonstram que não são confiáveis, que podem não estar representando a verdade e que podem estar apenas defendendo “suas” idéias e crenças.

A imparcialidade deve ser a maior virtude do jornalismo que tem o compromisso com a verdade. Caso esta não exista, os opositores, também imparciais, terão sempre motivos para suas críticas, e razões para desmoralizar os meios de comunicação.

Uma sociedade que não pode confiar em seus órgãos de informação tende a se estagnar ou se radicalizar – podendo chegar ao cúmulo das discordâncias violentas.

Cabe a sociedade organizada cobrar este tipo de postura dos órgãos de comunicação que ainda não assumiram o seu compromisso com a verdade, para que a mesma possa continuar evoluindo na busca de uma vida cada vez melhor para todos.

CONCLUSÕES E SÍNTESE DESTE CAPÍTULO

A educação e a informação compõe a base da evolução social. Porém, estes sistemas devem estar voltados para isso e também precisam evoluir.

A educação deve preparar as pessoas para a vida, para a integração na sociedade, para a formação de bons cidadãos e profissionais competentes. Porém, sem escravizar as pessoas com exigências inúteis de conhecimentos que não servem para aquela pessoa.

Os meios de comunicação devem estar subordinados à sociedade (assim como qualquer empresa, através dos órgãos de defesa do consumidor) para que venham a cumprir também sua função social. A sociedade organizada se encarregará de exigir estas mudanças.

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO

Um país se faz com homens e livros. (Monteiro Lobato)

A educação deve ser sempre prioridade, quando se busca o desenvolvimento. (Sândrega Ferreira)

Quanto mais a pessoa aprende, mais útil se torna para si e para a sociedade. (José Ingenieros)

A ignorância é vizinha da maldade. (Provérbio Árabe)

Eduquem as crianças de hoje para que não seja necessário punir os homens de amanhã. (Pitágoras)

Saber educar uma criança é garantir seu futuro. (Celso Afonso Brum Sagastume)

Não precisamos de educação que controle nosso pensamento. Não queremos ser apenas mais um tijolo na parede. (Roger Waters)

VIOLÊNCIA

Uma das origens da violência está na estrutura familiar deficiente e no despreparo dos pais para dar uma educação adequada a seus filhos. Mais uma vez se faz necessário um curso de **planejamento familiar** que dê responsabilidade aos pais, e uma formação para melhor educar seus filhos.

As crianças problemáticas e violentas podem ser identificadas pelos pais, ou professores nas salas de aula, devendo ser encaminhadas a um apoio psicológico. Os pais serão sempre responsáveis pelos filhos. Então, eles têm a obrigação de estar presente neste sistema de educação.

É necessário que se inclua, no currículo básico escolar, cursos de relações humanas, prevenção às drogas e defesa pessoal para todos os jovens, principalmente os que vivem em lugares violentos. Também é necessário proporcionar aos jovens, espaço para lazer e esporte, de forma que estes possam canalizar a sua energia natural em competições esportivas e não em agressividade.

Não se cogita a repressão total das tendências agressivas do homem: o que podemos tentar, é canalizar essas tendências para outra atividade que não seja a violência. (Sigmund Freud)

Para acabar com as brigas nas escolas – muito comuns entre adolescentes – cada escola poderia formar uma “Guarda da Ordem” composta pelos alunos mais fortes – e potencialmente mais violentos – que agiriam como interventores em qualquer desentendimento agressivo. Isto não só reduziria os conflitos violentos como também daria uma responsabilidade aos que têm tendências à violência.

Toda pessoa deve ter um vínculo social – escola ou trabalho. Como já disse Benjamin Franklin: *Quem não faz nada está prestes a fazer o mal.*

Grupos que valorizam e incentivam a violência (ganguês) devem ser identificados (pelos pais, professores...) e desmantelados antes que entrem em ação. O incentivo à violência e à discriminação devem ser considerados como crime.

A maioria dos criminosos, que praticaram crimes violentos, demonstraram sua agressividade muito antes de cometer um crime. Toda pessoa desequilibrada, com tendências à violência, deverá ser identificada, encaminhada a uma ajuda psicológica e, se for o caso, passar a ter uma liberdade controlada ou vigiada. Tirar a liberdade de uma pessoa depois que ela comete um crime não vai reverter o seu crime. Pior ainda é deixar um criminoso em potencial livre para agir.

A maioria das grandes tragédias causadas pela violência, poderiam ter sido evitadas se os agressores não dispusessem de armas de fogo. Isto é um fato e o texto a seguir serve para ilustrá-lo.

Texto para reflexão:

O índice de assassinatos nos Estados Unidos é 200 vezes maior do que no Japão, onde nenhum cidadão pode comprar uma arma legalmente. Nos Estados Unidos, que tem o maior índice per capita de armas de fogo, morreram quase o dobro de americanos vítimas de suas próprias armas, do que os que morreram na guerra do Vietnã, durante o mesmo período.

Trecho retirado do Livro dos Fatos de Isaac Asimov - Pág. 90

A posse de uma arma pode deixar uma pessoa mais propensa a desafios e hostilidades, assim ela fica mais próxima de cometer um ato de violência.

A sugestão que damos, para minimizar este problema, é de acabar com a fabricação e comércio de armas de fogo (no mundo), e também substituir as facas de ponta por outros utensílios que não possam ser usados como arma. Isto não só diminuiria as conseqüências de um ato de violência – ou mesmo criminoso – como também diminuiriam os acidentes que podem acontecer com armas e facas.

Somente a polícia e algumas pessoas em casos especiais – depois de rigorosos testes psicológicos – poderiam ter armas, sendo estas personalizadas – que reconhecem o dono por impressões digitais e/ou senha, e com projéteis identificáveis pelo sistema de raios. Mesmo a polícia deveria substituir as armas de fogo por armas defensivas, como: spray de pimenta, gás paralisante, etc.

Para uma ação imediata deverão ser feitas campanhas para desarmar a população, e a polícia deverá se concentrar em inibir o comércio ilegal de armas, investigando as origens deste tipo de comércio.

As armas de colecionadores devem ser inutilizadas para o disparo.

O maior investimento que uma sociedade pode fazer para reduzir a criminalidade é acabar com a injustiça social, com a miséria e com o desemprego. Nenhuma pessoa que tenha boas perspectivas de vida precisa se envolver com o crime e muito menos com a violência. O texto a seguir serve para deixar mais claro que pouco adianta ter dinheiro e patrimônio, e estar cercado pelos excluídos, que com certeza farão tudo para exigir os seus direitos.

Texto para reflexão:

SEGURANÇA

O ponto-de-venda mais forte do condomínio era a sua segurança. Havia as belas casas, os jardins, os play-grounds, as piscinas, mas havia, acima de tudo, segurança. Toda a área era cercada por um muro alto. Havia um portão principal com guardas que controlavam tudo por um circuito fechado de TV. Só entravam no condomínio os proprietários e visitantes devidamente identificados e crachados.

Mas os assaltos começaram assim mesmo. Ladrões pulavam os muros e assaltavam as casas.

Os condôminos decidiram colocar torres com guardas ao longo do muro alto. Nos quatro lados. As inspeções tornaram-se mais rigorosas no portão de entrada. Agora não só os visitantes eram obrigados a usar crachá, os proprietários e seus familiares também. Não passava ninguém pelo portão sem se identificar para a guarda. Nem as babás. Nem os bebês.

Mas os assaltos continuaram.

Decidiram eletrificar os muros. Houve protestos, mas no fim todos concordaram. O mais importante era a segurança. Quem tocasse no fio de alta tensão em cima do muro morreria eletrocutado. Se não morresse, atrairia para o local um batalhão de guardas com ordens de atirar para matar.

Mas os assaltos continuaram.

Grades nas janelas de todas as casas. Era o jeito. Mesmo se os ladrões ultrapassassem os altos muros, e o fio de alta tensão, e as patrulhas, e os cachorros, e a segunda cerca, de arame farpado, erguida dentro do perímetro, não conseguiriam entrar nas casas.

Todas as janelas foram engradadas.

Mas os assaltos continuaram.

Foi feito um apelo para que as pessoas saíssem de casa o mínimo possível. Dois assaltantes tinham entrado no condomínio no banco de trás do carro de um proprietário, com um revólver apontado para a sua nuca. Assaltaram a casa, depois saíram no carro roubado, com crachás roubados. Além do controle das entradas, passou a ser feito um rigoroso controle das saídas. Para sair, só com um exame demorado do crachá e com autorização expressa da guarda, que não queria conversa nem aceitava suborno.

Mas os assaltos continuaram.

Foi reforçada a guarda. Construíram uma terceira cerca. As famílias de mais posses, com mais coisas para serem roubadas, mudaram-se para uma chamada: área de segurança máxima. E foi tomada uma medida extrema. Ninguém pode entrar no condomínio. Ninguém. Visitas, só num local predeterminado pela guarda, sob sua severa vigilância e por curtos períodos.

E ninguém pode sair.

Agora a segurança é completa. Não tem havido mais assaltos. Ninguém precisa mais temer pelo seu patrimônio. Os ladrões que passam pela calçada só conseguem espiar através do grande portão de ferro e talvez avistar um ou outro condômino agarrado às grades da sua casa, olhando melancolicamente para a rua.

Mas surgiu outro problema.

As tentativas de fuga. E há motins constantes de condôminos que tentam de qualquer maneira atingir a liberdade.

A guarda tem sido obrigada a agir com energia.

Texto do Luis Fernando Veríssimo publicado na revista Veja, em 27/03/1985

Está nas mãos da sociedade escolher entre dar oportunidade às pessoas de ter uma vida digna, onde todos tenham acesso ao conforto; ou ter que viver enclausurada, fugindo dos excluídos.

Quando se trata de violência, às vezes o maior agressor é a própria polícia, como já se viu em diversas denúncias feitas pela imprensa. Só pode deter autoridade quem tiver capacidade de exercê-la com competência.

Texto para reflexão:

POLÍCIA É PARA QUEM PRECISA

Todas as pessoas que detêm uma certa autoridade devem estar preparadas para exercê-la – caso contrário, certamente acabarão abusando desta autoridade.

Infelizmente alguns dos policiais que se encontram nas ruas não demonstram estar preparados para enfrentar situações de relacionamento com o público, onde suas atitudes prepotentes levam às pessoas a criarem um preconceito contra a corporação policial, considerando-os autoritários e intransigentes.

Pude presenciar um fato lastimável, causado por policiais da tropa de choque que chegaram de maneira estúpida, empurrando violentamente uma pequena multidão de estudantes que se encontravam confraternizando a volta às aulas sem causar nenhum incidente à ordem pública, nem nada que justificasse uma intervenção policial.

Porém, com a atitude da polícia, a multidão se revoltou contra os policiais, e por pouco não houve agressão física, pois alguns – mais exaltados – começaram a jogar objetos nos mesmos, gerando um ambiente – antes pacífico – de desordem e caos. Felizmente os policiais perceberam a situação e se retiraram a tempo de não causar um confronto maior com a multidão.

Fica aqui um alerta para que os comandantes de operações policiais em meio ao público, instruem os soldados a não usarem força desnecessária, que com certeza só levará a criar um ambiente hostil e agravará mais o problema.

A polícia tem que estar preparada para proteger as pessoas e não para gerar conflitos com a população. Somente com uma polícia capacitada é que a população poderá se sentir mais segura.

Texto Publicado no jornal A Razão de Santa Maria - RS, em 15/03/1996

CONCLUSÕES E SÍNTESE DESTE CAPÍTULO

As origens da violência estão na cabeça das pessoas e são despertadas, ou inibidas, em função da educação, autocontrole e do meio social onde vivem.

É fundamental que se tenha um meio social justo, uma educação eficiente e um acompanhamento dos desvios psicológicos, que o homem e a sociedade podem sofrer, para que se tenha um mundo cada vez menos violento.

Medidas para combater a criminalidade (colaboração César Medeiros):

1. Bons prêmios em dinheiro para quem ajudar a dismantelar quadrilhas ou resolver crimes;
2. Penas rígidas para policiais criminosos ou corruptos;
3. Gravação de todas as conversas realizadas entre criminosos e advogados.

REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA

Quem fere os outros está se ferindo também. Quando todos estiverem conscientes disso a paz reinará entre os homens.

(Osho - Adaptação: Celso Afonso Brum Sagastume)

A injustiça é uma das piores formas de violência.

(Celso Afonso Brum Sagastume)

A violência é o último recurso da incapacidade. (Mahatma Gandhi)

A violência é expressão da impotência. (Rollo May)

O pior covarde é o que usa a violência sobre quem é mais fraco ou está indefeso.

(Celso Afonso Brum Sagastume)

A violência é uma covardia. *(Celso Afonso Brum Sagastume)*

A violência só serve para alimentar o ódio, e o ódio para gerar mais violência.

(Celso Afonso Brum Sagastume)

LEIS E JUSTIÇA

PRINCÍPIOS BÁSICOS

Justiça é dar a cada um o que cada um merece.

Tudo que o cidadão precisa para viver e ter harmonia com a sociedade, deve ser um direito seu.

Todo direito deve corresponder a um dever que possa garantir este direito. Este dever inclui atribuir responsabilidades em hierarquia, sendo o representante do Estado o último grau desta cadeia e cabendo a ele fornecer esta garantia.

O Estado deverá ter poderes para garantir todos os direitos do cidadão. Estes poderes incluem: criar leis justas que visem a harmonia entre as pessoas e a sociedade; arrecadar recursos da sociedade para manter uma estrutura organizada, que garanta o funcionamento das instituições e possa auxiliar os necessitados – que ainda não se tornaram auto-suficientes – retirando de onde existe abundância para distribuir onde existe insuficiência.

Os interesses coletivos devem ter preponderância sobre os interesses individuais.

No caso de confronto de leis, deve prevalecer a justiça por bom senso.

As leis devem sempre beneficiar as pessoas menos favorecidas.

O Estado deverá ter um certo controle sobre os cidadãos para que possa inibir a desonestidade e a violência. Para tal a polícia, ou órgão similar, deve ter um banco de dados contendo, foto, assinatura, impressões digitais, DNA, endereços (residencial, comercial, e-mail...), filiação, naturalidade, data de nascimento, remuneração mensal (salário), contas bancárias (movimentação), patrimônio, etc. Estes dados deverão ser atualizados a cada ano pela internet – os órgãos públicos deverão garantir esta possibilidade. Quando a tecnologia permitir, toda compra acima de R\$ 100,00 deverá ser feita com apresentação da carteira de identidade (ou CPF) e registrada em sua ficha pessoal através de um programa disponível na internet – que também avisará se a pessoa é procurada pela justiça. Só o fato da pessoa saber que: se ela estiver gastando valores incompatíveis com o seu salário pode lhe transformar num suspeito de estar ganhando dinheiro desonestamente, ou se ela for procurada pela justiça será facilmente encontrada, deverá inibir a desonestidade. O uso de senha junto com a identificação e um registro em vídeo nas operações financeiras, poderá dificultar as falsificações.

Nenhuma pessoa, ou grupo, pode prejudicar, direta ou indiretamente, outra pessoa ou grupo – salvo por questões de justiça. Nem colocar em risco, direta ou indiretamente, o bem-estar ou a vida de outras pessoas. Quem violar este princípio estará sujeito à penalidades.

PENALIDADES

As penalidades devem servir para:

- **Proteger a sociedade** de pessoas perigosas (independente de idade), que deverão ficar isoladas da sociedade (presas).
- **Reabilitar o condenado** para voltar ao convívio da sociedade – se isso for possível.
- **Restituir os danos** causados – na medida do possível.
- **Punir o condenado** para que não venha a cometer o mesmo erro e sirva de exemplo para outros. A falta de punição justa, incentiva o crime. Crimes sem justificativas, cometidos por pessoas conscientes devem ser punidos com castigos.

Uma pessoa só será punida quando houver provas conclusivas, que não deixem dúvidas de seu crime. Caso não hajam estas provas, mas a pessoa seja suspeita de ser perigosa, ela deverá ter seu histórico analisado, passar por testes psicológicos e – caso seja constatado potencial de violência – ser mantida sob liberdade restrita ou vigiada.

Qualquer suspeito poderá ser detido para averiguações caso não tenha identidade e residência comprovada, ou se representar perigo pela gravidade do crime do qual é suspeito.

No caso de suspeito de crime financeiro, seus bens deverão ser confiscados imediatamente, até que se comprove a sua inocência (ou culpa).

Qualquer prova, comprovadamente verdadeira, deverá ser considerada em processo penal, independente de como foi obtida.

Sempre deverão ser analisados, e levados em conta, os motivos do criminoso em cometer o crime, assim como seu histórico desde a infância. Estes motivos devem ser atenuantes ou agravantes na sentença.

Deverão ser analisadas também, todas as versões para os fatos. É muito difícil – ou quase impossível – se esconder a verdade, que mais cedo ou mais tarde sempre é esclarecida. Ver exemplos dos filmes: Fargo, Acima de Qualquer Suspeita, ... Enquanto houver uma chance de um suspeito ser inocente ele não pode ser considerado culpado. Enquanto houver uma chance de um suspeito ser culpado ele não pode ser considerado inocente. Se for suspeito de ser perigoso, deverá ficar sob liberdade vigiada.

No caso de co-autoria o agravante vai para o mais velho, ou mais forte (pesado), ou ainda, quem estava armado.

A intenção de cometer um crime, que não chegou a ser consumado, deverá ser punida de forma que a pessoa possa aprender que *o crime não compensa* e não se sinta mais tentada a cometê-lo.

Um crime pode ser cometido por ação ou omissão.

A pessoa prejudicada – ou sua família – deve ter o direito de participar do interrogatório do acusado, que deverá ser documentado em vídeo.

Toda pessoa julgada deve ter o direito a fazer a sua autodefesa, assim como a pessoa prejudicada – ou sua família – poderá fazer sua acusação, com o direito de agravar ou atenuar a pena sugerida pela sentença – até um certo limite.

A pessoa condenada por um crime poderá dar opinião sobre sua sentença. A melhor sentença é aquela que até o próprio criminoso acha justa. Em exemplo posterior, poderemos comprovar que até a pena de morte pode ser considerada justa pelo condenado.

Qualquer sentença injusta – condenar inocentes ou soltar pessoas perigosas – deverá levar à punição dos responsáveis pela injustiça, de acordo com suas conseqüências e negligência. Aquele que cometer injustiça por dolo, deverá sofrer uma pena maior que a do condenado.

Toda pena deve ser de acordo com o crime.

Crime financeiro e roubo deverão ser punidos com confisco de bens e trabalhos forçados até que o infrator tenha restituído à vítima e pago por seu crime. Em caso de reincidência a pena será agravada.

Somente pessoas perigosas deverão ser mantidas presas. Todos os presos deverão trabalhar para a sociedade. Os presídios deverão ser auto-suficientes e ficar na zona rural. Os presidiários terão um curso de integração social. Conforme uma avaliação psicológica eles poderão passar para uma condição de liberdade vigiada (espécie de pulseira localizadora), e só serão postos em liberdade se não representarem mais nenhum perigo à sociedade.

Prisão não deve significar necessariamente punição, mas sim proteção da sociedade contra pessoas perigosas. As punições (castigos) podem ser aplicadas independentes da prisão.

Crimes hediondos, envolvendo tortura e/ou morte de pessoas indefesas, podem ser punidos com tortura e/ou morte do criminoso, executado por pessoa íntima da vítima. Este direito – das vítimas – talvez nunca seja usado, mas o fato dele existir tornará as penas mais justas e deverá ajudar a inibir crimes desta natureza.

Texto para reflexão:

ASSASSINOS DE MÃOS LIMPAS

No dia 23/07/1997, um homem foi assassinado no estado de Virgínia – EUA – de uma forma inaceitável por pessoas que tenham senso de justiça. Foi uma morte premeditada e friamente calculada, anunciada ao mundo e executada pelos representantes da “justiça” mais injusta que se pode obter – que é a de condenar uma pessoa à morte sem ter **certeza conclusiva** sobre o fato e sem aceitar qualquer apelação.

Não quero dizer com isso que um suspeito de um crime bárbaro seja posto em liberdade por falta de provas, mas que permaneça em liberdade vigiada ou condicional, até que se tenha mais argumentos para concluir o caso. Outro fator que a “justiça” parece desconsiderar é o histórico do suspeito, que no caso poderia lhe inocentar.

Não sou contra a pena de morte desde que ela represente justiça, mas este tipo de atitude não pode, nem deve, ser aceita por pessoas sensatas, e nenhuma sociedade deve dar tais poderes “divinos e absolutos” a pessoas tão estúpidas como as que decidiram este caso.

Mesmo que o executado fosse o criminoso – o que não se tem certeza – as pessoas responsáveis por tal atitude não vão ficar esquecidas pelo seu ato de assassinos de “mãos limpas”.

Muito melhor um culpado absolvido do que um inocente condenado.

Texto publicado no jornal Correio do Povo de Porto Alegre, em 30/07/1997

Um exemplo que poderia acontecer com você:

Vamos supor que as idéias contidas neste livro já estejam sendo executadas na prática e que lhe aconteceu o seguinte fato:

Você e sua namorada (ou namorado, esposo(a), mãe ...) estavam voltando para casa de uma janta e foram abordados por uma gangue de adolescentes armados de facas e paus. Estes delinquentes batem muito em você, estupram e matam sua namorada. Quando vão lhe matar a polícia chega e prende os agressores. Você vai para o hospital onde passa algumas semanas, sofre operações, fica cego de uma vista e estéril, devido a violência das agressões.

Chega o dia do interrogatório e você tem o direito de participar. Instruído por um advogado, você começa perguntando ao acusado que está sendo interrogado e tem 17 anos:

– Você teve instrução no colégio sobre justiça e sabe que o que você faz aos outros vai lhe acontecer. Certo?

– Certo. Mas eu estava bêbado (drogado) e não sabia o que estava fazendo, além do mais eu fui obrigado...

– Você também teve instruções sobre o uso de drogas, sobre más companhias e também sabe que isso não é desculpa para justificar seus atos de covardia.

– ...

– Muito bem, se você sabe o que fez, que pena você daria para alguém como você, que bateu, humilhou, estuprou e matou pessoas indefesas?

– Mas você não entende ... eu não queria...

– Entendo perfeitamente, não queria mas fez. E agora tem que pagar. Diga que punição você lhe daria?

– Não adianta, você não entende...

– Não adianta, você não tem desculpa e a pena que eu lhe daria é de ser espancado até a morte. Você não acha justa?

– Não... olha... eu...

– Bom, você tem até o julgamento para tentar convencer o júri e me convencer a não lhe aplicar esta pena.

No dia do julgamento a sentença do júri é de pena de morte, podendo ser agravada à pena de morte por espancamento ou atenuada para prisão perpétua. Lembrando que qualquer prisão só será mantida enquanto o condenado representar perigo para a sociedade. Você decidirá se executará o condenado ou atenuará sua pena.

O delinqüente condenado é consultado sobre a sentença e fala (visivelmente apavorado):

– A pena de morte por espancamento é justa pelo que eu fiz, mas imploro ao executor que a pena seja apenas de morte por injeção letal e que o meu caso sirva de exemplo para quem não mede as conseqüências de seus atos...

Você percebe que o condenado está profundamente arrependido e lhe atenua a pena para prisão perpétua.

Com outro condenado mais arrogante e também pertencente a gangue, você mantém a condenação do júri e executa (aperta o botão) uma pena de morte simples.

Lembrando que este é um direito seu e não um dever. Você só participará do processo de inquérito, julgamento e execução, se quiser.

Os interrogatórios, o julgamento e as execuções deverão ser gravadas em vídeo e divulgados ao público como exemplo do que acontece com pessoas que cometem crimes bárbaros.

Sinceramente, eu não acredito que com boa educação – conhecimento de justiça, relações humanas, prevenção às drogas, etc. – e boas condições de vida – lazer, acompanhamento psicológico, etc. – alguém, por mais estúpido que seja, vá se envolver com este tipo de crime e jogar sua vida fora. Mas também não seria nada justo que uma pessoa arrase a vida de outras por covardia e para sua diversão, e receba a mesma punição de quem é perigoso por problemas psicológicos e de desequilíbrio emocional. **Justiça é dar a cada um o que cada um merece.**

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Observação: O texto grifado é original e o não-grifado são comentários ou emendas sugeridas pelo autor.

PREÂMBULO

Considerando:

- *Que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;*

- *Que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade, e que o advento de um mundo em que o ser humano goze de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viver a salvo do temor e da necessidade;*

- *Ser essencial que os direitos do homem sejam protegidos pelo império da lei, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão;*

- *Ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;*

- *Que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos do ser humano, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla;*

- *Que os Estados Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades;*

- *Que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso;*

*A Assembléia Geral das Nações Unidas proclama a presente "**Declaração Universal dos Direitos do Homem**" como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.*

ARTIGO 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Todo ser humano, recém-nascido, deve ter um pai e uma mãe (ou responsável) capacitados para lhe dar condições dignas de vida e lhe amparar em seu desenvolvimento psico-físico-social.

Cabe à sociedade, e/ou ao Estado, proporcionar instruções e condições a estes pais, para que os mesmos possam suprir as necessidades básicas de seu filho recém-nascido e lhe dar a educação necessária para sua integração na sociedade.

A responsabilidade sobre a sustentação e educação de uma criança cabe em primeiro lugar aos pais, depois aos familiares próximos, depois à sociedade em que ela está inserida e, em última instância, à sociedade global.

ARTIGO 2

I) *O ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição discriminatória.*

II) *Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.*

III) Por questão de justiça, quem violar esta lei não terá benefícios da mesma.

ARTIGO 3

O ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Cabe ao Estado, ao qual pertence, lhe assegurar este direito.

ARTIGO 4

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos estão proibidos em todas as suas formas.

ARTIGO 5

O ser humano não será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante. Caso alguém submeta outra pessoa a este tipo de tratamento, por questão de justiça, poderá sofrer o mesmo tratamento.

ARTIGO 6

Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

ARTIGO 7

Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos tem direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Cabe ao Estado, ao qual pertence, lhe assegurar este direito.

ARTIGO 8

Todo o homem tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Cabe ao Estado, ao qual pertence, lhe assegurar este direito.

ARTIGO 9

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

ARTIGO 10

Todo o homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Cabe ao Estado, ao qual pertence, lhe assegurar este direito.

ARTIGO 11

I) Todo o homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias a sua defesa. Esta condição não deve permitir que uma pessoa suspeita de ser perigosa fique livre para agir, ou fugir.

II) Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

ARTIGO 12

Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques a sua honra e reputação. Todo o homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

ARTIGO 13

I) O ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência em qualquer parte do mundo.

II) O ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

III) Quando as nações alcançarem níveis de desenvolvimento semelhante – que deverá ocorrer no máximo em dez anos – todas as pessoas serão cidadãos do mundo, podendo fixar moradia e buscar trabalho em qualquer país, sem nenhuma barreira que impeça este direito.

IV) Caberá à ONU assegurar estas condições.

ARTIGO 14

I) *Todo o homem, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.* Nenhum ser humano pode sofrer perseguição por nenhum motivo que não esteja dentro desta lei. Caberá à ONU lhe assegurar este direito.

II) *Este direito não pode ser invocado em casos de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.*

ARTIGO 15

I) *Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade.*

II) *Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.*

III) *Caberá à ONU assegurar este direito.*

ARTIGO 16

I) *Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, tem o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.*

II) *O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.*

III) *A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.*

ARTIGO 17

I) *Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.*

II) *Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.*

III) *Os direitos sobre bens materiais jamais poderão se sobrepor aos direitos básicos do ser humano.*

ARTIGO 18

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

ARTIGO 19

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

Todo ser humano tem direito à educação, à informação e a busca da verdade.

Caberá à ONU assegurar este direito.

ARTIGO 20

I) Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.

II) Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

ARTIGO 21

I) Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

II) Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.

III) A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

IV) Caberá à ONU assegurar este direito.

ARTIGO 22

Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

Caberá ao Estado, ao qual pertence, lhe assegurar este direito.

ARTIGO 23

I) Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

II) Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

III) Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

IV) Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

V) Caberá ao Estado, ao qual pertence, lhe assegurar este direito.

ARTIGO 24

Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Caberá ao Estado, ao qual pertence, lhe assegurar este direito.

ARTIGO 25

I) Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

II) A maternidade e a infância tem direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

III) Caberá ao Estado assegurar este direito.

ARTIGO 26

I) Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita (para quem não dispõe de recursos para pagar os custos), pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnica e profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

II) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

III) Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

IV) Caberá ao Estado assegurar estes direitos.

ARTIGO 27

I) Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios.

II) Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

III) Todo ser humano tem direito ao acesso às artes e ao conhecimento.

IV) Caberá aos Estados e a ONU promover, incentivar e divulgar a produção científica, intelectual, literária e artística; e garantir o acesso de todos a este tipo de produção.

ARTIGO 28

Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Caberá à ONU assegurar este direito.

ARTIGO 29

I) Todo ser humano tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

II) No exercício de seus direitos e liberdades, todo o homem estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

III) Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

ARTIGO 30

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer direitos e liberdades aqui estabelecidos.

ABORTO E EUTANÁSIA

Tanto a pena de morte quanto o aborto não teriam lugar num mundo perfeito, onde as pessoas seriam suficientemente esclarecidas e não cometeriam erros desta natureza. Mas não estamos num mundo perfeito, estamos num mundo real – que estamos tentando aperfeiçoar. Sabemos que no mundo que buscamos, haverá cada vez menos espaços para este tipo de erro, mas também não podemos continuar sendo hipócritas ou inquisidores querendo impor aos outros a nossa vontade e tirando-lhes a liberdade de escolha sobre suas próprias vidas.

Texto para reflexão:

ABORTO: QUEM DECIDE?

Um feto faz parte do corpo da mãe, dependendo exclusivamente dela para se desenvolver e se tornar um ser humano completo. Logo, cabe exclusivamente a ela – devidamente informada – decidir sobre o seu próprio corpo e sobre sua vida.

As pessoas que se opõe ao aborto certamente estão procurando defender a vida do feto – embora este, seja apenas um ser em formação. Porém, não podem esquecer de considerar a vida da futura mãe, que pode estar sendo condenada por ter sido estuprada ou pode até morrer numa gravidez de risco; nem desconsiderar as condições de vida da criança que está sendo gerada, pois esta pode ter sido fruto de um ato de violência (estupro) e não de amor, sendo privada de uma família completa (pai e mãe); sofrendo a rejeição e outros distúrbios psicológicos que poderão arruinar a sua vida – este é um fato comprovado cientificamente.

Se for detectado problemas de gestação o recém-nascido poderá agonizar até a morte ou pior, durante toda a sua vida, o que penalizaria a família e até a sociedade.

Uma pessoa de pensamentos nobres – não egoístas – não gostaria de causar problemas a outras pessoas, muito menos a si própria. Se um feto fosse uma pessoa e pudesse decidir, também evitaria esse tipo de problema. Que no caso seria de não nascer sob tais circunstâncias.

Mas o fato de não-nascer não significa morrer ou deixar de existir, significa sim a possibilidade de nascer de uma maneira melhor, fruto de um amor verdadeiro e com uma boa perspectiva de vida.

Aqueles que acham que só Deus pode decidir sobre a vida e a morte, esquecem que Deus nos deu os mecanismos para gerar a vida e inteligência para decidir o que fazer da mesma; a medicina salva vidas – evita a morte – e auxilia na geração – como nos casos dos “bebês de profeta” – assim como pode abreviar o sofrimento de uma pessoa que não tem chances de recuperação, como é o caso da eutanásia; e nem por isso está se opondo à vontade de Deus.

As pessoas inteligentes sabem que Deus só ajuda quem se ajuda, quem toma atitudes e decisões. Se Deus não nos desse o direito de decidir teria nos feito robôs.

Qualquer imposição do Estado, da sociedade ou da Igreja é uma violação ao direito da mulher decidir sobre sua própria vida, já que a vida do feto faz parte dela. **O direito à vida não pode se sobrepor jamais ao direito da liberdade de decidir sobre a própria vida.** Obrigar uma mulher a ser mãe pode ser desastroso para o filho, para ela e para a sociedade.

Algumas pessoas se acham no direito de dar opiniões sobre a vida dos outros. Não podem esquecer, porém, que esta opinião não deve ser **imposta**, pois pode levar a uma desgraça alheia – da criança, da mãe e da sociedade.

O ideal é que cada pessoa esteja suficientemente informada e esclarecida, e possa decidir sobre a sua própria vida.

Texto para reflexão:

VIDA E MORTE

Muitas vezes ouvimos falar do “direito à vida” como algo inquestionável por nossa sociedade. Esquecemos, porém, que não existe e nunca existiu direito à vida em nenhuma sociedade, pois, criamos animais para nos alimentar, caçamos, pescamos, e, pior, destruímos florestas, poluímos rios... Todos estes animais e plantas são tão vivos quanto nós. O que se protege não é a vida em si, mas sim a vida humana. Esquecemos também que as guerras matam milhares de seres humanos em nome de questões ideológicas, políticas e religiosas.

Felizmente temos os ecologistas e pacifistas que questionam e lutam, não só pelo direito à vida, mas principalmente para evitar a morte gratuita em nome de valores hipócritas.

Mas onde começa a vida humana? Sabemos que um espermatozóide, ou um óvulo, são potenciais de vida tanto quanto um zigoto. No entanto os óvulos e espermatozóides produzidos pelo organismo e não fecundados são exterminados naturalmente, e um zigoto é tão animal e vivo quanto um ovo de galinha.

Um ser humano só se distingue de um animal pela sua inteligência, e ela só atinge seu desenvolvimento integral anos após o nascimento. Então o aborto, ou infanticídio, que são praticados em algumas sociedades como controle populacional, podem ser tão aceitos como o sacrifício de um cavalo que tenha as pernas quebradas. Tendo em vista que **a qualidade de vida pode ser mais importante que a própria vida**, pois ninguém quer viver para agonizar até a morte.

A natureza nos deu uma capacidade de procriação muito maior que as condições de sobrevivência, considerando que a morte natural faria o equilíbrio. Mas se o homem evita a morte natural, então, para equilibrar, tem que haver a contracepção.

A medicina hoje ainda não tem bem claros os conceitos de morte, pois algumas pessoas em coma irreversível voltaram à vida, e, com a possibilidade da clonagem, basta que uma célula esteja viva para que se dê origem a uma réplica do mesmo ser vivo que morreu estraçalhado.

Será que nos dias de hoje podemos admitir que um ser humano seja concebido sem condições de ter uma vida saudável, podendo agonizar até a morte?

Será que devemos manter uma pessoa viva a qualquer custo, mesmo com o sofrimento da mesma, em nome do “direito à vida”?

Acredito que não é a vida ou a morte que importam, mas as conseqüências de nascer ou morrer.

Morrer, todos morrem. O importante é ter uma razão para viver, ou morrer.

Morrer é fácil, o difícil é viver.

Texto publicado no jornal O Centenário de São Sepé - RS, em 13/06/1998.

SOBRE A LIBERAÇÃO E PROIBIÇÃO DAS DROGAS

As leis do mercado são claras: um produto só é comercializado se houver consumidor, e só haverá consumidores se houver oferta do produto.

Os consumidores de drogas existem principalmente pela falta de um sistema eficiente de conscientização. E os traficantes de drogas existem principalmente por não terem boas perspectivas de ganharem a vida honestamente.

De acordo com o que foi colocado anteriormente neste livro, as pessoas deverão estar mais conscientes dos perigos das drogas e também terão melhores perspectivas de se desenvolverem através do trabalho honesto, o que deverá reduzir o consumo e o tráfico de drogas.

Mas vamos partir de um pressuposto de que: é quase impossível acabar definitivamente com a oferta de drogas no mercado; sempre haverá pessoas dispostas a se drogarem; o máximo que a sociedade pode fazer é restringir esta oferta e conscientizar as pessoas dos malefícios das drogas. Então podemos definir que:

- Qualquer droga que cause dependência química deve ter sua comercialização e consumo proibidos por lei.

Texto para reflexão:

É PROIBIDO FUMAR: UMA REFLEXÃO SOBRE REGRAS E LIBERDADE

As discussões suscitadas pelas leis ou regulamentos que restringem o direito de fumar se detiveram, sobretudo, em dois aspectos: a eficácia das medidas repressivas e os direitos individuais daqueles que dizem fumar porque querem.

*Os militantes anti-tabagistas creditam a redução no consumo global de cigarros principalmente às campanhas educativas e ao abandono voluntário do hábito, mas está fora de dúvida que as medidas coercitivas ajudaram bastante. Em muitos ambientes de trabalho, o fumante passou a ser visto como o **oposto do que a publicidade propõe: um sujeito fraco que precisa abandonar suas tarefas para dar largas ao vício incontrolável. Ousar fumar é reconhecer a impotência para derrotar um mau hábito que outros nunca adquiriram ou que conseguiram abandonar.***

*Foro íntimo ou problema social? O argumento supostamente definitivo que costuma esgrimir em defesa do hábito de fumar e contra as medidas repressivas é o da liberdade de escolha. O fumante tem todo o direito de fumar da mesma forma como o motoqueiro deve ter o direito de deixar o capacete em casa e o motorista pode preferir não usar cinto de segurança. O cidadão em uso de suas faculdades deve ser livre para decidir sua vida ou **sua morte**. (Com a diferença que o fumante não prejudica apenas a si próprio, mas todos os que estão a sua volta, pois a fumaça do cigarro, além de tóxica, incomoda os que são obrigados a respirá-la. E uma morte lenta pode ser pior que uma morte rápida. - Nota do autor do livro).*

A idéia de liberdade predominante na mentalidade contemporânea está moldada tanto pelo individualismo herdado da cultura colonialista, patriarcal e predatória quanto pela lembrança incômoda do autoritarismo. Estes traços convergem para que se exerça o repúdio sistemático a toda medida que tende a pôr ordem na casa a custa da liberdade de alguns, ou a custa de algumas liberdades de muitos. Nem passa pela cabeça do camelô que não tem o direito de se apropriar de um pedaço da via pública para seus negócios particulares, pois, para ele, liberdade é a liberdade dele. Toda medida repressiva que beneficie a sociedade em seu conjunto, mas cujos efeitos não estejam à vista de forma pessoal e imediata, aparece como intolerável, castradora, autoritária e gratuita.

A questão do tabagismo, queiram ou não os fumantes, vai além do direito pessoal de fumar, e não apenas naquilo que diz respeito a contaminação ambiental. Uma sociedade que hoje admite com naturalidade e sem restrições um hábito comprovadamente nocivo à saúde transmitirá às gerações futuras essa aceitação. O indivíduo nascido numa sociedade tabagista está condenado a adquirir o hábito legado por pais e avós, com seu direito de escolha irremediavelmente limitado pela influência de uma prática generalizada.

É muito esclarecedor neste sentido o conceito de "Sociedade Tóxica", formulado pelos argentinos Eduardo Kalina e Santiago Kovadloff, para descrever a comunidade que induz seus membros a práticas autodestrutivas, ou legítimas condutas deste tipo, como os vícios socializados e a exploração irracional dos recursos naturais. Deste ponto de vista, os comportamentos autodestrutivos seriam diretamente inspirados em modelos sociofamiliares da "Sociedade Tóxica", na qual a autodestruição aparece vinculada ao desenvolvimento e afiançamento dos valores comunitários fundamentais. Suas manifestações revestem o caráter de fatos normais e mesmo recomendáveis. O dependente de nicotina acredita defender sua cidadania quando invoca o direito de fumar. Deliberadamente ou não, ele trabalha a favor da permanência do tabagismo como algo socialmente aceito, hoje e amanhã, ao qual a maioria dos futuros fumantes vai aderir nem bem saía da infância. Nestas condições, a "escolha" a que alude o defensor da liberdade irrestrita de fumar é tão determinada por elementos alheios à vontade individual quanto qualquer imposição legal, social ou familiar.

(Fragmentos do texto homônimo, retirado do "Livro do Ano - 1997" da "Encyclopaedia Britannica", pág., 154, escrito pela editora-assistente Renata Guerra)

Mesmo com o consumo proibido por lei, todas as drogas deverão estar disponíveis para quem quiser experimentá-las sob acompanhamento especializado e pagando os custos da experiência. Neste sistema, a pessoa receberá toda informação sobre os efeitos e malefícios que a droga causará no organismo, o que deverá ser suficiente para que ela desista da experiência. Esta condição servirá para que o “rebelde” perca o entusiasmo pelo “proibido” e o curioso possa esclarecer suas dúvidas, além de eliminar o “grupinho” que se junta para se drogar, que é um dos maiores fatores que levam o jovem a consumir drogas. Talvez ninguém use este tipo de serviço, mas quem usar dificilmente se trará um dependente, ao contrário de quem experimenta a droga de forma ilegal.

Os dependentes deverão ter acesso ao uso controlado de drogas juntamente com um tratamento de desintoxicação e apoio psicológico. Os custos do tratamento, que deverão ser menores do que os custos do consumo ilegal, serão pagos pelo dependente. Se o mesmo não tiver condições de custear o tratamento, pagará com trabalho extra.

Exames para detectar o uso de drogas deverão ser feitos com todos os estudantes, motoristas, empregados de serviços públicos, serviços especiais e com qualquer pessoa que a autoridade competente julgar necessário. A simples negação em fazer tais exames será entendida como uma prova de que a pessoa está consumindo drogas ilegalmente, pois: *quem não deve, não teme*.

Quem for apanhado consumindo drogas ilegalmente, ou tiver vestígios de droga no organismo sem autorização legal, deverá passar por um processo de conscientização, a respeito da droga, e por um tratamento de desintoxicação e apoio psicológico – conforme a necessidade. Os custos da recuperação serão pagos pelo drogado. Se o mesmo não tiver condições de pagar estes custos, fará trabalhos extras até sanar sua dívida com a sociedade.

As penas pelo consumo de drogas ilícitas deverão estar restritas em conscientizar o usuário sobre os problemas decorrentes do uso das drogas e multas de advertência, ou trabalhos comunitários. A menos que o usuário demonstre atitude agressiva, que justifique a perda da liberdade.

- **As bebidas alcoólicas** deverão ter sua comercialização restrita conforme o grau de teor alcoólico e seu potencial em causar dependência.

Por representar perigo – à própria pessoa, à sociedade e favorecer a violência – a embriaguez não deve ser permitida; podendo ser punida com prisão temporária e multas de advertência.

Os alcoólatras identificados pela sociedade, também deverão ser submetidos a um tratamento de desintoxicação e apoio psicológico.

- **O cigarro**, por ser uma das drogas que mais causa dependência, deverá ter sua comercialização e uso cada vez mais restrito até ser banido definitivamente do mercado, sendo distribuído apenas aos dependentes – devidamente cadastrados – que terão acesso a esta droga, juntamente com um tratamento de desintoxicação e apoio psicológico.

Texto para reflexão:

DADOS SOBRE O CIGARRO

O jovem começa a fumar, em média aos 13 anos, quando não tem senso crítico para tomar este tipo de decisão.

Ele começa a fumar pra mostrar que já é adulto, por ousadia, por curiosidade, para mostrar que pra ele não faz mal, para ser igual aos que fumam, etc.

99% dos que começam a fumar se tornam dependentes (maconha 50%, álcool 12%).

60% dos que fumam tentam largar o vício, apenas 3% conseguem.

O cigarro mata mais que o trânsito e a violência.

(Fonte: revista Veja - 16 de fevereiro de 2000)

Caberá ao Estado:

- Incluir cursos de conhecimento e prevenção das drogas nos colégios, e faculdades, além de cursos periódicos para a sociedade em geral.

- Definir, juntamente com os órgãos de comunicação, um sistema de marketing permanente que desestimule o consumo das drogas.

- Aperfeiçoar as leis contra o tráfico, considerando uma nova sociedade onde ninguém mais precisará do crime e da contravenção para poder sobreviver.

Texto para reflexão:

A GUERRA DAS DROGAS

As drogas destroem a saúde do viciado, o dinheiro da sociedade e fortalecem a criminalidade.

A saúde se deteriora gradativamente, fazendo com que o drogado perca sua capacidade psicossomática, diminuindo com isso sua qualidade de vida. Com o passar do tempo chegam as doenças, a invalidez e o envelhecimento precoce; podendo tornar o indivíduo inútil sócio-economicamente.

Na maioria das vezes, quem paga pelo uso das drogas, pelo tratamento e pelo sustento do drogado é a família e a sociedade. Isto é, todos nós, pois quando o drogado não produz financeiramente alguém tem que pagar seus gastos. Muitas vezes o drogado recorre à contravenção e ao crime para manter seu vício.

As drogas transferem o dinheiro (poder) da sociedade para o crime organizado. Não é por acaso que as quadrilhas de traficantes tem mais poder financeiro do que o Estado, e mais armas do que a polícia.

O comércio de drogas movimenta cerca de 400 bilhões de dólares por ano. (Fonte: Revista Veja 27/12/2000 página 173 - Jonas Rabinovitch) Imagine todo este dinheiro sendo direcionado para a literatura, a música, o teatro, o cinema, o turismo... enfim, para atividades de lazer saudável.

Os parasitas da sociedade – para se manterem no poder – apostam na estupidez de alguns jovens, que acham que ser rebelde é fazer besteira.

O que a sociedade organizada pode fazer é utilizar os meios de comunicação para mostrar a falta de inteligência que é usar drogas. Caso contrário, nós vamos continuar pagando a conta dos drogados; que vão continuar sendo usados para enriquecer aqueles que não dão a mínima importância em fazer a desgraça dos outros.

O problema das drogas não é exclusivo do drogado mas, principalmente um problema familiar e social.

Somente com a evolução é que a sociedade vai se libertar das drogas.

Texto Publicado no jornal A Palavra de São Sepé - RS, em 16/08/1997

DIREITOS AUTORAIS E INDUSTRIAIS

Já disse Platão que: *numa sociedade justa, os interesses coletivos têm preponderância sobre os interesses individuais.* Mas o que acontece na nossa sociedade é que, muitas vezes, somos obrigados a pagar preços exorbitantes por um produto legal, enquanto o produto ilegal (pirata) custa menos da metade do preço. Este sistema exclui as pessoas que não tem condições de pagarem os preços de certos produtos, privando-as do conhecimento e da cultura, ou obrigando-as a comprarem os produtos piratas – trazendo prejuízos aos autores e à própria sociedade.

Estamos sugerindo aqui um novo sistema que visa incentivar a produção intelectual, industrial, científica, cultural e principalmente dar acesso desta produção à toda sociedade.

PRINCÍPIOS BÁSICOS

Deve ser assegurado a cada autor o pagamento justo pelo seu trabalho, dando-lhe condições de comercializá-lo como inédito.

Toda comercialização que envolve fazer cópias do original deve ser feita com autorização do autor.

Deve ser assegurado ao público, acesso a qualquer obra cultural ou científica, por um preço justo.

Toda ação que consiga ampliar a divulgação da obra – sem prejuízos ao autor – deve ser incentivada e não coibida.

Os casos não previstos em lei deverão ser julgados de maneira justa, sempre em benefício do público e sem prejudicar o autor em relação ao trabalho desenvolvido.

Considerando que o conhecimento e a tecnologia devem ser patrimônios da humanidade – e não objeto para exploração comercial de grupos empresariais – caberia a um organismo internacional – vinculado à ONU – financiar pesquisas e projetos que visam melhorar a qualidade de vida no planeta. Este organismo – assim como a ONU – deverá receber recursos (proporcional ao PIB) de todos os países filiados, e deverá ter uma rede integrada com universidades de todo mundo, onde jamais faltaria recursos e materiais para as pesquisas e para o avanço da ciência.

No caso de projetos bem sucedidos, os pesquisadores, além dos seus salários, seriam recompensados com prêmios de incentivo à pesquisa.

Toda empresa particular que, comprovadamente, desenvolveu ou está desenvolvendo pesquisas para melhorar a qualidade de vida da sociedade, deverá receber ajuda ou indenização dos órgãos oficiais, que passarão a desempenhar este papel.

A partir desta nova postura, todas as tecnologias e inventos passam a ser de domínio público não existindo mais patentes nem pagamentos de royalty. Cabendo às indústrias produzir a preços acessíveis os produtos derivados destas descobertas.

Para incentivar a produção artístico-cultural, poderiam ser criados Conselhos Regionais de Cultura – um para cada milhão de habitantes – composto por pessoas capacitadas para fazer avaliação deste tipo de projeto. Estes Conselhos, que seriam mantidos pelo Estado (no caso de não serem auto-suficientes), auxiliariam o autor em pesquisas de obras similares, fariam uma análise do potencial da obra, em relação ao interesse público, e pagariam os direitos autorais ao autor quando estivesse pronta a primeira edição (supostamente R\$ 1,00 por cópia - proporcional ao tamanho da obra). Os direitos autorais teriam um valor variável, sendo: integral nas primeiras 10.000 cópias, 50% nas próximas 20.000 cópias e 25% a partir de 30.000 cópias (segue exemplo posterior).

Caberá aos conselhos, também, determinar valores máximos para as obras de maneira que o público não seja submetido a preços abusivos.

A grande mudança neste sistema está em que os direitos autorais não seriam pagos pelo consumidor e nem pela empresa encarregada da comercialização – editora, gravadora, etc. Isto fará com que o preço do produto seja menor para o consumidor e em condição de competir com a “pirataria”, além de poder vender muito mais cópias, beneficiando a todos.

As verbas de manutenção para os Conselhos Regionais de Cultura devem vir de taxas cobradas das empresas que trabalham com este tipo de arte, onde os trabalhos mais bem sucedidos – acima de 10.000 cópias – custeariam os demais. Isto também servirá para reduzir os contrastes entre artistas que ganham milhões e outros bons artistas que não tem sequer a chance de mostrar seu trabalho.

A empresa encarregada da comercialização (editora, gravadora, etc.), escolhida pelo autor, faria a primeira edição com investimento próprio e teria retorno integral deste investimento. O autor só receberia os direitos autorais quando comprovasse – junto com a empresa distribuidora – o número de cópias feitas. Este dinheiro seria pago independente das vendas.

Como incentivo a um bom trabalho das pessoas que compõe o Conselho, elas receberiam uma recompensa de 5% do valor pago ao autor.

Exemplos:

a) O autor “A” foi muito bem sucedido, pois produziu um livro que rendeu 100.000 cópias (1% da população do Rio Grande do Sul). Lembrando que este número só foi possível devido ao menor custo do livro ao consumidor.

O lucro da editora foi estimado em R\$ 1,00 por exemplar, totalizando R\$ 100.000,00. (Do somatório dos lucros sairá a taxa a ser paga ao Conselho.)

O autor recebeu R\$ 1,00 para as primeiras 10.000 cópias (R\$ 10.000,00), mais R\$ 0,50 para as próximas 20.000 cópias (R\$ 10.000,00), mais R\$ 0,25 para as últimas 70.000 cópias (R\$ 17.500,00), totalizando R\$ 37.500,00.

Os cinco integrantes do conselho receberam R\$ 375,00 cada um, de prêmio pela indicação da obra.

b) O autor “B” foi bem sucedido, pois produziu um livro que rendeu 25.000 cópias.

O lucro da editora foi estimado em R\$ 1,00 por exemplar, totalizando R\$ 25.000,00.

O autor recebeu R\$ 1,00 para as primeiras 10.000 cópias (R\$ 10.000,00), mais R\$ 0,50 para as próximas 15.000 cópias (R\$ 7.500,00), totalizando R\$ 17.500,00.

Os cinco integrantes do conselho receberam R\$ 175,00 cada um, de prêmio pela indicação da obra.

c) O autor “C” não foi tão bem sucedido, pois produziu um livro que rendeu apenas 1.000 cópias.

O lucro da editora foi estimado em R\$ 1,00 por exemplar, totalizando R\$ 1.000,00.

O autor recebeu R\$ 1,00 para as 1.000 cópias, totalizando R\$ 1.000,00.

Os cinco integrantes do conselho receberam R\$ 10,00 cada um, de prêmio pela indicação da obra.

No final do período a editora ganhou um total de R\$ 126.000,00 e teve de pagar 50% deste valor – em taxas proporcionais às vendas – ao Conselho Regional de Cultura, ficando com um lucro líquido de R\$ 63.000,00. O Conselho pagou R\$ 58.800,00 para os autores e gratificações aos funcionários e recebeu R\$ 63.000,00, tendo um superávit de R\$ 4.200,00 demonstrando que o sistema pode ser auto-suficiente.

No final das contas: a sociedade ganhou livros por um preço mais barato, a editora teve um bom lucro e os autores receberam conforme o resultado de sua obra.

Para obras que tenham interesse maior que regional (nacional ou mundial), poderão ser criados conselhos estaduais, nacionais e mundiais com as mesmas finalidades e integrados com os conselhos regionais.

Quanto aos autores famosos, a regra é a mesma, porém, a obra não precisa passar por avaliação do Conselho.

Exemplo: O cantor “A” costuma vender 100.000 cópias de seus discos. No seu novo lançamento, a gravadora faz uma edição de 100.000 cópias. Basta um representante do cantor comprovar o número de cópias feitos pela gravadora para que o cantor receba do conselho estadual, ou nacional, o valor correspondente.

Se outra empresa quiser reproduzir a obra, terá que fazer um contrato com o autor, caso contrário poderá ser punida com multas. Após dez anos, a partir da data de sua primeira edição, a obra passa a ser de domínio público.

Partes de qualquer obra poderão ser utilizadas em outras obras desde que sejam citadas a fonte e o autor. No caso de coletâneas, a empresa que irá comercializar, terá que pedir autorização ao autor, que receberá, do conselho estadual, nacional ou mundial, uma parcela correspondente a sua contribuição.

Exemplo: Numa coletânea de 20 músicas, contém uma música do autor “A”. Foram feitas 1.000.000 de cópias da mesma, então o autor ganharia aproximadamente R\$ 13.000,00 do Conselho por participar desta coletânea.

Deve ser permitida a divulgação de qualquer obra por meios públicos, tais como: rádio, TV, internet, etc., desde que esta já tenha sido comercializada. Estes veículos pagarão aos conselhos taxas proporcionais a vinculação destas obras conforme a sua capacidade de divulgação. Os autores ganharão – dos conselhos – valores extras conforme seja possível constatar que sua obra está sendo divulgada por outros meios.

Bibliotecas, discotecas, videotecas, etc., também fariam a sua contribuição aos conselhos conforme sua arrecadação e forneceriam aos conselhos, e autores, estatísticas sobre a procura de cada obra. O que irá corresponder ao autor, também, um valor extra pela sua obra.

Todas as obras (compatíveis) estariam disponíveis na internet em sites dos conselhos, que dariam acesso a elas mediante identificação do usuário. Este sistema permitirá avaliar o número de pessoas interessadas em cada obra. Os autores ganharão sua parcela, proporcional, por este serviço também.

Deve ser permitida, e incentivada, a execução pública de obras musicais em shows, bailes, boates, etc., considerando que estas execuções estão divulgando tais obras e que as pessoas interessadas em adquiri-las terão que pagar, direta ou indiretamente, para obtê-las. É um absurdo que uma pessoa compre um CD para escutar em sua casa e a cada lugar público que vai, deva pagar novamente para escutar suas músicas preferidas. Tudo que é cobrado acaba sendo pago, direta ou indiretamente, pelo público.

Obras cinematográficas geralmente exigem grandes investimentos e deverão receber apoio dos conselhos em sua execução. Os meios de divulgação deste tipo de arte (TVs, cinemas, distribuidoras de vídeo, etc.) contribuirão com os conselhos através de taxas proporcionais ao seu alcance de público.

Este novo sistema deverá trazer benefícios a todos, menos aos que se utilizam das leis para explorar o povo e se locupletar às custas da sociedade.

Texto para reflexão:

**DIREITOS AUTORAIS x “PIRATARIA”:
JUSTIÇA, OU ABUSO DA LEGISLAÇÃO?**

Nenhuma lei deveria existir para manter benefícios e privilégios de poucos enquanto exclui os menos favorecidos. No entanto, as leis sobre os direitos autorais, quando mal aplicadas, fazem exatamente isso.

Quando alguém produz uma obra e pode transformá-la num produto de consumo (livro, CD, vídeo, produto industrial, etc.), este autor já estará ganhando pela sua comercialização. Porém, os valores impostos pelo mercado excluem do acesso a sua obra as pessoas que não tem como pagar estes preços. Se existe a “pirataria” é porque o preço do produto legítimo é bem mais caro que a “cópia não autorizada”. É claro que os produtos ilegais não pagam impostos nem tem o custo do produto legítimo, mas isso não justifica a enorme diferença de preços.

Não estou sendo a favor da “pirataria”. Estou sendo a favor da divulgação do conhecimento, da cultura e do acesso a produtos de utilidade pública por preços acessíveis a toda população. Não só a quem tem dinheiro. Também sou contra a “pirataria” antiética; que rouba os méritos do autor; que se apropria de uma obra alheia; que não dá chance do autor comercializar a sua obra; ou que deixa de vender o produto legítimo para vender um produto adulterado, falsificado, de baixa qualidade... Isto sim é que deve ser combatido.

Acredito que para acabar com a “pirataria” basta ter produtos com preços acessíveis e uma legislação que incentive a produção de cunho informativo, científico, cultural e social, e não que coíba a sua divulgação.

A atual legislação está deixando margem para que aproveitadores, como parecem ser algumas pessoas ligadas ao ECAD, se utilizem dela para tirarem proveito. Chegando ao cúmulo de cobrar em apresentações gratuitas, filantrópicas, beneficentes, populares, folclóricas, etc., como se fossem donos da própria cultura e dos costumes do povo.

Cabe aos artistas verdadeiros, que querem ver suas obras divulgadas sem deixar de receber o valor justo pelo seu trabalho, se manifestarem para aperfeiçoar as leis que deveriam protegê-los, mas que acabam monopolizando suas obras a quem tem dinheiro e excluindo-as do público em geral.

Texto publicado no jornal A Palavra de São Sepé - RS, em 23/06/01

CONCLUSÕES E SÍNTESE DESTE CAPÍTULO

As leis têm que representar justiça e também a justiça social, mas devem estar de acordo com a realidade para que possam ser colocadas em prática. De nada adianta ter uma infinidade de leis que não são obedecidas. Para isso é necessário que o Estado tenha meios de garantir o cumprimento da lei, dos direitos e das garantias do cidadão, atribuindo deveres, responsabilidades e definindo critérios justos para sua viabilidade.

Também é dever do Estado, amparado pela lei, criar meios de inibir a violência e a criminalidade; beneficiar os mais humildes e protegê-los contra os poderosos; eliminar a exploração do ser humano e todas as formas de injustiça.

A sociedade organizada se encarregará de exigir estas mudanças.

REFLEXÕES SOBRE JUSTIÇA

Justiça é dar a cada um o que cada um merece.

Justiça é tratar desigualmente os desiguais de acordo com a sua desigualdade; de maneira que esta desigualdade possa diminuir cada vez mais.

(Rui Barbosa - Adaptação: Celso Afonso Brum Sagastume)

A busca da justiça – que deveria ser um compromisso ético e moral com a verdade – na maioria das vezes se torna um jogo sujo entre advogados que usam as leis apenas para tirar proveito delas. Ganha quem tem “um bom advogado”, pouco importa se for justo ou não.

Não se pode ser justo com uma pessoa sendo – ao mesmo tempo – injusto com outra.

Algumas leis não se baseiam na justiça, como deveriam, mas sim em manter os benefícios e privilégios dos poderosos.

Só deveria ser direito aquilo que é justo.

Nenhuma lei deve ter valor, se ela for injusta. E nenhuma lei deve ser aplicada sem bom senso.

Quem aplica uma lei injusta ou comete injustiças em nome da lei, só merece o desprezo da sociedade.

Se você fica indignado quando vê uma injustiça, então temos algo em comum. (Che Guevara)

A injustiça é uma das piores formas de violência.

Onde há injustiça, sempre vale a pena lutar. (Mahatma Gandhi)

Os ladrões, assaltantes, traficantes, contrabandistas, seqüestradores, etc., só poderão ser condenados com justiça se a sociedade onde eles vivem oferecer condições dignas de vida a todos.

Quem rouba por necessidade não é ladrão; é herói.

A honestidade sucumbe quando a necessidade impera.

A ocasião faz o ladrão. (Ditado Popular)

Só rouba quem tem oportunidade.

Os maiores ladrões são protegidos pela lei. Exemplos: pagamentos abusivos de direitos autorais e royalties; sigilo bancário e telefônico de suspeitos; prescrição de crimes; direito (privilégio) adquirido; imunidade parlamentar; etc.)

Posso não concordar com o que você diz, mas vou lutar sempre pelo seu direito de falar. (Voltaire)

As leis que não protegem os nossos adversários não podem nos proteger. (Rui Barbosa)

Antes de partires em busca dos teus direitos, debes examinar até onde cumpriste os teus deveres. (Andreotti)

RELAÇÕES FINANCEIRAS

RELAÇÕES TRABALHISTAS

Sempre que houver patrões e empregados haverá interesses antagônicos. Os patrões querem que os empregados trabalhem o máximo e ganhem o mínimo; e os empregados querem trabalhar o mínimo e ganhar o máximo. Isto não é uma questão de ser bom ou mau, é uma questão de lógica. Consideramos que numa sociedade justa não existam empregados e que todos sejam empresários (sócios) ou prestadores de serviços.

Sugerimos, anteriormente, que os municípios devam incentivar agências de emprego e cooperativas de empresas, que vão motivar os empreendedores a gerar postos de trabalho para absorver a mão-de-obra ociosa do município. Somente aqueles que não possam desenvolver o seu próprio negócio – junto a uma cooperativa, ou sociedade empresarial – seriam empregados da comunidade (prefeitura) recebendo um salário mínimo – parte deste salário deve ser em produtos da cesta básica; onde alguns produtos podem ser produzidos pelas próprias pessoas.

O salário mínimo deverá ser suficiente para adquirir os produtos da cesta básica e cobrir despesas com roupas e metade dos custos de manutenção de uma moradia – lembrando que uma residência deverá servir no mínimo para duas pessoas – além de outras despesas básicas para um indivíduo.

Para acabar com os conflitos entre patrões e empregados, e gerar motivação nos funcionários – desde o mais humilde ao diretor geral – sugerimos que todas as empresas passem a funcionar como sociedades comerciais, onde todos os funcionários se tornariam sócios através da compra de ações da empresa descontadas de seu próprio rendimento – esta parcela poderia corresponder ao fundo de garantia. Isto já existe em muitas empresas grandes, bastaria adaptar estas idéias a uma nova realidade e regulamentar alguns detalhes para estendê-las a todas as outras empresas. No caso de empregados (sócios) novos, a empresa poderia estipular um tempo de adaptação antes de firmar um contrato permanente. O mesmo pode acontecer com estagiários e aprendizes que terão inicialmente uma remuneração menor (salário aprendiz).

Numa sociedade justa, nenhum rendimento mensal deve ultrapassar vinte vezes o menor rendimento. Alertando que este menor rendimento está relacionado com trabalhadores do setor privado – autônomos, empresários ou sócios – e que deve ser um pouco maior que o salário mínimo, que será pago pelo setor público (sociedade), tendo em vista que as pessoas que ganham salário mínimo terão outros benefícios além do próprio salário, conforme veremos a seguir.

Todos os encargos sociais devem acabar – como no trabalho informal – e as pessoas passarão a trabalhar para si e não para um patrão nem para o governo. Assim sendo, a pessoa poderá determinar seu horário de trabalho, férias, etc.

Como sabemos, a maioria dos aposentados de hoje continua trabalhando – por necessidade ou por vontade. Até porque a atividade física (leve) e mental são fatores que contribuem para uma boa qualidade de vida do idoso. Na nova sociedade que propomos, não será mais necessário aposentadorias pois as pessoas sempre terão trabalho. Cuidar da casa e dos netos não deixa de ser uma forma de trabalho. Somente os inválidos e doentes teriam uma total assistência da sociedade, já que os deficientes podem trabalhar.

Toda pessoa que não puder trabalhar – por idade, invalidez, etc. – e os empregados da comunidade (desempregados) serão identificados por uma carteira de “isento” e terão acesso gratuito a ônibus urbanos e interurbanos (se sobraem lugares), shows, jogos, cinema, teatro... (que disponham de lugares – liberado após cinco minutos do início).

As faixas de salário – ou rendimento mensal – devem estar de acordo com o grau de conhecimento técnico do trabalhador e conforme o tempo de trabalho exigido. Exemplo: Se o salário mínimo for de R\$ 210,00 (salário mínimo atual sem os encargos) para uma jornada de trabalho de 44 horas semanais (188 horas mensais) o valor da hora de trabalho para esta faixa seria de R\$ 1,12. O valor da hora correspondente a faixa do salário máximo (20 vezes o mínimo) deveria ser menor que R\$ 22,35. Isso significa que pessoas que fazem o mesmo tipo de serviço devem ganhar o mesmo valor por hora trabalhada. Também devem ser considerados as condições de insalubridade, desgaste físico e desconforto que um tipo de trabalho pode ter – sendo acrescentado um valor extra por hora de trabalho conforme o caso.

Como havíamos sugerido anteriormente os serviços públicos passarão para os próprios funcionários dos mesmos, atuando como uma empresa privada que presta serviços à sociedade.

LEI CONTRA A PREPOTÊNCIA (não só contra o assédio sexual).

Numa relação hierárquica de trabalho, se a pessoa que estiver em posição inferior se sentir desrespeitada, intimidada ou mal tratada pelo seu superior, poderá pedir afastamento de sua função alegando, na justiça, abuso de poder do mesmo – sem precisar provar nada. Neste caso o seu superior terá de pagar metade do salário recebido pela pessoa até que esta consiga nova colocação no mercado de trabalho – com salário similar.

Esta lei procura dar um equilíbrio às relações de poder e talvez nunca seja aplicada, porque dará prejuízos a ambas as partes. A pessoa que está em posição superior não abusará de sua posição, pois perderá um funcionário(a), terá de pagar metade do seu salário e ainda sujará a sua imagem – talvez até passe a tratar melhor seus subordinados. A pessoa que está subordinada não tentará dar um golpe acusando injustamente seu superior de abuso de poder, pois ela perderá metade do seu salário. Qualquer ato de má fé seria facilmente identificado e julgado pela justiça.

CONTROLE DE PREÇOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Todos os serviços e comércio deverão ser controlados por órgãos de defesa do consumidor, que terão acesso aos custos de produção e poderes de exigir serviços e produtos de qualidade por preços justos. Todo produto deve ter um preço máximo relacionado com uma venda mínima. Quem não se enquadrar nestas condições, sofrerá da sociedade as sanções que merece.

Embora os preços estejam liberados, os produtos-padrão da cesta básica terão valores máximos – proporcionais ao salário-mínimo. Estes produtos-padrão deverão ser produzidos no próprio município – esta também é uma condição de auto-suficiência.

Todos os produtos deverão conter informações sobre seu preço por unidade padrão de medida como: quilo, litro, metro, etc. Também deverão ter informações sobre ingredientes e cuidados que o consumidor deve ter na sua utilização.

Nenhum produto que possa causar danos à saúde poderá ser comercializado livremente. No caso de necessidade destes produtos (remédios, por exemplo), o consumidor deverá ter todas as informações, sobre os perigos do uso dos mesmos, expostas de maneira clara.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Está comprovado que não é exatamente a miséria que leva as pessoas a cometerem crimes e sim a grande desigualdade social.

A falta de perspectivas em gerar recursos e construir uma vida digna é que faz com que as pessoas se desiludam e se aventurem pelos caminhos da criminalidade, formando o então chamado “crime organizado”. Muitas vezes esta é a única forma dos excluídos conseguirem alguma coisa numa sociedade extremamente competitiva e desigual.

A acumulação de capital só é necessária em sociedades instáveis, onde o futuro é incerto. Na sociedade que propomos as pessoas se sentirão seguras de que, elas e suas famílias, nunca irão passar privações, não havendo motivos para acumularem capital. Estas pessoas, então, poderão aproveitar a vida, viajar, ter conforto, etc., e ter apenas um dinheiro reservado para uma oportunidade de compra ou negócio, não pelo medo de um futuro incerto. O dinheiro passará a ser utilizado para a satisfação das pessoas sendo assim melhor aproveitado e, conseqüentemente, melhor distribuído.

Todos aqueles empresários que tiverem um rendimento superior a vinte salários mínimos – se possível só eles – terão de pagar imposto de renda. Também serão cobrados impostos sobre o patrimônio pessoal para quem tiver um grande patrimônio, além de haver uma limitação de patrimônio doado por herança, sendo que grandes heranças não podem ficar nas mãos de uma única pessoa.

O imposto sobre patrimônio deverá inibir a especulação imobiliária. Os aluguéis poderão passar a ser prestações da compra do imóvel.

O que se pretende neste livro não é tirar dos ricos para **dar** aos pobres, mas – principalmente – **dar condições** aos pobres de se auto-sustentarem e terem acesso a uma vida digna, além de limitar os poderes dos que abusam e exploram o ser humano.

CONCLUSÕES E SÍNTESE DESTE CAPÍTULO

Está comprovado que quanto mais motivadas as pessoas estão, melhor é o seu desempenho no trabalho. O que estamos propondo é uma tendência das sociedades mais evoluídas, em que os trabalhadores se tornam sócios das empresas como se fosse uma cooperativa.

O excesso de poder leva à prepotência e deve ser limitado por lei. A pressão da opinião pública se encarregará de fazer estas mudanças.

Para acabar com os abusos de preços, as empresas e prestadores de serviços precisam estar subordinados a um eficiente sistema de defesa do consumidor.

Na sociedade que buscamos a acumulação de capital não será mais necessária, além de trazer desvantagem para quem quer mais do que precisa ter. As pessoas poderão aproveitar melhor o seu dinheiro ao invés de acumular capital ou patrimônio inútil.

Obs: Ver fórmulas para cálculo da distribuição de renda, renda máxima e renda per capita em função da população e do salário mínimo, no apêndice sobre qualidade de vida.

ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Nós fazemos parte do meio ambiente em que vivemos e dependemos dele para garantir nossa sobrevivência, nossa saúde e nossa qualidade de vida. Portanto, é nosso dever respeitar os limites de utilização dos recursos naturais para que possamos garantir os benefícios que dele desfrutamos.

É dever do Estado fazer com que a sociedade respeite os limites de ocupação do meio ambiente; de forma que exista equilíbrio ecológico e que existam espaços preservados em que a natureza selvagem possa garantir sua existência.

Texto para reflexão:

CARTA DO CACIQUE AO GRANDE CHEFE BRANCO

Esta carta foi escrita em 1854, pelo cacique Seattle ao presidente dos EUA quando este propôs comprar grande parte das terras de sua tribo.

Como é que se pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? Essa idéia nos parece estranha.

Se não possuímos o frescor do ar e o brilho da água, como é possível comprá-los?

Cada pedaço desta terra é sagrado para o meu povo. Cada ramo brilhante de um pinheiro, cada punhado de areia das praias, a penumbra na floresta densa, cada clareira e inseto a zumbir são sagrados na memória e experiência de meu povo. A seiva que percorre o corpo das árvores carrega consigo as lembranças do homem vermelho.

Nosso povo jamais esquece esta bela terra, pois ela é a mãe do homem vermelho. Somos parte da terra e ela faz parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs; o cervo, o cavalo, a grande águia são nossos irmãos. Os picos rochosos, os sulcos úmidos nas campinas e o homem – todos pertencem à mesma família.

Portanto, quando o Grande Chefe em Washington manda dizer que deseja comprar a nossa terra, pede muito de nós. Nós vamos considerar sua oferta de comprar nossa terra. Mas isso não será fácil. Esta terra é sagrada para nós.

Essa água brilhante que escorre nos riachos e rios não é apenas água, mas o sangue de nossos antepassados. Se lhes vendermos a terra, vocês devem lembrar-se de que ela é sagrada, e devem ensinar às suas crianças que ela é sagrada e cada reflexo nas águas límpidas dos lagos fala de acontecimentos e lembranças da vida do meu povo. O murmúrio das águas é a voz de meus ancestrais.

Os rios são nossos irmãos, saciam nossa sede. Os rios carregam nossas canoas e alimentam nossas crianças. Se lhes vendermos nossa terra, vocês devem lembrar e ensinar a seus filhos que os rios são nossos irmãos, e seus também. E, portanto, vocês devem dar aos rios a bondade que dedicariam a qualquer irmão.

Sabemos que o homem branco não compreende nossos costumes. Uma porção da terra, para ele, tem o mesmo significado que qualquer outra, pois é um forasteiro que vem à noite e extrai da terra aquilo de que necessita. A terra não é sua irmã, mas sua inimiga, e quando ele a conquista, prossegue seu caminho. Rapta da terra aquilo que seria de seus filhos e não se importa. Trata sua mãe, a terra, e seu irmão, o céu, como coisas que possam ser compradas, saqueadas, vendidas como carneiros ou enfeites coloridos. Seu apetite devorará a terra, deixando somente um deserto.

Eu não sei, nossos costumes são diferentes dos seus. A visão de suas cidades fere os olhos do homem vermelho. Talvez seja porque o homem vermelho é um selvagem e não compreenda.

Não há um lugar quieto nas cidades do homem branco. Nenhum lugar onde se possa ouvir o barulho do vento nas folhas das árvores ou o bater das asas de um pássaro. Mas talvez seja porque eu sou um selvagem e não compreendo. O ruído parece somente insultar os ouvidos. E o que resta da vida se um homem não pode ouvir o canto solitário de uma ave ou o debate dos sapos ao redor de uma lagoa à noite? Eu sou um homem vermelho e não compreendo. O índio prefere o suave murmúrio do vento encrespando a face do lago, e o próprio vento, limpo por uma chuva diurna ou perfumado pelos pinheiros.

O ar é precioso para o homem vermelho, pois todas as coisas compartilham o mesmo sopro – o animal, a árvore, o homem, todos compartilham o mesmo sopro. Parece que o homem branco não sente o ar que respira. Mas se vendermos nossa terra ao homem branco, ele deve lembrar que o ar é precioso para nós, que o ar compartilha seu espírito com toda a vida que mantém. O vento que deu a nosso avô seu primeiro inspirar também recebe seu último suspiro. Se lhe vendermos nossa terra, vocês devem mantê-la intacta e sagrada, como um lugar onde até mesmo o homem branco posa ir saborear o vento açucarado pelas flores dos prados.

Portanto, vamos meditar sobre sua oferta de comprar nossa terra. Se decidirmos aceitar, imporei uma condição: o homem branco deverá tratar os animais desta terra como seus irmãos.

Sou um selvagem e não compreendo qualquer outra forma de agir. Vi muitos búfalos apodrecendo na planície, abandonados pelo homem branco que os alvejou de um trem ao passar. Eu sou um selvagem e não compreendo como é que o fumegante cavalo de ferro pode ser mais importante que o búfalo, que sacrificamos somente para permanecermos vivos.

O que é o homem sem os animais? Se todos os animais se fossem, o homem morreria de uma grande solidão de espírito. Pois o que ocorre com os animais, breve acontece com o homem. Há uma ligação em tudo.

Vocês devem ensinar às suas crianças que o solo a seus pés é sagrado, para que respeitem a terra. Digam a seus filhos que ela foi enriquecida com as vidas de nosso povo. Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas, que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da terra. Se os homens envenenam o solo, estão se envenenando a si mesmos.

Isto sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra.

Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo.

O que ocorrer com a terra, recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo.

Mesmo o homem branco, não pode estar isento do destino comum. É possível que sejamos irmãos, apesar de tudo. De uma coisa estamos certos – e o homem branco poderá vir a descobrir um dia: nosso Deus é o mesmo Deus. Vocês podem pensar que O possuem, como desejam possuir nossa terra; mas não é possível. Ele é o Deus do homem, e Sua compaixão é igual para o homem vermelho e para o homem branco. A terra Lhe é preciosa, e feri-la é desprezar seu criador. Os brancos também passarão; talvez mais cedo que todas as outras tribos.

Esse destino é um mistério para nós, pois não compreendemos que todos os búfalos sejam exterminados, os cavalos bravios sejam todos domados e as florestas densas desapareçam.

O dia em que as árvores e os animais desaparecerem será o final da vida e o início da sobrevivência.

PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Caberá ao poder público criar leis de proteção ao meio ambiente, atribuindo responsabilidades aos agentes poluidores, mantendo uma fiscalização eficiente destas leis e incentivando a utilização de técnicas saudáveis, como a agricultura ecológica, reciclagem, tratamento de esgotos, etc.

A fiscalização das leis ambientais deverá ser de caráter – principalmente – educativo, executada por pessoas qualificadas (IBAMA) com apoio das **forças armadas** juntamente com a polícia militar.

Caberá aos órgãos de comunicação, manter campanhas permanentes de conscientização sobre a preservação do meio ambiente.

O crescimento populacional e econômico devem estar restritos ao desenvolvimento eco-sustentável, isto é, que não prejudica a natureza.

Texto para reflexão:

PARQUES ECO-INDUSTRIAIS

Em vários países do mundo desenvolvido já existem comunidades que praticamente não produzem lixo. Chamam-se “parques eco-industriais” e são de um bom senso desconcertante. O parque de Kalundborg, na Dinamarca, tem uma usina de energia, uma indústria farmacêutica, uma fábrica de lambris e uma refinaria de óleo. Essas empresas dividem o uso das fontes de energia de que precisam, como gás e água refrigerada, e mantêm entre si um comércio que elimina o que hoje conhecemos como resíduo: o que sobra numa empresa é interessante para a outra. A usina de força vende o dióxido sulfúrico que entope suas chaminés para a fábrica de lambris, que usa isso como matéria-prima. E assim por diante. Até o calor produzido nas fábricas é conduzido a residências e estufas agrícolas.

Este tipo de reengenharia serve de exemplo para um novo mundo industrial.

Texto de Cláudia Baima (revista Superinteressante) retirado da Internet

Para redução de gases poluentes, provenientes do tráfego, as prefeituras deverão incentivar o uso de bicicletas (ciclovias), priorizar os transportes coletivos (metrô, trolebus, bondes, etc.) e taxar os combustíveis para veículos particulares, de forma a restringir seu uso desnecessário. Lembrando que quanto mais próximas as pessoas morarem do seu trabalho, ou escola, menor é a necessidade de transporte.

Para reduzir a poluição, devem haver leis internacionais que regulamentem a emissão de poluentes, fiscalização eficiente e **investimentos mundiais** (ONU) para desenvolver tecnologias não poluentes. Todas as tecnologias que geram poluição deverão ser banidas.

Texto para reflexão:

MAIS UMA VEZ A PREPOTÊNCIA DOS INSANOS PREVALECE

Março de 2001 - Encontro internacional de Kyoto - Japão.

Tal como na Eco-92, mais uma vez o governo americano se recusa a assinar um documento, limitando as agressões da indústria ao que resta de um meio ambiente quase totalmente devastado pelo homem, em nome do crescimento econômico.

O que se pode pensar de quem quer destruir o que resta do planeta em nome do consumismo? O que podemos fazer contra este poder insano que já destruiu tantos países e que põe em risco a sobrevivência do planeta?

Acredito que somente a consciência mundial, despertada pela grande imprensa internacional e por todos os órgãos que tem o compromisso com a verdade, podem banir para sempre este tipo de postura, que acaba transformando a natureza em fumaça, lixo e esgoto.

Caberia aqui, para reflexão, um antigo pensamento de um índio americano:

“Depois que a última árvore for derrubada, o último peixe for morto e o último rio envenenado é que o homem branco irá perceber que dinheiro não se come.”

A responsabilidade por resíduos poluentes (lixo, esgoto, gases, etc.) é do agente agressor e cabe a ele – pessoa, empresa ou grupo social – dar destino adequado a este resíduo de forma que seja reaproveitado pela indústria (reciclagem) e pela agricultura (compostagem). O que não puder ser aproveitado deverá – em princípio – ser substituído por uma tecnologia não poluente, ou tratado de forma que não cause qualquer dano ao meio ambiente.

O esgoto poderá ser tratado junto com o lixo orgânico para fabricação de adubo.

Texto para reflexão:

A TRANSFORMAÇÃO DA NATUREZA EM LIXO

Desde que o homem começou a produzir produtos descartáveis, ele vem acumulando um problema que tende a se tornar insustentável.

A produção industrial começa na exploração de recursos naturais, como: o uso da terra, mineração, extrativismo vegetal, etc., transformando-os em produtos de consumo que depois de utilizados são jogados fora – formando o lixo.

O que as pessoas não percebem, talvez, é que o pouco lixo tirado de uma casa vem a somar com outros, totalizando toneladas diárias de lixo colhido em uma cidade.

E para onde vai todo este lixo? Para os “lixões” que já estão abarrotados? Para infestar os terrenos baldios, beiras de estrada, córregos, rios...? Para qualquer lugar que vá, o lixo causará grandes prejuízos ao meio ambiente. A natureza só consegue recuperar um mínimo de lixo biodegradável. A maior parte do lixo se acumula no ambiente, sujando até os lugares mais distantes das cidades. Em todo lugar encontramos as “marcas da civilização”.

Na verdade o lixo nada mais é do que algo que está fora do lugar. Se estiver separado, poderá ser encaminhado para reciclagem. Mesmo assim as pessoas preferem achar que “lixo é lixo” e não fazem o menor esforço para separar o seu lixo em casa.

Felizmente já existem empresas que estão dando importância para este material e utilizando o lixo reciclável em seu processo de produção. Caberia a sociedade e o poder público fazerem a sua parte, organizando um sistema mais eficiente de coleta seletiva. Também se faz necessário campanhas educativas permanentes para conscientizar a população da importância da reciclagem e da responsabilidade que cada um deve assumir diante dos problemas do lixo e da limpeza pública, pois: ajudar a manter a cidade limpa é dever de cada cidadão.

Esperamos que todos se conscientizem dos problemas do lixo e da importância de um meio ambiente equilibrado e saudável, e que possamos parar de transformar a natureza em lixo e sim transformar o lixo em coisas úteis.

Texto publicado no jornal A Palavra de São Sepé - RS, em 30/10/1985

UMA SUGESTÃO PARA RESOLVER O PROBLEMA DO LIXO

O problema do lixo não é mais novidade para ninguém, pois sabemos que ele traz prejuízos incalculáveis ao meio ambiente e a saúde.

Esta é uma sugestão que cria um sistema de reciclagem – sem nenhum custo às partes que não interromperem o ciclo – que fará com que os resíduos retornem ao fabricante para que sejam utilizados como matéria prima para sua produção. Além disso, este sistema atribui responsabilidade a todos os envolvidos no processo de produção, venda e consumo, obrigando a cada um cumprir sua parte ou pagar o ônus de sua negligência.

Sabemos que o lixo reciclado tem um valor econômico. Porém, este valor é tão insignificante que quase ninguém separa o lixo para vender, apenas os mais necessitados (catadores de papéis) fazem este serviço. Outro problema é que não existem pontos de coleta que possibilitem a venda ou doação do lixo reciclado. Então, a proposta seria de criar uma lei que obrigue o mercado e a indústria a comprar, **por um valor atrativo**, o resíduo gerado por produtos e embalagens descartáveis, produzidos ou comercializados por eles – semelhante ao que acontece com as baterias de celulares. Sendo que o consumidor pagaria inicialmente este valor e teria sua restituição no retorno para reciclagem.

Exemplo: Ao comprar um refrigerante em lata o consumidor pagaria o valor do refrigerante mais o custo do resíduo (lata), que poderia ser supostamente R\$ 0,10, conforme um estudo de preço proporcional ao peso (massa) do resíduo. Depois de tomar o refrigerante, ao invés de jogar no lixo ou na rua, o consumidor devolveria a lata em troca do valor pago a mais, ou venderia em outro estabelecimento que comercialize este produto e tenha volume de vendas suficiente para absorver esta compra – poderia se eximir da obrigação de compra os estabelecimentos muito pequenos que poderiam ficar sobrecarregados com o material. Este comerciante retornaria (venderia) ao fabricante fechando o ciclo. Caso o valor (R\$ 0,10) seja insignificante para algum consumidor, certamente não seria para pessoas menos abastadas que manteriam a cidade limpa em troca do valor atrativo que teria este tipo de material.

Sugestão de texto para a lei:

a) Toda indústria que produz produtos que geram resíduos depois de utilizados, fica obrigada a comprar este tipo de resíduo pelo valor mínimo determinado por esta lei, mesmo que não seja proveniente de produtos de sua fabricação, podendo ficar isenta da compra – momentaneamente – se comprovar que o volume de resíduo já estocado ultrapassa o seu volume de produção. Este mesmo valor será incorporado ao custo do produto.

O peso médio (massa) do resíduo gerado e o seu valor correspondente, deverá constar junto com os dados do produto, como: peso líquido, ingredientes, etc.

b) Todo estabelecimento comercial que vende produtos que geram resíduos depois de utilizados, fica obrigado a comprar este tipo de resíduo pelo valor mínimo determinado por esta lei, mesmo que o produto não seja proveniente de seu estabelecimento. Ficam isentos desta obrigação os estabelecimentos que tenham um volume de vendas menor que ... (a ser estudado). Este mesmo valor será incorporado ao preço do produto.

c) Valores mínimos que devem ser pagos pelos resíduos:

(Os valores descritos a seguir são aproximadamente dez vezes o valor de mercado do lixo reciclado. Os valores determinados tem que ser **atrativos** para que o processo funcione).

- Plásticos: R\$2,00 / Kg.

- Papel: R\$1,50 / Kg.

- Vidros: R\$1,00 / Kg.

- Metais: R\$0,50 / Kg.

- Mistos: R\$ 0,50/Kg.

Observações:

- O material para ser melhor aproveitado precisa estar relativamente limpo e seco, caso contrário perderá o valor, podendo ser inutilizado para a reciclagem.

- A indústria deverá pagar o valor estipulado pela lei mais o valor de mercado do material reciclável. Exemplo: o quilo de papel será comprado pela indústria por R\$ 1,65, considerando que o valor de mercado do quilo de papel para reciclagem seja de R\$ 0,15.

- Nos primeiros meses, o valor pago pelo material reciclável será a metade do valor estipulado pela lei, pois as indústrias terão que absorver todo lixo que já foi gerado anteriormente. Isto significa que, inicialmente, as pessoas pagarão o valor integral do resíduo e na devolução receberão apenas a metade até que o mercado se equilibre.

Vantagens desta lei

- Diminuiria drasticamente o volume de lixo, que ficaria reduzido apenas ao lixo orgânico – e este poderia ser facilmente tratado pelo processo de compostagem. Com isso diminuiria também os custos de recolhimento de lixo e serviços de limpeza urbana – já que haveria pouca sujeira a ser recolhida das ruas, praças e parques.

- O valor atrativo do lixo faria com que as pessoas, que hoje catam papéis e outros resíduos, ganhem mais e possam viver melhor.

- Com a reciclagem, que as indústrias passariam a fazer, poderia ser reduzido o custo dos produtos, diminuindo o preço de mercado.

- As indústrias passariam a produzir produtos mais duráveis, menos descartáveis e com maior aproveitamento na reciclagem.

- Quem gera ou distribui produtos que produzem lixo, e principalmente quem provoca a sujeira será obrigado a assumir sua responsabilidade. As pessoas que já tem consciência ecológica e separam seu lixo para as coletas seletivas, não encontrarão nenhum problema em se adaptarem a esta nova lei, e as demais passarão a entender melhor que quem não colaborar com a limpeza terá de pagar por sua negligência.

Texto para reflexão:

DESPERDÍCIO

Cada vez que levamos para casa um produto descartável, ou desnecessário, estamos contribuindo para o desperdício. Pois, todo produto industrializado precisa de matéria prima (extraída da natureza), energia, e um tempo necessário para a fabricação – além de gerar um resíduo que precisa ser transportado para um lugar adequado. O pior é que na maioria dos casos este resíduo não é reciclado, isto é, reaproveitado pela indústria, e vai se acumular em lixões que tem um alto custo de manutenção além de dar um prejuízo incalculável ao meio ambiente.

Baseado nesta lógica devemos evitar, sempre que possível, excesso de embrulhos, principalmente sacolas plásticas, garrafas ou latas descartáveis e todo tipo de produto não reciclável. Deveria existir uma lei que cobrasse das indústrias o custo do resíduo provocado pelo seus produtos ou que obrigasse estas indústrias a criarem um sistema de retorno e reciclagem, dando descontos ou mesmo comprando – por um valor atraente – o lixo produzido pelas mesmas – do qual toda sociedade paga um pesado custo.

Outras formas de desperdício – como a água, energia elétrica e combustíveis – também desgastam profundamente a economia e o meio ambiente – mesmo que não possamos perceber. É comum encontrarmos ar condicionado ligado, mesmo com temperatura agradável; ou luz acesa, de dia, e cortinas fechadas... Portanto, quem desperdiça energia deveria pagar caro por isso, e não, dividir seus gastos com a sociedade.

Qualquer forma de desperdício deve ser banida de nossos hábitos para que possamos utilizar melhor a natureza enquanto ela existe e pode ser desfrutada.

Texto publicado no jornal Correio do Povo de Porto Alegre - RS, em 07/12/1996

Texto para reflexão:

CRISE DE ENERGIA - ATÉ QUANDO?

Em 1993 publiquei um texto fazendo um alerta de que as fontes de energia são dependentes da tecnologia utilizada para obtê-las, e que esta tecnologia – hidroelétrica e, pior, termelétrica – transforma e agride o meio ambiente. Meio ambiente, este, que também responde às agressões do homem com variações climáticas – falta de chuvas, enchentes, etc. Mas a sociedade, ao invés de buscar tecnologias menos agressivas e principalmente limitar o crescimento populacional a níveis compatíveis com as reservas naturais, continua buscando soluções que, além de não resolver definitivamente o problema, poderá agravá-lo futuramente quando não houver mais recursos naturais disponíveis.

Há muitos anos que venho escrevendo sobre os problemas do crescimento populacional indiscriminado. Sempre defendi que cada indivíduo que nasce deve ter direito não só a alimentação, saúde, educação, e todos os direitos básicos que cada ser humano deveria ter – e que muitos ainda estão longe de alcançar – mas também à tecnologia e ao conforto que esta tecnologia pode proporcionar. Imaginem que houvesse um milagre econômico e toda a população de pobres e miseráveis que existe em nosso país – e porque não dizer em nosso planeta – passasse a ter o padrão de vida da classe média – com ar condicionado, freezer, torneira elétrica, etc. – teríamos que arrasar o que resta do planeta – usando a nossa atual tecnologia destrutiva – e talvez nem assim conseguíssemos suprir esta demanda de energia.

As conseqüências da atual crise de energia podem ser muito positivas se aprendermos a tirar lições dela. Poderemos refletir sobre: o desperdício, o consumismo, o crescimento indiscriminado da economia e da população, o abuso dos recursos naturais e as conseqüências que um meio ambiente desequilibrado pode trazer.

Este texto é mais um alerta sobre a utilização indiscriminada dos recursos naturais, que cada vez se tornam mais escassos, enquanto a sociedade exige cada vez mais da natureza. Espero que as autoridades e a sociedade possam aprender com esta crise, e possam planejar melhor um futuro em que não seja mais necessário se perguntar: até quando o homem vai continuar agredindo a natureza para suprir suas necessidades de crescimento? E, até quando o planeta vai suportar um crescimento indiscriminado da população?

CAÇA E PESCA

Não podemos aceitar a morte de qualquer ser vivo, pura e simplesmente por diversão. Só deveremos caçar ou pescar se a necessidade para tal for justificada – como para a nossa sobrevivência. O problema da caça e da pesca não é só um problema ecológico, é também uma questão de justiça para com a vida.

Texto para reflexão:

O PREDADOR

Nós, "seres humanos", pensamos que a nossa vida e a dos seres da nossa espécie é muito mais importante que a vida de qualquer outro ser vivo, pois nós somos "inteligentes" e "superiores" às outras espécie e portanto temos todo o direito de tirar-lhes a vida, mesmo que seja desnecessário, mesmo que seja para saciar a nossa sede de predadores.

Baseando-se nesta lógica e supondo que existam no universo, seres alienígenas com uma "inteligência" muito superior a nossa – como no filme "O Predador" – poderíamos aceitar que a atitude deste alienígena – que se diverte caçando seres humanos – seja perfeitamente normal, pois nós também temos esta mentalidade.

Entretanto quando nós somos a caça, o nosso pensamento é outro. **Não importa que os alienígenas sejam mais inteligentes e tenham uma tecnologia superior à nossa, nós temos o mesmo direito a vida que eles e que qualquer outra espécie viva tem e não é justo que nós sejamos mortos só para a diversão de seres "superiores". Então não é justo que também matemos seres "inferiores" à nossa espécie só para nos divertir.** Esta é a lógica de seres realmente inteligentes.

Basicamente o ser humano inteligente só matará:

- Se for para se defender ou defender outros.
- Se for para sobreviver ou alimentar outros.
- Se for para defender o seu território, desde que respeite o território que os outros seres vivos também tem direito.

O que não deveríamos aceitar são as mortes de animais simplesmente por diversão. Se quisermos realmente nos comportar como seres inteligentes, devemos saber respeitar a vida das outras espécies assim como queremos que a vida de nossa espécie seja respeitada.

*"Chegará o dia em que o homem conhecerá o íntimo de cada animal, e quando este dia chegar, um crime contra um animal será um crime contra a humanidade."
(Leonardo da Vinci *1452 +1519)*

Texto publicado no jornal O Centenário de São Sepé - RS, em 04/05/1996

Alguns direitos dos animais (reconhecidos pela ONU):

- Todos os animais nascem iguais diante da vida e tem o mesmo direito a existência.
- Os animais tem direito ao respeito e ao tratamento digno por parte do homem.
- Nenhum animal deverá ser maltratado ou torturado pelo homem.
- Os animais selvagens devem viver livres no seu ambiente natural.
- A morte desnecessária de um animal é um biocídio, ou seja, um delito contra a vida. A morte de diversos animais é um genocídio, isto é, um delito contra a espécie. A destruição do ambiente natural leva ao genocídio.

Texto para reflexão:

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: UMA QUESTÃO DE JUSTIÇA

Todos que se referem à preservação do meio ambiente dizem que temos que preservá-lo para **nosso** bem estar, para não prejudicar a **nossa** saúde, para **nós** podermos estudá-lo e tirarmos proveito, para **nosso** lazer, etc. Concordo com tudo isso mas mesmo que a degradação não nos atingisse, teríamos o direito de destruir o que a natureza levou milênios para construir e matarmos seres vivos por nada, enquanto damos tanto valor a nossa vida? Acho que acima de tudo a preservação ambiental deve ser uma questão de justiça, ética e moral. Não podemos sujar aquilo que não limpamos, matar o que nem sequer nos ameaça, destruir o que não podemos construir. Está na hora do homem perceber que não é para que ele possa usufruir e desfrutar da natureza que ele deve preservá-la mas principalmente porque ele não tem o direito de destruí-la. Também é hora de conhecermos nosso lugar e sabermos que já usufruímos demais da natureza e já ocupamos uma área muito maior do que a que nos caberia como membros de um mundo equilibrado.

Todos os seres que vivem em equilíbrio tem um limite de ocupação e atuação no ambiente, mesmo sem saber que este limite é necessário para sua existência. O homem é o único ser capaz de entender as necessidades destes limites e também o único que não os respeita.

Alguns processos de degradação podem ser reversíveis, embora a altos custos e sacrifícios, mas alguns são simplesmente irreversíveis, como a extinção, mesmo assim o homem deixa que a situação atinja níveis quase irreversíveis para tomar alguma providência, que deveria ser prevista e evitada com antecedência.

O dia em que o homem respeitar a vida das outras espécies assim como quer que a sua vida seja respeitada, então ele terá a consciência do verdadeiro valor da vida.

CONCLUSÕES E SÍNTESE DESTES CAPÍTULOS

A questão ecológica tem que passar por leis (internacionais) e fiscalização eficientes, para que se possa garantir à todos, qualidade de vida e um meio ambiente equilibrado.

Os organismos internacionais deverão investir em pesquisas, buscando novas tecnologias cada vez menos agressivas ao meio ambiente. Toda experiência e tecnologia que visa melhorar a qualidade de vida, deve ser patrimônio da humanidade e ser difundida em todo planeta.

Os responsáveis (direta ou indiretamente) por agentes poluentes devem ser obrigados por lei a dar destino adequado aos mesmos.

A sociedade consciente e organizada se encarregará de exigir estas mudanças.

REFLEXÕES SOBRE A ECOLOGIA

*Pense na terra como um organismo vivo que está sendo atacado por bilhões de bactérias cuja população não para de crescer e consumir os recursos do planeta. Antes do hospedeiro morrer a população já terá perecido.
(Gore Vidal - Adaptação: Celso Afonso Brum Sagastume)*

O homem não é o dono deste planeta, mas sim faz parte dele.

A Natureza não depende do homem, mas o homem depende da Natureza.

Ninguém tem a obrigação de limpar a sujeira que os outros fazem.

A economia rima com a ecologia, pois quanto mais se economiza, mais se valoriza o planeta.

Os custos da preservação são infinitamente menores que os de recuperação.

Jovem, guarda nos olhos o verde das matas; guarda nos ouvidos o canto dos pássaros; guarda na mente o perfume das flores. Pois é você, jovem, que pode defender a cor de um novo amanhã!

Texto para reflexão:

TERRA-MÃE

Como és formosa, ó Terra-Mãe, e como és esplêndida!

São suaves as canções das tuas auroras, e imponentes as aleluias dos teus ocasos.

Como és perfeita, ó Terra-Mãe, e como és nobre!

Caminhei nas tuas planícies e escalei tuas montanhas. Desci a teus vales e cavernas. Pude assim sentir tua altivez e tua quietude.

Viajei por teus mares, atravessei teus rios e acompanhei teus córregos.

Ouvi a voz da eternidade nas ondas dos oceanos e nos ruídos das cascatas, e os séculos cantarem em meio a teus prados e colinas, e a vida chamar a vida nos teus atalhos e caminhos.

Tua primavera me acordou e chamou-me para as florestas, onde os perfumes se elevam como incensos. No verão, sentei-me nos campos, onde tua energia se transforma em frutos. No outono, bebi teu vinho. No inverno fui para a janela, olhar a tua pureza que descia sobre a terra em flocos de neve.

És generosa em todas as estações.

Numa noite clara, abri as janelas e portas de minha alma e fui a ti, sobrecarregado de cobiça e egoísmo, e te encontrei olhando para as estrelas, que sorriam para ti. Rejeitei, então, minhas cadeias e fardos, e descobri que a morada da alma é teu espaço, e que suas aspirações, e sua segurança, tua segurança, e que tua felicidade está na poeira de ouro que as estrelas fazem chover sobre teu corpo.

Numa noite coberta de nuvens, cansei-me da minha indolência e saí para te ver. Achei-te poderosa e combativa, usando os temporais como armas. Combatias o passado com o presente, o caduco com o novo. Compreendi, então, que a lei do homem é tua lei, e seu caminho, teu caminho. Compreendi que aquele que não elimina, com seus temporais, os próprios ramos secos, perece de tédio, e que aquele que não arranca, através das revoluções, as suas folhas murchas, morre na mediocridade.

Como és generosa, ó Terra-Mãe, e como és paciente!

Como és bondosa para com teus filhos distraídos da verdade pelas ilusões, e perdidos entre o que foi e o que nunca será.

Nós destruímos, e tu restauras.

Nós rasgamos teu peito com máquinas pesadas, e tu curas nossas feridas com tuas essências milagrosas.

Nós envenenamos tuas águas e sujamos teus jardins, e tu varres nossas ruas com teu vento rebelde.

Nós enterramos em teu seio nossos mortos, e tu os transformas em plátanos e salgueiros.

Nós usamos tuas matérias-primas para confeccionar armas e bombas, e tu usa nossos restos para produzir rosas e lírios.

Como é vasta a tua paciência, ó Terra-Mãe, e como é abundante a tua afeição!

Só existimos porque tu existe. Somos parte do teu corpo.

Somos filhos de teus filhos e parte da tua vida.

Somos crianças que precisam de teus cuidados e de teus ensinamentos.

Um dia, quando crescermos, saberemos te valorizar e te respeitar, e então seremos dignos da tua casa. Da casa que é nossa morada e que precisa de nossos cuidados, para que a vida, que tu gerastes, permaneça sempre bela. E que tu possas continuar linda a rodar pelo universo com teu vestido de nuvens brancas.

(Texto de Gibran Kahlil Gibran – adaptado por Celso Afonso Brum Sagastume)

PAZ MUNDIAL

Depois do fim da Guerra Fria, as possibilidades de uma guerra mundial e um holocausto nuclear diminuíram bastante, mas a humanidade ainda não conseguiu alcançar a tão sonhada paz mundial.

Textos para reflexão:

A GUERRA É IRRACIONAL

Consultando a história, pode-se declarar que o uso da força bruta nunca resolveu um só dos problemas do homem.

Se todo o dinheiro gasto na corrida armamentista fosse destinado a resolver os problemas sociais, hoje teríamos um mundo muito melhor de se viver, livre de quase todas as doenças e sem miséria. Não uma terra de medo, caos, fome, peste; mas uma terra sem fronteiras, de paz e prosperidade.

(Paramahansa Yogananda - Adaptação: Celso Afonso Brum Sagastume)

O comércio de armas movimenta 700 bilhões de dólares por ano. Seriam necessários apenas 16 bilhões de dólares por ano para promover educação e saneamento básico para todas as cidades do mundo.

(Fonte: Revista Veja 27/12/2000 página 173 - Jonas Rabinovitch)

Os conflitos que ainda existem são regionais e o processo de globalização vem se afirmando como fenômeno mundial inevitável. Este cenário, aparentemente otimista em relação a paz, esconde uma insatisfação muito grande por parte de povos excluídos – e porque não dizer explorados – que ainda não tiveram acesso às maravilhas do século XXI.

Texto para reflexão:

POR QUÊ?

A primeira pergunta que devemos fazer, em relação aos atentados ocorridos em 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos e que levaram à morte milhares de pessoas inocentes, é POR QUÊ?

Como não temos ainda uma resposta plausível, podemos cogitar sobre hipóteses.

O fato é que os Estados Unidos, depois da Guerra Fria, tem usado todo seu potencial bélico para intimidar países menores a se submeterem à “sua” arbitragem em questões internacionais, normalmente defendendo “seus” interesses e praticamente ignorando a opinião dos outros países e até mesmo da ONU. Tomando esta atitude – que não é nada imparcial – o Estado americano gerou muita insatisfação, levando outros povos a simplesmente abominar o povo americano. Este ódio vem se acumulando ao longo dos anos e dos acontecimentos. As políticas internacionais – principalmente econômicas – das quais os Estados Unidos é o maior representante, têm levado a um contraste de culturas sub e super desenvolvidas que só aumentam a tensão e insatisfação por parte dos menos favorecidos. A política do crescimento econômico a qualquer custo – social ou da natureza – é defendido pelo próprio presidente George Bush. Talvez tenha sido este somatório de fatores que levaram à esta tragédia.

Uma outra questão difícil de ser respondida é PARA QUÊ?

Os Estados Unidos sempre se vangloriaram de seu poder militar e se julgavam imunes a qualquer tipo de agressão às suas instituições. Pois bem, este ataque suicida provou que nenhum país (nem pessoa) por mais poderoso que seja, está, e nem estará, totalmente protegido. Não basta um aparato bélico sofisticado, nem alta tecnologia, para suportar a pressão de uma enorme desigualdade cultural e social. Como já disse Goethe: *Perigoso é aquele que não tem nada a perder.*

Ainda não se sabe que desfecho teremos para este caso, mas esperamos que a razão se sobreponha à força, e que o Estado americano não tome atitudes iguais as dos terroristas, matando inocentes para se vingar a qualquer preço. Esperamos, principalmente, que esta tragédia possa aumentar os anseios pela paz mundial, que o mundo passe a ser mais igualitário, com a participação ativa de todos os países – e não só das superpotências – em questões internacionais, que os povos tenham os mesmos direitos e que os órgãos internacionais de justiça, juntamente com a ONU, possam ser representativos de todos os povos.

Existem dois caminhos para a humanidade: o do conflito e o da paz. Com certeza o caminho da paz é mais difícil porque exige inteligência, exige muito mais capacidade e determinação, mas também está comprovado que é – sem dúvida – o melhor caminho a ser seguido.

Texto publicado no jornal A Palavra de São Sepé - RS, em 15/09/2001

Atualmente, os conflitos sociais tendem a ocorrer entre povos ignorantes e subdesenvolvidos. Principalmente quando existem rivalidades econômicas, étnicas, culturais, religiosas ou ideológicas. O mundo desenvolvido não pode simplesmente ignorar este problema sob pena de acabar sofrendo suas conseqüências.

A opinião pública mundial não aceita mais a guerra como mecanismo para resolver disputas internacionais. Mas a arrogância de alguns chefes de Estado – que acham que podem fazer o que quiser só porque seu país tem poder de destruição – levam a aumentar as tensões internacionais e podem acabar com as perspectivas de paz no mundo.

Texto para reflexão:

A PREPOTÊNCIA DOS INSANOS

O ser humano não é perfeito. Ele muitas vezes age movido por suas idéias individualistas, não ouve a opinião dos outros e muitas vezes comete erros.

Qualquer indivíduo deve ser limitado pelo meio social para que suas atitudes, não afetem – muitas vezes de maneira irreversível – as outras pessoas.

Quando o indivíduo é uma pessoa pública, que toma decisões que afetam o povo em geral – e até o mundo – seus erros poderão trazer tamanhos prejuízos que – mais cedo ou mais tarde – se voltarão direta ou indiretamente contra o seu autor.

O mundo sensato não pode mais continuar assistindo de mãos amarradas, atitudes insanas como os testes nucleares franceses no Pacífico (1995), as guerrilhas descontroladas na Bósnia (1996), os massacres na Chechenia e Sarajevo (1997), as ameaças do governo chinês a Taiwan, os bombardeios de Israel sobre o Líbano, as ações de grupos terroristas radicais, as intervenções militares americanas, os testes nucleares na Índia (1998), os ataques da OTAN na Iugoslávia (1999), os ataques de Israel sobre a Palestina, a reativação do projeto americano “Guerra nas Estrelas” (2001), e todo tipo de atitude que só atinge os inocentes e beneficia os prepotentes.

Simplesmente quem detém muito poder – como os responsáveis por todas as situações supracitadas – são os que menos se prejudicam. Às vezes até se beneficiam pela corrupção, pelos interesses econômicos e políticos.

Como disse o poeta francês Paul Valéry: *A guerra é um massacre entre pessoas estranhas, para proveito de pessoas que se conhecem, mas não se massacram.*

A imprensa tem o compromisso de despertar a opinião pública e o povo deve ter mais poder sobre seus representantes, no sentido de limitar suas atitudes, para que a história não venha condenar, já muito tarde, as marcas dos que abusaram do poder. Pois, todo excesso de poder leva à prepotência.

Enquanto o mundo tiver estadistas prepotentes, não haverá tranquilidade entre os povos, pois os insensatos que possuem excesso de poder colocam em risco os destinos da humanidade, levando à destruição da natureza e do próprio homem.

Se o bom senso não puder restringir as atitudes dos homens públicos, que sua responsabilidade não seja esquecida.

Está na hora dos responsáveis serem punidos, no mínimo pelo repúdio da opinião pública, já que ainda hoje o que manda no mundo não é a justiça, mas sim a força. Então, que os prepotentes – insanos ou aproveitadores – venham a sofrer a condenação de seu povo e da própria história para que o mundo possa evoluir, no sentido de acabar com a prepotência e distribuir melhor o poder entre as pessoas sensatas, que possam realmente fazer o bom uso dele.

Texto escrito a partir de fragmentos de acontecimentos internacionais dos últimos anos.

Não existe dúvida entre as pessoas sensatas de que a paz depende da justiça e que para se ter justiça são necessárias leis internacionais e um sistema eficiente para se fazer cumprir tais leis.

Os organismos internacionais não conseguem cumprir seu papel, principalmente devido ao desequilíbrio de poder e do jogo de interesses que se sobrepõe as decisões tomadas pelos mesmos. Por isso se faz necessário que haja uma mudança que possa tornar estes organismos capazes de cumprirem com eficiência sua função.

Textos para reflexão:

As guerras só serão evitadas se a humanidade se unir no estabelecimento de uma autoridade central a qual se transfira a possibilidade de julgar os conflitos de interesse.

(Da carta de Sigmund Freud escrita para Albert Einstein)

O caminho da paz entre as nações passa por um acordo de desarmamento universal; aceitação das diferentes culturas, religiões e modo de vida de cada povo; e pelo fortalecimento da ONU como uma organização supranacional, encarregada do desarmamento e da ajuda aos países pobres.

(Do livro A Sobrevivência da Humanidade - de Erich Fromm - Pág.219)

SUGESTÕES PARA QUE O MUNDO POSSA ALCANÇAR A PAZ

Antes de colocar estas sugestões, vamos explicar como podemos fazer com que todos os governos – ou a grande maioria – aceitem as mesmas.

As melhores armas que se pode usar contra a prepotência e a intransigência são: a inteligência, a razão e a justiça – da mesma forma que Mahatma Gandhi fez para libertar a Índia do domínio do império britânico (1947) com o apoio do seu povo e da opinião pública mundial. Nenhum governo, por mais prepotente ou intransigente que seja, admitirá ao mundo que defende a injustiça e não a justiça. Será uma batalha racional onde os defensores da justiça deverão usar as leis – de cada país – e as “escrituras sagradas” – da cultura deste país – para convencer o povo e o governo de que aceitar tais sugestões é o melhor caminho para se alcançar a paz e resolver seus problemas.

Nos países onde existe liberdade de pensamento, a opinião pública – motivada pelos meios de comunicação responsáveis – se encarregará de exigir estas mudanças. Nos países onde não há esta liberdade, a pressão interna – motivada pela informação externa de um mundo melhor – somada a pressão externa dos países que optaram por este novo mundo, se encarregará de iniciar estas mudanças.

Caso as argumentações racionais não sejam suficientes para que algum país aceite estas sugestões, restaria ainda o isolamento deste país por parte dos outros países. E em último caso, se este país representa uma ameaça à paz mundial, poderá ser feita uma intervenção militar, para que seja neutralizada esta ameaça.

Agora vamos às sugestões:

1º - Democratizar a ONU dando poderes **iguais** de participação e voto para **todos** os países – sem discriminação – para que ela possa ser representativa de todos e não só das superpotências.

Querer excluir da discussão países subdesenvolvidos ou dar poderes superiores às superpotências, é o mesmo que excluir da democracia – tão defendida pelos países desenvolvidos – o voto do analfabeto, ou super valorizar o voto de quem tem curso superior – por exemplo. O ideal é que todos os países tenham semelhantes níveis de desenvolvimento. E é nesta direção – de inclusão e não de exclusão – que o mundo deve caminhar para alcançar a paz.

2º - Criar uma força bélica internacional de elite – a maior e mais eficiente do mundo – composta por representantes das forças armadas de todos os países – que tenha capacidade de fazer cumprir as decisões tomadas pelo conselho de segurança da ONU.

3º - A ONU faria a demarcação de todas as fronteiras, buscando entendimento para as zonas de conflito, e utilizando critérios justos como: favorecer o país mais pobre, ouvir a opinião do povo antes de tomar uma decisão, etc.

4º - Cada país demarcado geograficamente terá a sua soberania, mas deverá obedecer aos Direitos Humanos – sendo isso também fiscalizado pela ONU.

Nenhum governo poderá impedir os fiscais da ONU, nem a imprensa internacional de cumprirem suas missões. Caso isso venha a acontecer, este governo sofrerá as sanções previstas em leis internacionais (a serem concluídas) que poderão ser até de uma intervenção militar.

As áreas não ocupadas – como os pólos, os oceanos, etc. – seriam patrimônio comum da humanidade.

Quando todos os países conseguirem harmonizar suas diferenças, as fronteiras serão apenas um referencial geográfico e não mais um motivos de disputa.

GUERRA CIVIL E GUERRILHAS

Os conflitos internos, que alguns países ainda enfrentam, também devem ser tratados da mesma forma que os conflitos internacionais. Cabe a ONU fazer uma intervenção, no sentido de ouvir as partes e encontrar uma solução pacífica para o conflito.

TERRORISMO

O terrorismo é a pior forma de se tentar impor idéias e soluções. Mas ele às vezes acaba se tornando a única forma que extremistas radicais encontram para tentar expor ao mundo seus problemas.

Infelizmente o mundo ainda está sob o império do poder e da força. Esperamos que a partir destas novas idéias possa surgir também uma nova postura da humanidade, frente as resolução de seus problemas, onde a razão e a justiça possam prevalecer. Este talvez seja o passo mais importante a ser dado para se erradicar de vez esta terrível forma de manifestar insatisfação, mas com certeza serão necessárias outras medidas para que a humanidade esteja realmente protegida contra esta ameaça.

Texto para reflexão:

MÁQUINA MORTÍFERA

Você sabe qual é a arma mais mortal que existe?

Se você pensa que é uma arma nuclear, química ou bacteriológica, está enganado. A arma mais letal que existe é o próprio homem.

Qualquer arma longe do homem não representa perigo, mas um homem – mesmo sem arma – quando ferido em sua alma, dominado pelo ódio, desprovido de valores ou de esperança, pode se tornar muito perigoso. Pode transformar qualquer coisa em arma, até mesmo um avião de passageiros.

O homem pode acabar com vidas humanas, matar animais, destruir florestas e pode construir armas químicas e nucleares para aumentar seu poder de destruição. Então temos que tomar muito cuidado com ele, temos que lhe dar atenção e educação desde que nasce, temos que ensiná-lo a respeitar seus semelhantes, a conviver com as diferenças, temos que lhe dar condições dignas de vida e jamais, jamais subestimar o seu potencial.

SUGESTÕES PARA SOLUCIONAR PROBLEMAS ENTRE GRUPOS

Para acabar com conflitos entre grupos rivais, deve haver um entendimento de seus líderes por intermédio de terceiros (imparciais). A ONU deve criar um espaço para ouvir as reivindicações das minorias e tomar decisões a serem acatadas pelos envolvidos.

Para acabar com conflitos raciais ou religiosos, se faz necessário mostrar a estupidez que é a intolerância. Isso cabe a um bom sistema de educação e aos órgãos de comunicação (jornais, TVs, ...).

Quando não houver mais motivos para guerra, cada país deverá reduzir suas forças armadas e direcionar seu potencial para beneficiar a sociedade, como: fiscalização de fronteiras – contra o tráfico de armas, drogas, animais silvestres, etc. –; fiscalização de áreas de preservação; auxílio aos serviços da polícia, corpo de bombeiro e defesa civil; auxílio à população, em caso de calamidades; e todo tipo de auxílio que possa prestar à sociedade.

Os arsenais dos países devem ser reduzidos gradativamente até que sejam totalmente suprimidos. Apenas as forças da ONU manterão um poder bélico que lhe dê condições de garantir suas decisões e a manutenção da paz no mundo. A fabricação de armas deve estar sobre controle total e absoluto da ONU. Armas nucleares, químicas e biológicas deverão ser totalmente banidas, inclusive a tecnologia para o seu desenvolvimento.

Desde que o homem começou a perceber os grandes prejuízos que os conflitos causaram à humanidade, ele vem criando meios para tentar evitar a guerra. Ainda estamos convivendo com a guerra, e – ao mesmo tempo – nunca estivemos tão próximos de alcançar a tão sonhada paz mundial. A decisão tem que ser tomada pelas pessoas sensatas, e esperamos que não seja necessário mais nenhuma tragédia para que o homem finalmente se conscientize de que a paz é, talvez, a única forma de garantir a sobrevivência da humanidade.

CONCLUSÕES E SÍNTESE DESTE CAPÍTULO

A construção da paz no mundo passa por uma globalização da justiça, redução das diferenças econômicas, respeito às culturas através da educação, e eliminação das tiranias, dos governos opressores e absolutistas.

É necessário que a ONU disponha de organismos eficientes para fiscalizar os abusos aos direitos humanos, e seja representativa para julgar e eliminar conflitos. Só então o desarmamento mundial será possível.

A sociedade global organizada se encarregará de exigir estas mudanças.

REFLEXÕES SOBRE A PAZ

A paz não pode ser conquistada pela força, mas sim pela compreensão.
(Albert Einstein)

Admitir a guerra como a solução para conflitos, é admitir a supremacia da força sobre a razão e a justiça; da estupidez sobre a inteligência.
(Celso Afonso Brum Sagastume)

A melhor maneira de ganhar uma guerra é evitá-la. (George Marshall)

Não existe nada mais estúpido, covarde e revoltante numa sociedade do que a intolerância racial ou cultural. Uma pessoa que demonstra esta atitude não é digna de pertencer a sua raça, nem a raça humana. (Celso Afonso Brum Sagastume)

Toda a força bruta representa nada mais que um sintoma de fraqueza.
(Zé Geraldo)

A lei do terrorismo faz com que um grupo massacre inocentes do outro grupo, que para se vingar massacra inocentes do outro grupo, que para se vingar ...
(Celso Afonso Brum Sagastume)

A violência é o último recurso da incapacidade. (Mahatma Gandhi)

A violência é expressão da impotência. (Rollo May)

A violência só serve para alimentar o ódio, e o ódio para gerar mais violência.
(Celso Afonso Brum Sagastume)

A paz é a única forma de nos sentirmos realmente humanos. (Albert Einstein)

Estamos no caminho que nos levará às estrelas. A menos que por egoísmo ou estupidez, acabemos nos destruindo antes disso. (Carl Sagan)

A paz começa onde termina a ambição. (Edward Young)

Estarei sempre disposto a morrer por uma causa justa, mas não existe nenhuma causa para a qual eu esteja disposto a matar. (Mahatma Gandhi)

O pacifista não é covarde nem teme a luta para se defender.
(Celso Afonso Brum Sagastume)

A maior vitória que se pode conseguir contra um oponente é aquela que faz com que ambos sejam vitoriosos. (Celso Afonso Brum Sagastume)

Texto para reflexão:

O GRANDE DITADOR

Sinto muito, mas não pretendo ser um imperador. Não é esse o meu ofício.

Não pretendo governar ou conquistar quem quer que seja.

Gostaria de ajudar a todos, se possível.

Todos nós desejamos ajudar uns aos outros.

Os seres humanos são assim.

Desejamos viver para a felicidade do próximo, não para seu infortúnio.

Por que temos de odiar e desprezar uns aos outros?

O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza, porém, nos extraviamos...

A cobiça envenenou a alma das pessoas...

Levantou no mundo as muralhas do ódio e tem-nos feito marchar a passos de ganso para a miséria e a morte.

Criamos a época da velocidade, mas nos sentimos enclausurados dentro dela.

A máquina que produz abundância, tem-nos deixado em penúrias.

Mais do que máquinas, precisamos de humanidade.

Pensamos em demasia e sentimos bem pouco.

Mais do que inteligência, precisamos de afeição e doçura.

Sem essas qualidades a vida será de violência e tudo estará perdido.

A aviação e o rádio nos aproximam muito mais.

A própria natureza dessas coisas é um apelo eloqüente à bondade da pessoa humana, um apelo à fraternidade universal, à união de todos nós.

As injustiças que acontecem com alguns chegam a milhões de pessoas por este mundo afora.

Muitas pessoas estão desesperadas, homens e mulheres, crianças, vítimas de um sistema que tortura seres humanos e encarcera inocentes.

O mundo não pode aceitar mais injustiças

As pessoas que odeiam não serão mais aceitas neste mundo.

Os ditadores sucumbirão e o poder que do povo foi roubado há de retornar ao povo.

Companheiros, não vos entreguem a seres humanos brutais que vos desprezam, que vos escravizam, que arregimentam as vossas vidas, que ditam os vossos atos, as vossas idéias, os vossos sentimentos!

Que vos fazem marchar no mesmo passo que vos tratam como um gado humano, que vos utilizam como carne para canhão!

Não sois máquinas! Pessoas é que sois!

Companheiros, não batalheis pela escravidão! Lutai pela liberdade!

Vós o povo, tendes o poder – o poder de criar máquinas.

O poder de criar felicidade!

Vós, o povo, tendes o poder de tornar esta vida livre e bela... e fazê-la uma aventura maravilhosa.

Portanto, usemos deste poder, unamo-nos todos nós. Lutemos por um mundo novo... um mundo bom que a todos assegure o ensejo de trabalho, que dê fruto à mocidade e segurança à velhice.

É pela promessa de tais coisas que desalmados têm subido ao poder.

Mas, só mistificam! Não cumprem o que prometem.

Jamais o cumprirão!

Lutemos agora para libertar o mundo, abater as fronteiras nacionais, dar fim à ganância, ao ódio e à prepotência.

Lutemos por um mundo de razão, um mundo em que a ciência e o progresso conduzam à aventura de todos nós.

Você que está me ouvindo. Onde te encontrares, levanta os olhos!

Veja o sol rompendo as nuvens que se dispersam!

Estamos saindo das trevas para a luz!

Vamos entrando num mundo novo.

Um mundo melhor, em que as pessoas estarão acima da cobiça, do ódio e da brutalidade.

A alma das pessoas ganhou asas e afinal começa a voar.

Voar para o arco-íris, para a luz da esperança.

Basta erguer os olhos, ver, crer e agir.

QUALIDADE DE VIDA

Existem diversos critérios estatísticos utilizados para se avaliar a qualidade de vida de uma população. Estes dados servem principalmente para identificar onde estão as deficiências que esta população está enfrentando e como devem ser as ações para melhorar a qualidade de vida da mesma.

CRITÉRIOS DE DESENVOLVIMENTO	IDH - Feliz - RS
% de mortalidade infantil (ideal = zero)	0,59 %
Acesso fácil a serviços de saúde e remédios (ideal = 100 %)	-
Expectativa de vida	72,6 anos
Qualidade do ar	-
Qualidade da água dos mananciais	-
Abastecimento de água tratada (ideal = 100 %)	73,6 %
Sistema de coleta de esgoto (ideal = 100 %)	-
Esgoto tratado (ideal = 100 %)	-
% de lixo recolhido (ideal = 100 %)	-
% de lixo reciclado (ideal = 100 %)	-
Limpeza urbana	-
% urbana de área verde	-
% de área selvagem (não modificada pelo homem)	-
% de analfabetos (ideal = zero)	2,4 %
Grau de estudo médio (ideal: curso básico completo - 2º grau)	5ª série
% de desempregados (ideal = zero)	-
Renda per capita	US\$ 4.000,00
Renda familiar per capita	US\$ 150,00
Distribuição de Renda Relativa (ideal = 100%) (ver fórmula a seguir)	-
% população com renda insuficiente (ideal = zero)	23,9 %
% com casa própria (dentro do código de obras) (ideal = 100 %)	99,6 %
Abastecimento de energia elétrica (ideal = 100 %)	-
% casas com telefone (ideal = 100 %)	-
% casas com computador (ideal = 100 %)	-
% pessoas com acesso a Internet (ideal = 100 %)	-
Opções de lazer	-
Ruas calçadas (ideal = 100 %)	-
Tempo perdido no trânsito (casa/trabalho)	-
Auto-suficiência (setor primário, secundário, terciário) (ideal > 100 %)	-
Dependentes de drogas (ideal = zero)	-
Ocorrências policiais (ideal = zero)	-
% de apenados (ideal = zero)	-

O quadro anterior expõe os principais critérios utilizados, acrescenta outros como sugestão e indica o que seria ideal; além de conter dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade com melhor qualidade de vida do Brasil (Feliz - RS) – segundo o último relatório das Nações Unidas. (Dados da revista Veja 16/set/98.)

FÓRMULA PARA CÁLCULO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Considerando Ideal:

renda máxima = 20 x renda mínima (para uma população infinita)

renda máxima = 20 x (1 - 1000/população) x renda mínima (proporcional à população economicamente ativa) sendo a população > 5.000

renda per capita (÷12) = (renda máxima + renda mínima) ÷ 2

Observações:

- A renda per capita está sendo considerada mensal (÷12).

- Renda = salário. Está relacionada com salário fixo de funcionários públicos.

Distribuição de Renda Relativa (vezes 10) =

= { 1 - [(renda máxima - renda mínima) ÷ (renda máxima + renda mínima)] } x 1.000

A tabela abaixo calcula a renda máxima, renda per capita e distribuição de renda ideal em função do salário mínimo e da população economicamente ativa – conforme as fórmulas propostas.

As três últimas linhas fazem uma comparação entre os valores ideais, calculados pelas fórmulas, e o valor real – para a população brasileira. Obs: Os dados estão desatualizados e podem estar incorretos – mas não muito.

Renda Mínima	População *	Renda Máxima	Renda Per Capta **	Distr. de Renda
R\$ 180,00	5.000	R\$2.880,00	R\$1.530,00	118%
R\$ 180,00	10.000	R\$3.240,00	R\$1.710,00	105%
R\$ 180,00	50.000	R\$3.528,00	R\$1.854,00	97%
R\$ 180,00	100.000	R\$3.564,00	R\$1.872,00	96%
R\$ 180,00	brasileira	R\$ 12.000,00	R\$ 800,00	30% (real)
R\$ 180,00	brasileira	R\$3.599,98	R\$1.889,99	95% (ideal)
R\$ 600,00	brasileira	R\$ 12.000,00	R\$1.889,99	95% (ideal)

Observações:

* População economicamente ativa

** Renda per capita mensal (÷12)

TEXTOS PARA REFLEXÃO

A LÓGICA DOS IMBECIS

- Quanto mais gente melhor. Mais consumidores, mão-de-obra barata, reserva de mão-de-obra, ... (Na verdade: mais desempregados, mais impostos para sustentar os desempregados, mais assaltos e seqüestros, ...)

- Precisamos aumentar o crescimento econômico para resolver nossos problemas. (Na verdade: aumentar a poluição e a destruição da natureza. E quando as reservas naturais acabarem?)

- Precisamos de mais polícia e mais cadeia para os bandidos. (De nada adianta se não se fizer algo que possa conter a fábrica de bandidos que cresce indiscriminadamente com a população miserável.)

- Precisamos de mais verba para contratar agentes federais que possam fiscalizar fronteiras e reservas ecológicas. (Enquanto isso as Forças Armadas, com todo o seu potencial, continuam com sua nobre função de se preparar para uma guerra imaginária.)

- Precisamos aumentar o mercado consumidor (população) para aumentar o lucro das indústrias; e aumentar a produção para atender a demanda. (Quero saber como vão fazer para aumentar o planeta?)

ABSURDOS

- Enquanto o presidente dos Estados Unidos, George Bush, acha que a economia americana é mais importante do que a qualidade de vida no planeta, a Philips Morris comprova que a morte causada por cigarros é boa para a economia.

- Não aprovar leis liberando o aborto a eutanásia, a pena de morte, etc., porque elas podem abrir precedentes para exterminar a população. Como se não houvesse a necessidade de bom senso e capacidade de distinguir o certo do errado, para se aplicar as leis.

- Em pleno século XXI ainda não há consenso entre pessoas que deveriam ser mais esclarecidas – como: cientistas, médicos, legisladores, advogados, etc. – sobre deixar uma pessoa agonizar até a morte ou abreviar seu sofrimento.

WHY?

- Por que não usar as Forças Armadas para fiscalizar a ecologia, o contrabando, o tráfico de drogas, ajudar no policiamento, etc., se isso não ocasiona nenhum custo extra para o Estado e daria um retorno gigantesco para a sociedade?

- Por que não existe um programa nacional de planejamento familiar que forneça instruções e incentivo a todos os jovens, principalmente aos menos esclarecidos, que estão à margem da sociedade, se toda sociedade acaba pagando muito caro pela criminalidade oriunda da pobreza e da falta de estrutura familiar?

- Por que não se dá a devida importância à indústria da reciclagem que usa o lixo como matéria prima, economizando dinheiro, energia e principalmente o planeta, enquanto a indústria dos descartáveis continua transformando a natureza em lixo?

- Para que serve o sigilo bancário e telefônico dos suspeitos? Para proteger os ladrões e corruptos?

- Para que serve a prescrição de crimes? Para se fazer injustiça?

- Para que serve o direito adquirido? Para manter privilégios?

- Para que serve a imunidade parlamentar? Para que os políticos possam roubar a vontade?

The answer my friend, is blowing in the wind. (Bob Dylan)

BIBLIOGRAFIA

A UTOPIA - Lugar imaginário onde existe a sociedade perfeita (Thomas Morus)
 A POLÍTICA - Princípios básicos dos sistemas políticos (Aristóteles)
 O PRÍNCIPE - A política a serviço de quem governa (Maquiavel)
 O PENSAMENTO VIVO DE MARX - Idéias, luta de classes (Karl Marx)
 LUTA POR UM MUNDO MELHOR - Idéias práticas (Robert F. Kennedy)
 MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO - (Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva)
 A HUMANOECONOMIA - Economia a serviço da sociedade (Eugen Loeb)
 SOCIALISMO MORENO - Política trabalhista (Mila Cauduro)
 A ILHA - Sobre o sistema político/administrativo cubano (Fernando Morais)
 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Lei Federal)
 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Lei Federal)
 CÓDIGO PENAL (Lei Federal)
 DIREITO E JUSTIÇA - A Função Social do Judiciário (José Eduardo Faria)
 PENA DE MORTE - O Estado Como Assassino Oficial ... (Antônio Bento Maia)
 ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS (Hilário Torloni)
 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL (Elian Alabi Lucci)
 MÃOS À OBRA, BRASIL - Proposta de governo (Fernando Henrique Cardoso)
 AVANÇA BRASIL - Proposta de governo (Fernando Henrique Cardoso)
 COMO VEJO O MUNDO - Uma visão sobre os problemas mundiais . (Albert Einstein)
 A SOBREVIVÊNCIA DA HUMANIDADE - Problemas mundiais (Erich Fromm)
 AS NAÇÕES UNIDAS E OS PROBLEMAS INTERNACIONAIS (T. B. Cavalcanti)
 OS FILÓSOFOS DA PAZ E DA GUERRA - Kant, Marx, Engels, Tolstoy (W. B. Gallie)
 O MUNDO DO FUTURO - Visão histórica e perspectivas do futuro . (Daniel H. Dupuy)

Observações:

- Para simplificar, principalmente aos leigos, não colocamos a bibliografia na forma científica.

- Todas as frases ou textos que não identifiquem o seu autor, foram criadas pelo organizador deste livro, e o que está grifado é de domínio público.

- Tenho tentado ler tudo que encontro sobre problemas e projetos sociais. Não só em livros mas também em revistas, jornais, pesquisas na INTERNET, programas de TV, debates, palestras, etc. Evidentemente nem tudo foi possível citar com precisão na bibliografia ou nos textos incluídos, até porque alguns foram encontrados antes de eu pensar em organizar este trabalho.

TRABALHOS E DADOS TÉCNICOS

TRABALHOS

- Digitação
- Formatação
- Revisão
- Impressão
- Corte e montagem
- Layout da capa
- Fotelito

DADOS TÉCNICOS

- Formato A5
- 114 páginas

Capa

Formato 30,3 x 21 cm

Seleção de cores

Supremo 250

Tiragem progressiva. Inicial 500 cópias.

Impresso na gráfica da Universidade Federal de Santa Maria.

